

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TRABALHO, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

SIMONE PAIXÃO DE OLIVEIRA

**REFAZENDO AS TRAMAS DA EXPERIÊNCIA: SABERES E TRAJETÓRIAS DE
MULHERES APOSENTADAS NO MOVIMENTO TRICÔ DOS PRECATÓRIOS**

Porto Alegre

2020

**REFAZENDO AS TRAMAS DA EXPERIÊNCIA: SABERES E TRAJETÓRIAS DE
MULHERES APOSENTADAS NO MOVIMENTO TRICÔ DOS PRECATÓRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Clara Bueno Fischer.

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Simone Paixão de

Refazendo as tramas da experiência: saberes e trajetórias de mulheres aposentadas no movimento Tricô dos Precatórios / Simone Paixão de Oliveira. -- 2020.

107 f.

Orientadora: Maria Clara Bueno Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Mulheres Aposentadas. 2. Experiência. 3. Saberes produzidos nos deslocamentos entre o público e o privado. 4. trabalho artesanal. 5. O Tricô dos Precatórios no movimento sindical. I. Fischer, Maria Clara Bueno, orient. II. Título.

SIMONE PAIXÃO DE OLIVEIRA

**REFAZENDO AS TRAMAS DA EXPERIÊNCIA: SABERES E TRAJETÓRIAS DE
MULHERES APOSENTADAS NO MOVIMENTO TRICÔ DOS PRECATÓRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: ____/____/____

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Orientadora: Dra. Maria Clara Bueno Fischer - UFRGS

Prof^ª. Dra. Edla Eggert - PUCRS

Prof. Dr. Johannes Doll - UFRGS

Prof. Dra. Ana Cláudia Godinho - UFRGS

Ao meu pai, Paulo (In Memoriam)
por enxergar estrelas, enquanto construía pontes.

À minha mãe, Saphira
por me presentear com Alegria, Alegria
em momentos de solidão.

Ao meu irmão Plato Divorak,
por me dar as canções mais instigantes do
mundo.

Às minhas avós Elisa e Selvina (In Memoriam),
por tantas memórias bordadas de amor.

Às amazonas errantes desse mundo,
por nos ajudarem a resistir.

Às amigas Catilene, Kátia, Mery, Sônia, Júlia,
Adelaide, Nelly, Suely, Elcita e
Nadja (In Memoriam),
pelos ensinamentos, pela coragem e pela
inspiração infinita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Saphira Paixão de Oliveira e Paulo d'Ávila de Oliveira, pelas lições de amor, ética e compaixão. Ao meu pai, agradeço pelo hábito de compartilhar o seu tesouro de histórias, filmes e ternas aventuras. A lembrança do seu olhar e da sua perspectiva humanista ainda me constituem e continuam a fazer sentido, especialmente nos tempos que correm.

Agradeço às irmãs Claudia Barros da Silva Lima, Bruna Paulin, Lisane Cristina Fontoura Berlato, Claudia Medeiros, Beatriz Borges, Lizete Dias de Oliveira, Maira Alves, Claudia Turra Magni, Rosamaria Gonzaga, Caroline Gonzaga, Fernanda Aldabe e minha afilhada de adolescência Valentina Berlato Nicolazzi, pelo encorajamento e pela companhia de amor e lucidez nesse mundo.

Às presenças iluminadas na minha vida da Adriane Boff e minha afilhada Martha Boff Wilkinson: obrigada por segurarem os meus ombros com tanto carinho, por tantas vezes.

Às queridas Heleniza Ávila Campos e Salete Veldovatto Facco: obrigada por me abrirem as portas da casa mais aconchegante e iluminada do mundo, onde pude encontrar algumas ideias perdidas.

Agradeço ao querido amigo e professor Gabriel Junqueira, pelos roteiros de cinema e afeto que me reaproximaram dos novos desafios da educação.

À amiga Carla Melissa Barbosa, agradeço pelas histórias trocadas entre cafés e pela parceria nas reflexões que foram essenciais para a realização deste percurso, em particular sobre as vidas e trajetórias de mulheres.

Aos colegas, amigos e amigas que integram o Grupo de Pesquisa Trabalho, Conhecimento e Educação: Clair Ziebell, Maristela Losekann, Renato Farias, Betânia Cordeiro, Sílvia Costa,

Pedro Bonin, Cluvio Terceiro, Clara Glock, Ednaldo Pereira e Ângela Carvalho, minha gratidão pelas sugestões preciosas, carinho e apoio.

Às professoras Edla Eggert e Ana Claudia Godinho e ao professor Johannes Doll, meu profundo agradecimento pela disponibilidade em compor a banca examinadora desta pesquisa e pelas sensíveis e valiosos apontamentos.

À direção, funcionárias e associadas(os) do SINAPERS, muito grata pelo acolhimento.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós Graduação em Educação da FAGED, agradeço pela oportunidade de realizar o curso de mestrado em uma instituição pública, gratuita e de reconhecida qualidade, aprendendo cotidianamente sobre novas formas de enfrentar as desigualdades a partir do necessário compromisso com a justiça social

Agradeço por fim à minha orientadora, professora Maria Clara Bueno Fischer, pela escuta atenciosa, pelo encorajamento teórico e por sua generosidade incondicional. Gostaria de agradecer-lhe também por ter me alertado, repetidas vezes, a escapar dos labirintos que poderiam tornar impossível este percurso. Apesar de nem sempre conseguir escutar o seu apelo, agradeço-lhe por não desistir de fazê-lo e também por abdicar do fio de Ariadne para conduzir à saída, orientando-me a enxergar esses labirintos em perspectiva, a compreender o seu desenho e a desvelar o seu sentido.

O que perdi e não consigo encontrar eu guardo na lembrança.

Patti Smith, Linha M (2015)

RESUMO

Esta pesquisa focaliza as experiências e memórias de um grupo de mulheres aposentadas, envolvido na criação de um movimento que reivindicava a efetivação dos direitos das(os) servidoras(es) públicos do estado do Rio Grande do Sul, denominado de Tricô dos Precatórios. As peculiaridades deste repertório de luta, caracterizado pela produção de um trabalho artesanal realizado coletivamente nos espaços de locução política, podem ajudar a compreender parte das trajetórias dessas mulheres, considerando os seus deslocamentos entre o público e o privado, vivenciados em contextos de aprofundamento das desigualdades e estigmatização da velhice. Os saberes compartilhados na organização deste movimento recebem atenção neste trabalho, pois que sugerem novas possibilidades de existência e autonomia. As referências teóricas que embasam este estudo dialogam com parte das epistemologias feministas e com as categorias produzidas pelo materialismo cultural, particularmente das(os) autoras(es) Ecléa Bosi, Edward P. Thompson e Marcela Lagarde. Algumas de suas ideias centrais podem se constituir como instrumentos importantes para dimensionar as narrativas destas mulheres, sob a perspectiva das tensões histórico-culturais nas quais realizam as suas experiências concretas.

Palavras chave: mulheres aposentadas. experiência. gênero. trabalho artesanal. movimentos sociais.

ABSTRACT

This research focuses on the experiences and memories of a group of retired women, involved in the creation of a movement that claimed the realization of the rights of public servants from the state of Rio Grande do Sul, known as Precatory Knitting. The peculiarities of this repertoire of struggle, characterized by the production of craft work performed collectively in the spaces of political speech, can help to understand part of these women's trajectories, considering their experiences between public and private, lived in contexts of deepening inequalities. and old-age stigmatization. The knowledge shared in the organization of this movement receives special attention in this work, as it suggests new possibilities of existence and autonomy. The theoretical references underlying this study dialogue with part of feminist epistemologies and with the categories produced by cultural materialism, particularly by authors Ecléa Bosi, Edward P. Thompson and Marcela Lagarde. Some of their central ideas can represent important instruments for dimensioning the narratives of these women, from the perspective of the historical-cultural tensions in which they carry out their concrete experiences.

Keywords: Retired women. Experience. Gender. Craft work. Social movements.

LISTA DE SIGLAS

CEVI - Centro comunitário da Vila Ingá
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT/RS - Central única dos Trabalhadores - Rio Grande do Sul
DAER - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
DEPREC - Departamento de Portos, Rios e Canais
FASC - Fundação de Assistência Social
GAPA/RS - Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS.
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPA - Instituto Porto Alegre
IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
NEP - Núcleo de Estudos sobre Prostituição
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RFFSA - Rede Ferroviária Federal sociedade Anônima
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
RPV - Requisição de Pequeno Valor
SINAPERS - Sindicato dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul
SINTERGS - Sindicato dos Servidores Técnico - Científicos do Estado do Rio Grande do Sul
SMC - Secretaria Municipal de Cultura
TVE/RS - Teve Educativa do Estado do Rio Grande do Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UNCP - União Nacional dos Credores de Precatórios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAIS TEÓRICO - METODOLÓGICOS	19
2.1 SOB OS FIOS QUE NOS PROTEGEM	19
2.2 HORIZONTES DE ANÁLISE E CATEGORIAS TEÓRICAS	25
2.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	32
2.4 ENTREVISTAS NARRATIVAS	34
3 OS PONTOS APRENDIDOS NA PRAÇA: O TRICÔ DOS PRECATÓRIOS	37
3.1 SUJEITOS DA PESQUISA	37
3.2 CENÁRIOS DO PROCESSO REIVINDICATÓRIO	38
3.3 O SINDICATO COMO LUGAR DE LUTA, CONVÍVIO E APRENDIZAGEM	43
4 OS TRABALHOS DE AGULHA PARA ALÉM DA VIDA DOMÉSTICA	54
4.1 AS PECULIARIDADES DO FAZER ARTESANAL: ENTRE A DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO	54
4.2 VAMOS TRICOTAR NA FRENTE DELES!	54
5 AS NARRATIVAS: O TECER E O DESTECER DA EXPERIÊNCIA	62
6 O ANEL	75
7 CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A - FOTOS	88
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91
APÊNDICE C - ENTREVISTAS COM PENÉLOPE	92
APÊNDICE D - UMA LEITURA COMPARTILHADA	100
APÊNDICE E - REPORTAGENS	103

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a investigar algumas das experiências vividas por um grupo de servidoras públicas aposentadas que participaram de um movimento identificado com a defesa dos direitos securitários e administrativos do funcionalismo do estado do Rio Grande do Sul, denominado de Tricô dos Precatórios¹. Constituída nos espaços de acolhimento e aprendizagem de um sindicato representativo de sua categoria - o SINAPERS² - e formada por mulheres cuja faixa etária situava-se entre sessenta e cinco e noventa anos, esta mobilização foi gestada ao longo de 2005, na cidade de Porto Alegre e manteve-se ativa até o ano de 2009. Suas reivindicações³ atravessaram duas gestões estaduais que constituíram políticas relativamente semelhantes.

Engajadas na luta contra a redução de direitos do funcionalismo público - embora com mais reduzido poder de negociação, estas aposentadas passam a desenvolver o que lhes parecia uma prática reivindicatória alternativa. Na impossibilidade de pressionar o estado e mobilizar a sociedade com a perspectiva de uma greve ou paralisação, elas ousaram experimentar outras soluções. Para tanto, investiram na ideia de produzir um trabalho coletivo que pudesse expressar, além das dificuldades materiais de todas(os) aquelas(es) que esperam pelo pagamento, uma possibilidade concreta de reação.

Nos ateliês e oficinas do sindicato, suas protagonistas planejaram a criação de um instrumento reivindicatório alusivo aos saberes em comum que parte significativa dessas mulheres já havia constituído, mesmo que de forma diversa, em diferentes territórios. Uma imensa manta de tricô seria feita por várias mãos, tricotada em praça pública, em frente ao prédio que abriga o Poder Executivo gaúcho, durante uma tarde por semana, sempre às quartas-feiras.

¹ Precatório é um título executivo judicial que tem como pólo devedor a Fazenda Pública, existente apenas no ordenamento legal brasileiro. Segundo informação emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2008), “Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva”.

² Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do estado do Rio Grande do Sul.

³ Além de organizar a pressão pelo pagamento dos precatórios de natureza alimentar, a entidade também intensificou as lutas pela manutenção da paridade salarial entre ativas(os) e inativas(os), pela reposição de perdas diante da elevação dos índices inflacionários e assumiu a causa da integralização das pensões. Torna-se oportuno referir que a situação de inadimplência do governo estadual com relação às decisões judiciais garantidoras dos direitos de agentes públicas(os) transitadas em julgado, teve início na gestão do governador Antônio Britto (1995-1998), então representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Na fala de uma das integrantes do movimento, aparece a lembrança sobre o trabalho de mobilização de uma das fundadoras do sindicato, a senhora Nelly Priebe, aposentada da Secretaria da Saúde desde o final da década de 1970. Segundo a entrevistada, quando dona Nelly *pegava as agulhas* a caminho da Praça da Matriz, costumava expressar, junto ao grupo, parte das intenções e sentimentos que vieram a caracterizar as manifestações das “tricoteiras”, como foram inicialmente chamadas pela imprensa local: *não vamos mais tricotar dentro de casa não, vamos tricotar na frente deles*.

As imagens das mulheres que atuaram na mobilização também ganham materialidade em minhas lembranças e reflexões. Tive a oportunidade de conviver com elas no período de 2004 a 2010, quando trabalhava na coordenação do setor jurídico daquela entidade. A presente dissertação, portanto, também foi realizada sob a influência de sentimentos que me trouxeram a memória das muitas conversas e afetos abruptamente interrompidos. Este trabalho emerge do compromisso com a afirmação da presença destas pessoas, das suas histórias e da sua arte. Guardadas as devidas distâncias e proporções, faço evocação às palavras do historiador Edward P. Thompson (1996, p.123-124), cujas ideias foram essenciais à composição desta pesquisa:

A História é a memória de uma cultura e a memória jamais pode estar livre de paixões e comprometimentos. Não me sinto inibido de forma alguma pelo fato de que minhas próprias paixões e comprometimentos sejam evidentes.

As tricoteiras tiveram a sua trajetória interrompida a caminho de uma manifestação em São Paulo, no desastre aéreo que vitimou todos os passageiros do voo JJ 3054 da TAM - que fariam a rota entre Porto Alegre e o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 17 de julho de 2007.

Entre os passageiros estavam dez pessoas que atuavam direta ou indiretamente no sindicato. Faleceram a presidente da entidade, a conselheira fiscal, a assessora de imprensa, a secretária da direção, o assessor jurídico e cinco associadas reconhecidas como lideranças do movimento. Na mesma aeronave, estavam a presidente do SINTERGS⁴ e o advogado daquela entidade, valiosos parceiros na busca por maior visibilidade às causas das/os servidoras/es aposentadas/os.

Naquele voo, as sindicalistas haviam levado trezentos metros de uma manta de tricô tecida na praça da Matriz e costurada coletivamente. Semanas após o acidente, foram chegando ao sindicato outras mantas, com diferentes artesanias, provenientes de coletivos de mulheres de outros

⁴ Sindicato dos Servidores Técnico-científicos do estado do Rio Grande do Sul.

lugares. Peças tricotadas e/ou bordadas por mulheres chilenas, holandesas e alemãs foram recebidas no sindicato. Nós, que ficamos, não tivemos condições de nos determos na apreciação do tamanho daquele gesto, mas ainda assim ficamos comovidas com a solidariedade vinda de longe. Com as lentes do agora, compreendo que seria possível reconhecer, naquele presente, uma manifestação de sororidade⁵ de outras mulheres - que partilharam de sua tecedura com as sindicalistas que continuaram a tricotar e provocar, lutar e aprender. Nas praças de algumas cidades do interior, como Cachoeira do Sul e Santa Maria, o rito do tecer juntas, em meio ao fluxo da cidade, também foi experimentado por algum tempo.

Para melhor compreender o tipo de experiência e as ações que aproximaram estas mulheres entre si, tornou-se importante acessar as reflexões que têm se comprometido, na contemporaneidade, a investigar as contradições e as desigualdades sociais sob a perspectiva das relações de gênero. Identificar este caminho, reconhecendo a densa contribuição dos estudos feministas para o desvelamento e o fortalecimento das diferentes lutas protagonizadas por mulheres - e torna-se imperativo lembrar aqui que o movimento em foco teve uma adesão quase que exclusivamente de mulheres - me permitiu ampliar o diálogo com as aposentadas e a perceber as vivências de semelhança, mesmo em narrativas tão diversas entre si.

O desenvolvimento desta pesquisa foi orientado pela seguinte pergunta: é possível afirmar que os saberes construídos por mulheres aposentadas na criação do movimento *Tricô dos Precatórios* estão conectados às experiências produzidas em seus deslocamentos entre os espaços público e privado?

Para realizar a investigação a partir desse questionamento, torna-se necessário fazer referência aos procedimentos de pesquisa que foram adotados. Uma das escolhas que possibilitou a condução deste trabalho e que influenciou a definição do referencial metodológico foi a decisão de priorizar as fontes testemunhais, realizando entrevistas narrativas junto a algumas das aposentadas que atuaram no movimento. O ato de contar sobre a experiência vivida no passado, que não raro toma as urgências das expectativas expressas no tempo presente, pode auxiliar na

⁵ Termo cunhado pela escritora estadunidense Kate Millett como *sisterhood* e utilizado pelas feministas francesas como *sororité*. Importante referir a disseminação do conceito para a língua espanhola empreendido pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que o define como “o apoio recíproco entre as mulheres para se conseguir o poder para todas” e o trabalho da teóloga e filósofa brasileira Ivone Gebara, para quem “sororidade é a possibilidade de irmandade entre mulheres e homens para atingir o bem comum”. Segundo a contribuição das pesquisadoras Carla Melissa Barbosa e Márcia Regina Becker “a sororidade assume uma dimensão ética, política e prática (estética) dentro da qual as mulheres praticam relações que, através do apoio mútuo, buscam contribuir para a eliminação das formas de opressão patriarcal”. (2016, p. 245).

construção de suas histórias de vida, acessando e organizando memórias e propiciando outros sentidos para a materialidade do vivido. A possibilidade de refletir acerca das possíveis relações, tecidas entre as experiências das mulheres em foco e a articulação destas com uma experiência coletiva, elaborada pelo grupo no âmbito deste movimento, é uma das tarefas a que este estudo se propõe.

Parte significativa das trajetórias destas mulheres têm sido marcada por vivências muito semelhantes, caracterizadas por responsabilidades que ainda perduram como exclusivas, comparativamente aos homens, com as tarefas do cuidado com a vida das (dos) filhas(os), familiares e ascendentes - empreendidos como trabalho implicado na reprodução imediata da vida e da força de trabalho. Categorias analíticas como patriarcado e gênero, capazes de desvelar as contradições imbricadas nestes percursos, situam-se como ferramentas centrais para o melhor entendimento acerca dos desafios que têm acompanhado o cotidiano dessas mulheres.

Um dos pontos de partida para que possamos compreender a produção das desigualdades de gênero situa-se entre dois paradigmas complementares que orientam as práticas socioculturais identificadas desde as sociedades mais antigas: o processo de divisão sexual do trabalho e a funcionalização dos espaços que operam a partir dos marcadores de gênero. Os estudos feministas - considerando suas especificidades e o seu vasto repertório - têm provocado reflexões que buscam desnaturalizar a repetição dos chamados padrões de gênero, revelando a existência de uma ordem patriarcal que determina quem tem legitimidade para fazer uso do pleno direito ao exercício da voz e quem tem que disputar esse direito a partir de uma posição de subalternidade.

Diz-se que possui uma voz os sujeitos que podem inscrever a sua vontade e presença no mundo público, produzindo efeitos políticos. Aquelas cujo tempo é refém das tarefas de proteger e zelar pela manutenção da existência de outros, por muito tempo tiveram suas trajetórias identificadas às exigências dos espaços domésticos, não remunerados e desvalorizados. Se considerarmos as democracias ocidentais, percebe-se que até mesmo nas sociedades que manifestam maior grau de estabilidade política e desenvolvem políticas de equidade mais eficazes, as vozes das mulheres ainda se constituem como exceções.

A permanência, em diferentes níveis, de uma cultura patriarcal aparentemente imune à luta pelo reconhecimento dos novos arranjos político-comportamentais, presentes em algumas das sociedades contemporâneas, está diretamente associada à contextos de forte segregação social e racial. Se formos analisar as fundações do patriarcado, com base, por exemplo, na contribuição

da socióloga Heleieth Saffioti aos estudos de gênero no Brasil, poderemos nos confrontar com pistas que afirmam que este modelo não apenas esteve presente nas diferentes relações sociais alicerçadas por desigualdades econômicas, como também se constituiu como um elemento organizador das sociedades reconhecidas pela sua profunda estratificação social. Suas marcas e práticas estão presentes tanto nas sociedades capitalistas contemporâneas, quanto no processo de acumulação primitiva de capital⁶.

Estas tensões, vivenciadas sob diferentes formas pelas(os) trabalhadoras(es) em um contexto fortemente marcado por profundas e estruturais desigualdades, atingiu especialmente as mulheres, e as que possuem idades mais avançadas, de forma particular. Retornando ao movimento criado pelo grupo de mulheres aposentadas gaúchas, pode-se inferir que a produção de um tecer coletivo, apesar deste cenário - que poderia, em outras circunstâncias, remeter ao silêncio - ganhará novas potências ao conquistar o espaço da rua, transformando uma técnica artesanal em um símbolo de resistência.

As trajetórias das mulheres do Tricô dos Precatórios, consideradas em suas dimensões de gênero, raça, classe e geracionais, podem vir a reafirmar algumas premissas importantes, destacadas em boa parte das escritas feministas. Os deslocamentos possíveis entre o espaço privado e o espaço público, tomados em sua perspectiva histórico-simbólica, confirmam-se como elementos chave para uma análise mais abrangente sobre as tentativas de mobilização construídas por esse grupo.

Outros elementos importantes para a melhor compreensão dos percursos vividos pelas mulheres focalizadas neste trabalho, relacionam-se com alguns dos aportes teóricos desenvolvidos pelo historiador Edward P. Thompson. As ideias desenvolvidas pelo autor continuam sendo necessárias às investigações que reivindicam uma compreensão não determinista da história e dos movimentos sociais, pois que identificam, nos espaços das relações tensionadas, o poder de agência de pessoas reais, vivendo em suas contradições e lutando, de diferentes formas, por suas vidas.

⁶ Karl Marx, analisando o fenômeno que ele chamava de ponto de partida da produção capitalista, explica que “o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim, a chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”.(MARX, 2013, p. 340).

A presente dissertação se estrutura pelos capítulos delineados a seguir. No segundo capítulo, explico os referenciais teórico metodológicos que permitiram a construção da pesquisa, destacando os diálogos possíveis entre o materialismo cultural e os estudos feministas. Destaco a presença do uso da entrevista narrativa, apresentando onde e como foram realizadas. O capítulo seguinte identifica os sujeitos da pesquisa e as informações relativas ao planejamento e organização do Tricô dos Precatórios, bem como suas principais reivindicações - situadas no campo da seguridade social. A contextualização do movimento, a atuação do sindicato ao qual o movimento estava vinculado e a caracterização dos espaços de aprendizagem onde foram gestadas as primeiras deliberações de suas integrantes, estão presentes neste capítulo.

No quarto e quinto capítulos, parto da análise das narrativas destas mulheres para tentar localizar as experiências expressas em seus deslocamentos entre o ambiente público e o ambiente doméstico/privado - percebidos como lugares de existência costurados pela dinâmica patriarcal.

A análise sobre a presença dos mecanismos de divisão sexual e social do trabalho se configura como um dos fios condutores desta pesquisa, enquanto que a construção dos saberes e a elaboração da experiência nos percursos formativos e emancipatórios dessas mulheres - se constitui como o seu elemento central. As peculiaridades do trabalho artesanal - peça importante para a análise destas dicotomias que estabelecem hierarquias entre as vidas de homens e as vidas de mulheres - também pode ser interpretado aqui como uma importante ferramenta de mobilização das aposentadas.

No sexto capítulo, organizo um testemunho afetivo sobre a presença de algumas das colegas, amigas e lideranças políticas que vieram a falecer no desastre aéreo de julho de 2007, a caminho de uma manifestação em São Paulo.

Evocando um pouco do sentimento que Walter Benjamin eternizou nas Teses sobre o conceito de História, ao concluir que “nada do que aconteceu deve ser perdido para a história” (BENJAMIN, 1985, p.65), faço uma tentativa de inscrever, neste trabalho, pelo menos uma motivação incontornável. Refiro-me ao desejo de levantar as memórias que contam da presença dessas mulheres, com as quais tive significativa proximidade e amizade. Diante da realidade da ausência, espero contribuir para visibilizar e declarar a potência de algumas histórias e promessas guardadas.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é verificar a possibilidade de estabelecer conexões entre as experiências que as mulheres aposentadas puderam construir coletivamente no

Tricô dos Precatórios e as suas histórias de vida e trajetórias de deslocamento entre o público e o privado - considerando as relações implicadas na realização do trabalho produtivo e reprodutivo.

Quanto aos objetivos específicos, considera-se os seguintes pontos:

- Reconstituir parte da memória sobre o movimento Tricô dos Precatórios a partir dos testemunhos das mulheres que dele participaram.
- Visibilizar as ações educativas envolvidas na produção e compartilhamento de saberes das mulheres aposentadas que participaram do movimento.
- Inscrever estas experiências junto ao campo de análise que legitima o entendimento de que os espaços políticos dos movimentos sociais e, particularmente, das representações sindicais, também podem ser dimensionados como lugares de construção permanente e significativa de aprendizagem.
- Identificar os fatores envolvidos na aproximação destas mulheres ao sindicato, compreendendo as demandas que expressam, além de suas reivindicações político-econômicas, a necessidade de ocupar e criar territórios que permitam a construção de laços de convívio significativos, capazes de criar novas alternativas de enfrentamento às vulnerabilidades e situações adversas.
- Contribuir no processo de reconhecimento da pessoa idosa como sujeito/a efetivo de direitos, e não apenas como usuária/o passiva/o das políticas protetivas - que são indispensáveis e devem ser consolidadas e aprofundadas para a garantia de uma vida mais segura para as pessoas da terceira e quarta idade.

2 REFERENCIAIS TEÓRICO - METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta e discute o percurso teórico e os procedimentos de pesquisa utilizados nesta abordagem, antecidos por uma pequena narrativa autobiográfica que tem, por objetivo, situar a aproximação desta pesquisadora às mulheres que protagonizaram o movimento Tricô dos Precatórios.

2.1 SOB OS FIOS QUE NOS PROTEGEM

Incluo esse pequeno esboço de natureza autobiográfica no capítulo sobre método, por entender que as nossas experiências são determinantes na construção das lentes interpretativas que nos permitem desvelar a realidade. Considerei importante identificar a minha condição de testemunha aqui, onde os processos da pesquisa são narrados -, para manifestar os limites decorrentes da interferência subjetiva na organização de um domínio da verdade. Busquei a companhia dos fatos, checando impressões e lembranças nas informações emitidas pela imprensa e pelos documentos e boletins informativos do sindicato. No entanto, reconheço que essa busca não está totalmente isenta dos compromissos que foram assumidos na companhia dos afetos.

A minha aproximação com o grupo de sindicalistas responsáveis pela criação do Tricô dos Precatórios ocorreu no momento em que eu experimentava uma atividade diversa daquelas então relacionadas ao universo da docência, que durante muito tempo me conectou com as juventudes, suas regras de sociabilidade e suas subculturas. Nas atividades que desenvolvia como pesquisadora, fiz a escolha, com muita frequência, de observar e acompanhar os percursos e as relações estabelecidas entre grupos socialmente identificados como marginais. Entender a percepção das(dos) dissonantes, das(dos) desviantes e das(dos) contracultas(os), ajudou-me a constituir um olhar para o que (re)existe e não para o que supostamente falta no outro.

Minha trajetória acadêmica estendeu-se em duas graduações: uma licenciatura em História, concluída na UFRGS em 1988 e um bacharelado em Direito, concluído na PUC/RS em 2003.

Uma das primeiras experiências que vivi no campo da pesquisa, desenvolvida concomitantemente à conclusão do curso de História, foi o envolvimento com a criação, planejamento e execução do Projeto Museu de Rua, junto das pesquisadoras Adriane Boff, Claudia

Turra Magni e Lizete Dias de Oliveira, todas egressas do mesmo curso. A referência do projeto foi o trabalho desenvolvido pelo fotógrafo paulista Júlio Abe Wakahara - que propunha a captura do registro visual sobre as transformações do espaço urbano contadas pela percepção dos sujeitos que as vivenciavam. Sua experiência foi compartilhada entre nós pela então fotógrafa Lizete Dias de Oliveira.

Este projeto foi acolhido pela Secretaria Municipal de Cultura durante os primeiros meses de gestão da Administração Popular, quando da chegada do Partido dos Trabalhadores ao Paço Municipal, em 1989. Uma peculiaridade dos Museus de Rua, além de sua identificação com as políticas que reconheciam a importância de ampliar as manifestações artístico-culturais, localizando-as nos espaços de uso e vivência cotidianos, era a ausência de endereço ou acervo fixo. O seu espaço expositivo era o sítio de seu objeto de pesquisa. As exposições foram compostas por painéis com a reprodução de fotografias e depoimentos coletados a partir da realização de entrevistas com moradoras(es), trabalhadores(as) e transeuntes que interferiam e imprimiam suas histórias nos espaços em que a pesquisa se realizava. O projeto contou com três edições: o Museu de Rua da Rua da Praia (1989), o Museu de Rua da Sociedade Sem Manicômio, no Hospital Psiquiátrico São Pedro (1990) e o Museu de Rua do Bomfim (1990-1991). A produção desta experiência museológica envolvia as pesquisas bibliográfica e iconográfica e também, acima de tudo, o que não se constituía uma regra no horizonte das práticas metodológicas da época: a pesquisa por meio da História oral.

Muitas das experiências que pude desenvolver na realização dos Museus de Rua busquei aproximar do meu trabalho como professora. Os novos percursos epistemológicos possibilitados pela adoção da pesquisa etnográfica, juntamente com a imersão em uma nova prática dialógica - que supõe a multiplicidade de muitas vozes e ideias - constituíram-se como saberes importantes para o planejamento e a realização de ações pedagógicas sensíveis às novas formas de organização e gestão comunitária.

Durante o período que demarcou as primeiras ações do governo da administração popular em Porto Alegre, tive a experiência de coordenar o centro comunitário da Vila Ingá (CEVI), uma das unidades que integravam, no início da década de 1990, a Fundação de Educação Social e Comunitária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (atual FASC) e que estava localizada na zona norte da cidade. Participei da ampliação da creche comunitária e da criação de oficinas de preparação para o trabalho de jovens e adultos. Também me envolvi na organização de festivais

de música e cinema que mobilizaram a cena artística e cultural produzida pelos jovens das comunidades próximas.

Logo que deixei de atuar na FESC fui convidada a desenvolver ações de pesquisa junto ao recém-formado Núcleo de Estudos sobre a Prostituição - NEP - do GAPA/RS, organizando oficinas e rodas de conversa com grupos de Mulheres, Travestis e Rapazes que se prostituíam. As falas mais recorrentes das travestis e das mulheres eram pautadas por dolorosos relatos que denunciavam a violência policial e a violência “de batalha”, referida quando esta decorria da rede de agenciamento da prostituição e muitas vezes de sua própria clientela. Paralelamente, retomei o trabalho em Educação que já havia iniciado desde o término da licenciatura. Entre os anos de 1988 e 2003 atuei como professora de História para o ensino fundamental e médio, nas escolas IPA, Mesquita, La Salle Canoas, Província de São Pedro, Cavahada e La Salle Dores.

Uma das experiências que desenvolvi lecionando foi a criação de núcleos de pesquisa em Ciências Humanas, voltados à realização de produção audiovisual a partir da pesquisa oral e iconográfica. Um dos quatro documentários que produzimos, intitulado *Memórias da Redenção*, foi o vencedor do Concurso Nacional de Cinema Estudantil, promovido pelo Curso de Ciências Sociais da UNISINOS em novembro de 1998. Todos foram exibidos pela TVE/RS e o último documentário que produzimos, intitulado *ALMARQUITETORECONSTITUIPOA*, integrou a programação da Casa de Cultura Mário Quintana, durante o mês de maio de 2002.

A partir de 2004 passei a atuar na área do direito e assumi a coordenação do setor jurídico do SINAPERS, onde desenvolveria ações relacionadas à efetivação de direitos das categorias representadas pela entidade. Foi neste sindicato que passei a conviver com algumas das sindicalistas pioneiras no estado, testemunhando a criação do Tricô dos Precatórios. Naquele período, todo o quadro diretivo da entidade era composto exclusivamente por mulheres. Na companhia delas, cujas lições e coragem me inspiram em diferentes caminhadas, participei de muitos debates no legislativo federal, estadual e municipal, particularmente na defesa de projetos que garantiam a reserva de percentual da receita corrente líquida do executivo para pagamento de créditos inadimplidos ao funcionalismo. De certa forma, avalio o trabalho que pude desenvolver no sindicato muito mais como uma ação político-pedagógica do que um exercício objetivo da prática jurídica.

Considero importante contar uma pouco da história sobre a convivência próxima que desenvolvi junto às(aos) associadas(os) e as tricoteiras. Trabalhei na entidade de julho de 2004 a

dezembro de 2010, com vínculo empregatício, assumindo uma carga horária que variou de 28 a 36 horas por semana. As minhas tarefas naquela função se constituíam, além do ajuizamento de parte das ações coletivas, na prestação de assistência jurídica individual, realizada na sede da entidade. Uma das estratégias a que me dediquei neste setor foi a de garantir a redução da judicialização dos conflitos, tentando garantir resoluções mais céleres, por via administrativa, das demandas trazidas pelas/os aposentadas/os, pensionistas e beneficiárias/os da saúde.

Meu primeiro contato com os grupos de mulheres que participavam das oficinas e dos eventos promovidos pela entidade, ocorreu na celebração do dia internacional da mulher, em março de 2005, quando fui convidada a conversar com as aposentadas sobre os movimentos emancipatórios feministas. A partir daquele momento, fiquei mais próxima das mulheres responsáveis por incentivar a presença das (dos) associadas(dos) nas ações políticas propostas pela categoria. Mulheres que ocupavam o sindicato com as suas reivindicações e a sua irreverência criativa; que faziam campanhas para amenizar as situações de vulnerabilidade de outras/os idosas/os; que chamavam, ruidosamente, para as suas feiras de artesanato; que trocavam observações sobre as suas novas artes e amores e que também invadiam prédios públicos quando entendiam necessário.

No ano seguinte, atuei por um curto período junto aos celetistas vinculados ao sindicato dos Trabalhadores Portuários e Arrumadores de Rio Grande, na agenda de lutas pelo pagamento dos créditos trabalhistas devidos pela Fazenda Pública. Em uma semana participava de uma assembleia com os trabalhadores do porto e em outra, de uma roda de conversa com as tricoteiras, agulhas em punho, para escutar os próximos passos do movimento. Em junho 2006 organizamos uma manifestação conjunta em frente ao Palácio Piratini, considerando as semelhanças entre as suas causas.

Durante o período em que atuei na entidade, pude perceber e interagir com muitas contradições e dificuldades, expressas na condução de parte das políticas da entidade e observáveis, por exemplo, na elaboração de programas que, em muitos momentos, resultaram em ações de cunho meramente assistencialista. Ainda assim, sempre me impressionou a relação que as associadas, particularmente as mulheres mais idosas, estabeleciam com a entidade. Para muitas, ir ao sindicato era parte de uma rotina que poderia incluir, no mesmo dia, uma sessão de fisioterapia, uma consulta jurídica para verificar o andamento de algum processo e ainda a

participação em uma feira de produtos artesanais, organizada pelo ateliê do encanto, com a expectativa de garantir uma renda complementar.

Quando a ideia de organizar um movimento que tinha como base a realização de um trabalho manual feito coletivamente - sugerido pela assessora de imprensa do sindicato, a jornalista Kátia Escobar e desenvolvido por duas fundadoras da entidade, as aposentadas Nelly Priebe e Julia Camargo - passou a tomar forma, confesso que demorei a reagir com o entusiasmo que o projeto merecia. Não percebi, de imediato, as possibilidades que aquela ideia trazia, no sentido de retomar os saberes inscritos nas histórias de vida daquelas mulheres. Participei das primeiras reuniões, mas foi quando acompanhei a conversa sobre uma das leituras escolhidas pela assistente social do sindicato é que passei a compreender a dimensão do movimento que aquele grupo de mulheres começava a criar. Eu sabia que tinha o compromisso político de apoiar a iniciativa daquelas mulheres, mas algum sentimento abaixo da superfície do juízo me impedia de estar verdadeiramente ao lado delas. Foi preciso mais um tempo para que eu pudesse começar a entender os motivos de minha hesitação.

Fui a primeira mulher da minha família a ingressar em uma universidade. Meu pai era engenheiro civil e atuava projetando estradas e desenhando pontes como servidor do DAER⁷. Fazia *obras de arte*, dizia ele, repetindo o jargão utilizado em sua área. Tinha orgulho em dizer que mais do que um técnico, era um funcionário público. O pai de meu pai foi motorneiro. Conduzia bondes e ônibus, nos primórdios da companhia Carris. Em atividade posterior, trabalhando na antiga cervejaria Continental (Cervejaria Sassen, Bopp & Ritter S.A.), adquirida, na década de 1940, pela indústria de bebidas BRAHMA, meu avô se tornaria um dos trabalhadores responsáveis pela fundação do sindicato dos industriários de Porto Alegre.

Minhas avós, além das atividades de cuidado com a família e manutenção da vida doméstica, também *trabalhavam para fora* como costureiras - o que significa que desenvolviam as suas atividades dentro do espaço do lar. Minha mãe também seguiu esse ofício até os vinte e poucos anos, quando passou a *trabalhar fora* como comerciária. Minhas avós não puderam ser alfabetizadas, enquanto que minha mãe e tias conseguiram estender o seu processo de escolarização até o ginásio.

⁷ Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, autarquia vinculada ao Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Cresci ouvindo os seus relatos sobre a frustração de não terem tido a oportunidade de prosseguir os estudos. Frequentemente lembro de escutar a minha mãe, que produzia minuciosas telas de *patchwork*, destacar os paradoxos que operam na valoração desigual entre o que socialmente celebramos como arte e o que nomeamos como artesanato. O fato é que cresci perto e longe das agulhas. Perto porque as agulhas representavam os instrumentos de trabalho de todas as mulheres da minha família. Longe porque os resíduos da cultura pop e das mudanças comportamentais que ajudaram a moldar parte das infâncias urbanas durante os anos setenta, e a minha não fugiu desse destino, desviaram meus olhos para cenários mais distantes de casa. Também é importante contar que a máquina de costura de minha mãe, assim como as agulhas, os fios e as telas, eram os instrumentos intocados da família - responsáveis por manter, inclusive, parte de nossa segurança material quando os projetos e pontes de meu pai foram impedidos de tomar forma, durante algum tempo, no período mais sombrio do regime de exceção, instaurado no Brasil em 1964.

De forma distorcida, os trabalhos manuais por muito tempo me remeteram às dificuldades vividas pela maioria das mulheres que fizeram parte das nossas redes de afeto. Observava com curiosidade a forma como as mulheres da minha geração - algumas delas comprometidas com o modo de representar a realidade das classes mais abastadas - enxergavam nessas atividades e saberes o “perigo” da reprodução dos papéis de gênero previamente definidos pela estrutura patriarcal. Percebia que essas interpretações carregavam preconceitos que também estão articulados às contradições presentes na busca por novas expressões subjetivas e novos padrões de feminilidade.

Levei algum tempo para entender o quão emancipatórias as tramas produzidas por mulheres podem se revelar.

Em uma tarde de pleno dezembro, após a segunda manifestação das tricoteiras em frente ao Palácio Piratini, perguntei à dona Méry se manusear a lã, com aquele calor, não lhe era desagradável. Lembro que ela me olhou com ar condescendente e perguntou se eu sabia tricotar. Quando disse que não, ela me chamou para aprender o ponto básico. Depois do último atendimento do dia, fui ao ateliê e tentei fazer uma mantinha de ponto meia, com ela e dona Cecília. Terminei no início do outono e aprendi outras coisas além de fazer um cachecol. Aprendi a identificar o conservadorismo presente na estratégia, compartilhada inclusive nos círculos chamados progressistas, de desvalorização do trabalho produzido pelas mãos de mulheres. Essa

estratégia ainda nos ronda e nos joga a todas no mesmo lugar. No lugar onde nossos saberes só tem mérito e valor na medida do seu valor de troca. Refleti um pouco mais sobre o significado das experiências que nos unem e aproveitei o frio daquela estação para fazer sapatos de tricô com a ajuda de minha mãe.

Compartilho também, neste estudo, as dificuldades encontradas acerca das possibilidades reais de manter uma postura de distanciamento dos fatos e do objeto de pesquisa, com a finalidade de desenvolver uma análise que pudesse evitar entendimentos meramente conduzidos pela força da subjetividade. Busquei ter cuidado com o perigo das construções arbitrárias de juízo que a força dos compromissos pode provocar, colocando em risco a legitimidade e o caráter de fidedignidade que deve pautar um estudo de natureza científica. Este esforço perpassa esta pesquisa, mas, no entanto, é preciso lembrar que a tentativa de investigação do tema proposto pela via de uma desejável neutralidade, encontrou aqui barreiras bem definidas. A minha proximidade e admiração pelas mulheres cujas trajetórias são protagonistas deste estudo, bem como o resgate dos fatos e informações dos quais fui testemunha e/ou participante direta são um exemplo disso. Na realização desta pesquisa tive a preocupação de contribuir para tornar mais visível o movimento Tricô dos Precatórios, particularmente porque sua existência ainda não foi narrada e historicizada nos espaços de locução acadêmica. Consciente das muitas limitações que cercam esta abordagem, tento desenvolver, por enquanto, as reflexões que se fizeram possíveis.

2.2 HORIZONTES DE ANÁLISE E CATEGORIAS TEÓRICAS

A construção das experiências mobilizadoras e educativas vividas por essas mulheres, representantes de parcela significativa do movimento sindical gaúcho, configura-se como elemento fundamental para o desencadeamento deste estudo. O percurso teórico que dá suporte à execução desta pesquisa buscou dialogar com tradições epistemológicas diferentes, considerando as particularidades dos cenários históricos nos quais estão inseridas. Os instrumentos analíticos convocados para recompor uma parte das trajetórias destas mulheres, têm como base os pressupostos do materialismo histórico e as abordagens que têm colocado as perspectivas feministas e as questões identitárias no centro do debate no campo das ciências humanas.

As questões que esta pesquisa se propõe a compreender buscam desvelar as experiências que estas mulheres construíram no Tricô dos Precatórios a partir das suas representações narrativas. Seus desejos, medos e expectativas, assim como também seus momentos de insurgência individual e/ou coletiva, nos contam muito sobre as suas projeções emancipatórias e a concreta possibilidade de refazer e ordenar as tramas do que foi vivido.

Esta investigação parte da hipótese de que houve experiências emancipatórias construídas a partir das experiências coletivas elaboradas pelas integrantes do movimento.

Em sociedades em que os comportamentos e condutas ainda têm sido orientados pela razão patriarcal, estas trajetórias tem muito a ensinar sobre os desafios que cercam a inscrição das vozes de mulheres - e particularmente de mulheres que estão atravessando a terceira ou a quarta idade - nos espaços públicos. As teorizações que reconhecem a importância e o protagonismo da dimensão cultural para a construção de uma nova perspectiva dialética - centrada no poder de agência da(do) sujeito - se confirmam como companhias inseparáveis deste percurso.

Um dos desafios enfrentados na realização desta pesquisa está relacionado à condição que me torna, além de pesquisadora, também uma testemunha dos fatos e situações que foram investigados ao longo deste estudo. Considerando necessário o esforço em garantir um certo distanciamento do objeto de análise - fundamental para possibilitar o amadurecimento do processo de observação científica - busquei ajustar o foco para perceber as múltiplas nuances das experiências que me foram narradas. Como a idade me fez aprender, é preciso afastar-se um pouco para poder ver. Nem tão longe, no entanto.

O caderno no qual aparece o registro da data em que dona Méry se aposentou como auxiliar de educação; a luva azul marinho tricotada sem as pontas dos dedos, usada para escrever nos dias de frio, presente de dona Sônia; as fotos que documentam a jornada de dona Nelly e dona Júlia pelos labirintos da Câmara dos Deputados, gabinetes à dentro, munidas da fiel *retratista* - como as duas chamavam, de forma irônica, a inseparável câmera fotográfica - são alguns dos pequenos vestígios que trazem para bem perto a presença de muitas mulheres, cujos movimentos pude acompanhar por algum tempo. Nas escolhas que tornam possível a realização de uma pesquisa sobre estas experiências, algumas preocupações necessitam se fazer presentes: o cuidado com a reconstituição de alguns fragmentos da trajetória dessas mulheres; a atenção para com os significados de um repertório de ação política, no qual são retomados alguns de seus saberes ancestrais, marcados culturalmente como “práticas femininas”, reservadas ao ambiente

doméstico; e a inscrição do protagonismo de mulheres aposentadas, algumas com idades já bastante avançadas, vivido sob condições objetivas determinadas.

Entendo que a investigação sobre os processos de construção e compartilhamento de saberes que envolve o “fazer-se” de uma categoria, em seu movimento de reinserção política, por exemplo, pode se beneficiar do aporte teórico das(os) autoras(es) de tradição marxista que, ao longo do século XX e XXI, vêm dialogando com as perspectivas críticas de seu tempo. Não por acaso, as reflexões que identificam as possibilidades de agência do sujeito no processo de enfrentamento à reprodução das contradições sociais, configuram-se como fundamentais ao pleno desenvolvimento dessa pesquisa. Desta forma, os escritos de Walter Benjamin (1985), Ecléa Bosi (2013), Edward P. Thompson (1996), Heleieth Saffioti (2004) e Marcela Lagarde (2005) se constituem como os alicerces teóricos a inspirar e ajudar na organização deste caminho.

O pensamento de Walter Benjamin, bastante singular dentro do próprio campo marxista que confere um novo estatuto para a cultura, configura-se como uma das bases que inspiram esta reflexão. Uma ideia que perpassa boa parte da obra de Benjamin é o entendimento - que se revela também como “pressentimento” - de que, em tempos de intolerância e opressão, nem mesmo as experiências do passado estão a salvo. Para o filósofo, tornava-se necessário aprender a “escovar uma história à contrapelo” (expressão referida na Tese VII das Teses sobre o conceito de História), documentando a presença de novas vozes e sujeitos a partir da recuperação dos sentidos das vivências que foram oprimidas e/ou negligenciadas pelas narrativas hegemônicas. O sentido da produção de uma memória dos “vencidos”, como também dos esforços em repelir a sua tentativa de apagamento, se coloca, para o autor, como a efetiva possibilidade de construção de uma história diferente. Recorrer às contribuições de Benjamin foi importante na recuperação das memórias e de parte da experiência daquelas mulheres com as quais pude conviver por um breve, mas intenso período.

Ecléa Bosi, autora de uma das obras mais instigantes sobre o sentido ético - político do trabalho de reconstituição da memória e uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a destacar a importância da tradição oral na viabilização de estudos sobre vidas de trabalhadoras e trabalhadores/res, é uma das referências mais cruciais desta abordagem.

Ciente da difícil tarefa de dialogar com uma obra de tamanha complexidade, ousei retomar a leitura da professora Bosi para acompanhar os seus ensinamentos sobre o uso de narrativas e, particularmente de pessoas idosas, para demarcar novas questões históricas à luz da experiência

das pessoas que até então não se reconheciam nas narrativas oficiais. Bosi chamou a atenção para a possibilidade dos indivíduos atuarem na reorganização do vivido a partir da produção de suas biografias, ressignificadas por meio do uso do testemunho oral. Reportando-se ao ensaio de Benjamin sobre o papel privilegiado da narração para o amadurecimento de uma experiência coletiva, a autora manifesta o que segue: (BOSI, 2013, p.59)

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.

Na articulação entre algumas das ideias força deste estudo, a saber: memória, experiência, gênero e classe, também faço evocação à obra do historiador Edward P. Thompson, particularmente de seu registro vigoroso acerca da formação da classe trabalhadora inglesa entre os séculos XVIII e XIX. Seus estudos destacam as histórias de “homens e mulheres reais” que se constituíram enquanto classe no embate com as contradições representativas da etapa inicial do capitalismo. Sua perspectiva revigorou a dialética materialista, trazendo à luz novos sentidos para a compreensão da luta de classes a partir da análise de um elemento, até então, pouco explorado: a experiência. Patrimônio ativo de uma classe, sua expressão está implicada no *fazer-se*, ou, o que seria uma tradução mais adequada, um auto-fazer-se. (THOMPSON, 1981, p.182)

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: "experiência humana". Esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Ao distanciar-se das soluções reducionistas oferecidas por parte dos desdobramentos do materialismo, o autor nos desafia a pensar que, para além de reproduzir as práticas, comportamentos e ideias de uma estrutura com lugares pré-ordenados, os sujeitos podem transformá-las, atribuindo novos sentidos às suas vidas e ao processo histórico no qual se fazem protagonistas. Neste viés, o conceito experiência torna-se essencial para compreender os desafios

vivenciados pelas mulheres que participaram da mobilização Tricô dos Precatórios. Segundo as autoras Maria Clara Bueno Fischer e Naira Franzoi: (TIRIBA, FISCHER, FRANZOI, 2018, p. 204)

refletir sobre a experiência é problematizar a relação entre o sujeito e os condicionantes que o limitam e que, ao mesmo tempo, o estimulam a ser e estar no mundo - ou com o mundo, como diria Freire (1996) -, ou seja, é tratar da sua capacidade de produzir o mundo e de fazer história.

O fenômeno do “fazer-se”, revelador do lugar ativo do sujeito na produção de uma cultura de resistência, pode ajudar a entender a formação deste grupo, criado em meio à identificação de vivências comuns e ao compartilhamento de histórias, expectativas e saberes. Outra proposição que se conecta ao recorte da experiência, diz respeito à consolidação do que Thompson percebia como uma “História vista de baixo”. Os diálogos possíveis entre esta perspectiva e os ensaios em que Benjamin propunha a emergência de uma história dos vencidos, se impõem como um dos desafios deste trabalho, que tem como preocupação constante - a recusa ao esquecimento da experiência. Outra de suas contribuições para o campo dos estudos marxistas é a ideia de simultaneidade, conceito que possibilita o exercício de uma análise menos verticalizada entre as práticas socioculturais (concebidas como superestrutura) e as relações de produção (base) característicos de determinado momento histórico. Em uma passagem de sua obra “As peculiaridades dos ingleses e outros estudos”, o autor identifica a seguinte dinâmica: (THOMPSON, 1987, p.263)

A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte do seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.

Os movimentos sociais, percebidos em ativa relação com o meio, consolidam modos de lutar e aprender que se constituem como ferramentas importantes para a garantia de maior capacidade de enfrentamento político e visibilização de suas posições. O que de fato é aprendido enquanto se luta? É possível que este processo de aprendizagem, atuante na formação das *tricoteiras*, tenha auxiliado na construção de uma identidade (de classe) até então dispersa pelo longo afastamento das funções laborais que suas protagonistas desempenharam no serviço público, em razão do momento da aposentadoria.

O entrelaçamento entre essas experiências, pessoais e coletivas, constituído em meio à reconfiguração de memórias de uma geração de mulheres, propiciou uma forma singular de representação de classe, cujas características e desdobramentos não podem ser compreendidos de todo, sem a identificação dos marcadores de opressão de gênero e de raça.

Nesta perspectiva, algumas considerações acerca das categorias analíticas Gênero e Patriarcado, revelam-se essenciais. Como categoria relacional, gênero informa como categoria relacional e diz respeito aos papéis e representações do “masculino” e do “feminino” que se tornaram hegemônicas sob determinadas circunstâncias socioculturais. Em “O Segundo Sexo”, um marco dos estudos feministas, Simone de Beauvoir (2016) nos convoca a retirar o véu dessas representações. Ao desnaturalizar a presença da dominação masculina e a produção social dos modos de ser e existir femininos, Beauvoir identifica a percepção socialmente construída da mulher como “o Outro”: (BEAUVOIR, 2016, p.13)

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino “vir” o sentido geral do vocábulo “homo”. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda a determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.” (p.12) E ainda: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.

Essa compreensão tem sido repensada por epistemologias que recuperam vozes que considero fundamentais para entender parte da complexidade que as histórias de diferentes mulheres evocam.

O caminho percorrido pelos estudos que investigam as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, particularmente as latino-americanas, em diferentes cenários, têm um papel significativo nesta abordagem. Dentro da vasta contribuição das epistemologias feministas para a análise das relações sociais situadas em um contexto de permanência do patriarcado, tento dialogar com pesquisas que mobilizaram esforços para garantir maior visibilidade aos desafios e tensões que afetam as mulheres cotidianamente - e que ganham contornos mais nítidos junto às classes populares, quando os efeitos espoliatórios do capital desapropriam seus destinos e suas possibilidades emancipatórias reais. As autoras cujo trabalho venho utilizar como referência, conjugam, dentre outras semelhanças, pelo menos um elemento comum: a luta pela inscrição, ético-política, de uma história contada a partir das experiências de mulheres, constituídas sob uma perspectiva relacional. Entendo que a disputa pelo direito à sua história tem sido um elemento

chave para os movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos das mulheres, na direção de uma sociedade assentada sobre a igualdade de gênero, social, étnico-racial e geracional.

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, uma das mais importantes estudiosas acerca das relações entre gênero e patriarcado, compreendidas sob uma ótica materialista, situa historicamente o patriarcalismo, concebendo-o como um sistema que opera subjugando o corpo, o desejo, o conhecimento, a liberdade e as experiências de mulheres. Para Saffioti, o patriarcado é o fenômeno estruturante de um modelo de dominação que opera sobre gênero, pois que “o patriarcado se refere à milênios de história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina”. (Saffioti, 2004, p. 136). Ao propor um diálogo com as mulheres que foram alfabetizadas entre as décadas de 1920 e 1940, faz-se necessário compreender de que forma a dinâmica patriarcal se fez presente em suas vidas, avançando um olhar sobre o trabalho reprodutivo.

Nos relatos que serão analisados em outro capítulo, identifico a presença tanto das formas de resistência à essa cultura patriarcal, quanto de sua entronização e reprodução. Segundo o relato de uma das entrevistadas, funcionária do sindicato, muitas das sindicalistas que organizaram o Tricô dos Precatórios não estavam apenas lutando pelo pagamento de créditos que poderiam lhes ajudar a ter uma vida com menores dificuldades materiais, ou, ao menos, um pouco mais “confortável” do ponto de vista da necessidade de cuidados que se tornam cada vez mais importantes nessa faixa etária. Para ela, muitas delas estavam ali - tentando receber esses valores atrasados decorrentes das demandas judiciais que corrigiram as defasagens nos seus vencimentos e que não foram pagas - para complementar a renda das famílias de suas(seus) filhas(os) ou familiares próximos. Esta situação complexa, em que estão postos múltiplos fatores, e que abrange tanto o crescente desaparecimento dos postos de trabalho, gerando novas dependências, quanto a relativização dos sentidos de uma convivência ética - e que denota uma situação de abuso financeiro - também não pode ser ignorada se pensarmos nos desafios enfrentados pela velhice nas sociedades capitalistas.

A identificação dessas realidades, também compreendidas enquanto um espelhamento dos processos de mercadorização do outro, torna mais visível o preocupante cenário de endividamento de pessoas idosas e, particularmente, de mulheres aposentadas e pensionistas. Aqui, o conceito desenvolvido pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2005), acerca dos múltiplos papéis desempenhados pelas “madresposas”, pode receber outros contornos, o que pode ser útil nesta

dissertação. Lagarde utiliza a categoria “madresposa” para desnaturalizar o sistema de representação social que mantém vivas as lógicas de opressão que ainda hoje conformam os lugares de existência das mulheres aos lugares de cuidado e manutenção da vida para outros. Sua expressão reflete os sentidos do viver como um ser do outro e para outros, quando os modelos de maternidade e conjugalidade - típicos do patriarcado - lhes reserva um papel subalterno.

Esta intenção de abordagem também se desloca, ainda sem a profundidade devida, sobre algumas questões relacionadas aos processos de envelhecimento. Não poderia ser diferente, quando as protagonistas destas experiências são mulheres na faixa etária de sessenta e cinco a noventa anos. A contribuição dos estudos de Insa Fooker (2015) pode auxiliar na compreensão dos processos formativos vividos e narrados por algumas dessas mulheres. A autora propõe uma abordagem sobre o envelhecimento que instiga outras possibilidades de organizar uma vida futura, ainda que o presente seja demarcado pelo atravessamento das perdas e pela precariedade dos vínculos. (FOOKER, 2015).

A formação⁸ na velhice é possível quando a pessoa, agora idosa, consegue se decidir pelo falar, quando consegue pronunciar a sua história, e quando o ambiente social e a sociedade em que vive estão dispostos a escutá-la, demonstrando ressonância a essa fala.

Pensar sobre as possibilidades emancipatórias que podem revelar outras formas de situar-se no mundo, desconstruindo um padrão de invisibilidade produzido sobre as mulheres que estão respondendo a tantos desafios é um exercício importante na condução desta pesquisa. A possibilidade de refletir sobre as experiências construídas por essas mulheres me aproxima de uma das necessárias lições de Paulo Freire, expressa no texto *Pedagogia da Autonomia*: “Reconhecendo-se que a luta é uma categoria histórica, deve-se reinventar a forma também histórica de lutar”. (FREIRE, 2019, p.66)

2.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

⁸ Excerto da nota original (2015): N. T.:A versão original do artigo, escrito em alemão, usa a expressão *Bildung im Alter*. O conceito *Bildung* em alemão foi neste artigo traduzido como *formação*. Contudo, o significado em alemão possui uma abrangência bem maior apontando tanto para o processo de formar-se quanto ao resultado de ser educado. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623647790>.

O processo de investigação que este projeto busca delinear, desenvolve-se no campo da pesquisa qualitativa e vem sendo composto a partir dos seguintes procedimentos: esboço do tema e identificação de uma problemática, seleção e leitura da produção científico-filosófica relacionada à investigação proposta e a utilização dos recursos da pesquisa oral e da análise documental. A realização de entrevistas narrativas, de cunho aberto, se constituiu como a base sobre a qual se construiu o processo de análise. O levantamento e checagem de informações, realizados junto às mídias impressa e digital também foram procedimentos importantes, particularmente no sentido de comprovar a fidedignidade dos fatos aqui analisados. Estas últimas fontes tiveram um papel secundário nesta abordagem.

Com relação aos procedimentos éticos adotados, considera-se de vital importância o esclarecimento das entrevistadas acerca dos objetivos, procedimentos e possibilidades de uso desta pesquisa. Na realização das entrevistas, foram providenciadas as assinaturas de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), necessárias para formalizar a autorização das mesmas.

Ao explicitar este itinerário de ação, faz-se necessário esclarecer que estas etapas não têm sido praticadas na forma de um encadeamento linear. O fato de já ter vivenciado uma aproximação de longo tempo junto às protagonistas que dão sentido à realização desta pesquisa, me permitiu uma coexistência com outras lógicas de observação e análise. As lições de Paulo Freire e Ecléa Bosi se mostraram cruciais no desenvolvimento deste trabalho, ajudando a qualificar o exercício da escuta e a dimensionar as relações intersubjetivas que foram tecidas ao longo do caminho, entre memórias e encontros que celebram a proximidade e as observações críticas que exigem um necessário esforço de distanciamento.

A construção de uma problemática de pesquisa, assim como a identificação de seu campo analítico foram produzidas em diálogo com a professora orientadora desta dissertação e com as/os colegas que integram o grupo que vem desenvolvendo pesquisas sobre as relações entre trabalho e cultura nos territórios da educação popular. Estas elaborações tornaram possível a redefinição do método e a construção dos pressupostos teóricos aqui presentes. Conforme sugere Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt: (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2013, p.46).

Se insistirmos na pergunta de partida, é porque a evitamos com demasiada frequência, seja porque parece evidente (implicitamente!) ao investigador, seja porque este pensa que verá mais claro à medida que avança. É um erro. Ao desempenhar as funções de primeiro fio condutor, a pergunta de partida deve ajudá-lo a progredir nas suas leituras e nas suas entrevistas exploratórias. Além

disso, é “moldando” a sua pergunta de partida que o investigador inicia a ruptura com os preconceitos e com a ilusão de transparência.

Quanto à utilização das fontes de imprensa, foram utilizadas as informações emitidas pela imprensa de Porto Alegre, basicamente nos jornais Correio do Povo e Zero Hora. Além dos periódicos com circulação no Rio Grande do Sul, foram buscadas informações no jornal Correio Brasiliense, em circulação no Distrito Federal, em período correspondente aos meses de abril e junho de 2007. Neste período, duas reportagens registraram a presença e a pressão das tricoteiras, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

No plano da coleta de documentos institucionais, tive que processar algumas alterações no meu roteiro inicial. Pretendia anteriormente, conforme expresso no projeto de qualificação, proceder à leitura e análise das atas relativas ao acompanhamento das assembleias gerais, realizadas no sindicato, que, segundo as minhas estimativas iniciais e considerando o período em que a mobilização esteve mais ativa, seriam doze. Em virtude do tempo exíguo e do encorajamento das(os) professoras(es) que integraram a banca ao sugerir que buscasse privilegiar as fontes orais, alertando para a impossibilidade de realizar a coleta e a análise do trabalho pretendido no prazo de um mestrado, procurei apenas a primeira ata onde aparece, de forma muito diluída, informações sobre a criação do movimento.

2.4 ENTREVISTAS NARRATIVAS

As entrevistas narrativas foram realizadas com quatro senhoras aposentadas que participaram do movimento Tricô dos Precatórios, egressas das áreas da saúde, administração e educação e duas funcionárias da entidade que atuavam, cada uma, nas áreas jurídica e de assistência social. A escolha das entrevistadas obedeceu aos seguintes critérios: participação nas oficinas e nas mobilizações durante os períodos de 2005 e 2006, quando ocorreram os principais eventos relativos à luta pelo pagamento de precatórios e, no caso das funcionárias, o desempenho de função que determine o atendimento direto às(aos) associados. Duas das aposentadas são mulheres com quem mantive contato desde que deixei o sindicato e outras duas senhoras foram sugeridas pela assistente social que trabalhou durante o período referido e foi responsável pelas oficinas de trabalhos manuais e reorganização financeira.

Importante destacar que outros nomes de integrantes do Tricô foram sugeridos pelas ex-colegas que atuaram e no caso de Maira, ainda trabalham no sindicato. Porém, as dificuldades de saúde das mesmas, relatadas por familiares por meio de contato telefônico, impossibilitaram a minha aproximação. Infelizmente, uma das senhoras que teve protagonismo significativo na locução com outras entidades e que fazia parte dos contatos já estabelecidos, veio a falecer no início deste ano.

Para a realização das entrevistas narrativas foram mobilizadas algumas das técnicas e métodos relacionados à História oral. Conforme Ecléa Bosi (1994, p.19-20)

mais do que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.

Para além de constituir um acervo que pode ser acessado por outros olhares, em diferentes pesquisas, as entrevistas se revelam como instrumentos de incentivo e encorajamento para que as mulheres possam contar das suas histórias, elaborando suas experiências com maior profundidade. Ao pensar a importância da narração, sobretudo para as pessoas mais velhas, Bosi (2013) considera que o “trabalho de produção e compartilhamento da memória também se constitui como o trabalho do idoso”. (2013, p. 24).

É preciso ficarmos atentas(os) com as possibilidades de interpretação de uma entrevista narrativa. A sua utilização, como recurso de pesquisa, implica na aceitação de que não poderemos ter acesso direto às experiências dos outros, compreendendo que a elaboração da memória não é algo que possa ser colado à uma dada realidade, (MUYLAERT, SARUBBI JR, GALLO, ROLIM NETO, REIS, 2014, p.193)

pois se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida”. (...) As narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo, são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos nos quais as biografias se enraízam.

Torna-se importante referir que as narrativas ajudam a produzir sentidos acerca da materialidade do vivido, que então se constitui como experiência refletida. Porém, é importante referir que o conteúdo/fluxo da memória, ainda que não possa subordinar-se ou colar-se à

realidade, pois que é produção subjetiva, pode vir a contribuir com novas representações para a árdua tarefa de apreensão do mundo concreto. Isto posto, pode-se sugerir a existência de uma dimensão pedagógica que atravessa o testemunho, cuja base constituidora é a memória: (BOSI, 2007, p.45)

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim for, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Além de afirmar as potências da inscrição de si, em uma perspectiva emancipatória, as histórias e tramas que são tecidas e “destecidas” por várias vezes, também podem significar o início da “recuperação de uma outra história”. (TIBURI, 2018). Importante reforçar que a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17). O trabalho de narrar, acima de tudo, é o trabalho de selecionar as memórias que são possíveis, organizar a experiência e colocar em perspectiva o conteúdo do vivido.

3 OS PONTOS APRENDIDOS NA PRAÇA: O TRICÔ DOS PRECATÓRIOS

O delineamento das informações relacionadas ao contexto no qual o movimento se organizou, bem como a identificação de suas protagonistas - concebidas como os sujeitos desta pesquisa - e suas reivindicações, localizadas nos direitos de âmbito previdenciário, é o roteiro pretendido neste capítulo. A caracterização da entidade sindical envolvida na realização do movimento Tricô dos Precatórios também será abordada neste momento.

3.1 SUJEITOS DA PESQUISA

Uma das especificidades relacionadas à formação do grupo envolvido com o Tricô dos Precatórios diz respeito à faixa etária de suas integrantes, situada no que as pesquisas que concentram informações acerca dos processos de envelhecimento denominam como a terceira e a quarta idade⁹. As mulheres que atuaram diretamente na organização das mobilizações tinham idades variáveis entre sessenta e cinco e noventa anos. Porém, as lideranças do movimento tinham entre 76 e 86 anos de idade. A partir das informações coletadas em diferentes testemunhos, pode-se referir que a formação mais constante do movimento, percebida entre os anos de 2005 e 2007 contou com a participação de um número de dezoito mulheres. Quinze delas eram aposentadas da administração pública estadual que, durante o seu período em atividade, desenvolveram as seguintes profissões e funções: professoras, agentes educacionais, técnicas administrativas e técnicas auxiliares em saúde e assessoras de gabinete. Três integrantes do grupo - que participavam assiduamente dos encontros voltados à organização das manifestações - eram pensionistas de servidores ferroviários¹⁰. De forma geral, a renda das mulheres (considerando a sua maioria) que

⁹ “Nesse contexto de mudanças, a população idosa também se diversifica, alterando a composição etária do próprio grupo: hoje é cada vez maior o número de pessoas que alcança uma idade avançada e muito avançada, inclusive passando dos 100 anos. Uma forma de diferenciar os idosos é a divisão em Terceira e Quarta Idades. Enquanto a Terceira Idade se refere às pessoas idosas que estão em boas condições físicas e cognitivas, muitas vezes ainda trabalhando ou aproveitando da vida, o termo Quarta Idade é usado geralmente para descrever idosos com problemas físicos e cognitivos que comprometem seriamente as atividades diárias e a autonomia”. Johannes Doll, no artigo Sociedade em envelhecimento, publicado no Jornal da Universidade/ UFRGS, edição de 02 de abril de 2019.

¹⁰ Os aposentados da extinta Viação Férrea, mais tarde encampada pelo governo federal e transformada em Rede Ferroviária Federal (RFFSA), muitos deles sindicalizados à entidade, recebiam um benefício de aposentadoria de tipo híbrido: a responsabilidade pelo pagamento de seus proventos cabia tanto ao regime geral de previdência, quanto ao regime próprio, dependendo da data de concessão do benefício. Estes/as tinham direito ao recebimento de precatórios emitidos tanto pela justiça do trabalho, quanto pela Justiça estadual.

participaram com maior regularidade das oficinas e programas do sindicato e passaram a compor o movimento, situava-se entre um e três salários mínimos, tendo como referência a base mínima salarial do estado do Rio Grande do Sul.

O seu grau de escolarização era bastante heterogêneo: a maioria destas mulheres chegou a alcançar o que em outro momento histórico era denominado como ensino primário. Quatro aposentadas, dentre elas, duas professoras, possuíam curso superior completo. A formação escolar da maioria das professoras que atuaram no movimento alcançou a conclusão do então curso normal, voltado para a prática do magistério. As professoras que integravam este grupo pertenciam ao quadro de servidores da educação e as que haviam concluído um curso superior, com exceção das professoras, integravam o quadro dos funcionários técnicos-científicos do estado. Três das mulheres que iniciaram o movimento tinham a pensão do IPE como única renda. À medida que a mobilização cresce, sua participação se torna mais expressiva. A viuvez era uma característica marcante desse grupo, pois doze de suas integrantes eram viúvas. Não foram encontrados dados, com exceção das senhoras com as quais realizei as entrevistas, que fizessem referência ao estado civil das demais integrantes.

Cabe referir que somente quatro das tricoteiras moravam em Porto Alegre, sendo que uma delas residia no bairro Arquipélago. Duas aposentadas viviam nas cidades de Cachoeira do Sul e Santa Maria, enquanto que as demais aposentadas moravam na região metropolitana de Porto Alegre, nos municípios de Alvorada, Viamão, Canoas e Gravataí.

3.2 CENÁRIOS DO PROCESSO REIVINDICATÓRIO

Em dezembro de 2005 tem início as primeiras manifestações da mobilização que veio a ser reconhecida como Tricô dos Precatórios. Conforme já mencionado, precatório é uma requisição de pagamento devido pela Fazenda Pública municipal, estadual ou federal, emitida após o trânsito em julgado de uma decisão judicial. Ao final do processo de execução, o juiz responsável pela sentença deve emitir ofício ao presidente do tribunal ao qual está vinculado, para requerer o pagamento da dívida à (ao) credora (credor). As requisições recebidas nos tribunais até 1º de julho são incluídas no orçamento do ano seguinte. Majoritariamente, estas(es) credoras(es) são

funcionárias(os) públicas (os) da ativa, aposentadas(os) e também pensionistas de seus(suas) respectivas(os) seguradas(os).

As integrantes do Tricô dos Precatórios, com o suporte de seu sindicato, produziram inúmeras iniciativas paralelas às manifestações. Foram acionadas medidas jurídicas, como as ações declaratórias de inconstitucionalidade e mandados de segurança coletivos. Também foram assumidas medidas de natureza política, como, por exemplo, o aprofundamento da busca de soluções para o pagamento dos precatórios, explicitada na instauração do debate sobre a garantia de reserva de um percentual da receita corrente líquida estadual para o adimplemento dos créditos alimentares - que são preferenciais segundo a Constituição Federal.

Estes debates, travados no legislativo estadual e federal com a presença ativa das “tricoteiras” entre os anos de 2006 e 2007, foram fundamentais para a visibilização do problema, e para a criação, um pouco mais tarde, do pagamento das demandas judiciais transitadas em julgado - em atraso - por meio das Requisições de Pequeno Valor, as chamadas RPVs. Longe de significar a solução mais adequada, uma vez que as RPVs destinavam-se ao pagamento de créditos judiciais no limite de até quarenta salários mínimos, esse formato permitia ao credor receber um montante do valor de seu precatório dentro desta faixa, deixando o valor excedente em outra fila de pagamento - que por sua vez receberia um novo número de ordem. Tecnicamente, um precatório não pode ser parcelado pois sua regulamentação entende que o seu pagamento deve ter caráter emergencial, uma vez que estes créditos, quando alimentares, se formam por meio da correção de salários, aposentadorias e pensões, garantidos em âmbito judicial. O artigo 100 da Constituição Federal determinava que os idosos e portadores de doenças graves deveriam ter prioridade no recebimento destes atrasados. A emenda constitucional n.º 62, de 09/12/2009, trouxe uma nova redação para o artigo 100 da CF, reconhecendo a necessidade de garantir o pagamento de forma prioritária para os titulares dos créditos de natureza alimentar que sejam idosos ou portadores de doença grave na forma da lei.

Algumas posições alertaram para os perigos da opção pela RPV, relativizando as possibilidades de garantia do pagamento de seus créditos excedentes, inclusive o próprio sindicato, que na edição de março de 2008 de seu jornal de circulação restrita às(aos) suas(seus) associadas (os), provocou este debate com a matéria intitulada “O que significa para os aposentadas e pensionistas o ato de abrir mão de um direito?”, assinada por suas editoras.

No entanto, faz-se necessário pontuar que a legalização desta possibilidade de pagamento, garantiu ao mínimo o pleno pagamento para as servidoras e aposentadas do Poder Executivo que recebiam entre um e quatro salários mínimos, o que correspondia, naquele período, à 75% do funcionalismo estadual. Particularmente, os atrasados referentes ao desfecho das ações que pediram o cumprimento dos reajustes decorrentes da implementação da *Lei 10.395/95*, também chamada de *Lei Britto* pelos sindicatos das(aos) servidoras(es) estaduais, ganharam nova possibilidade de adimplemento para as categorias com remuneração mais defasada, como por exemplo, professores, servidores da Brigada Militar àquela época, técnicos da saúde, ferroviários, funcionários do extinto Departamento de Portos Rios e Canais (DEPREC/RS), servidores de autarquias e fundações.

A situação do processo de pagamento dos precatórios em 2005 apontava para uma dívida estatal de 3, 6 bilhões. Segundo dados coletados em 22 de maio de 2019, junto à Comissão de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o montante da dívida chegou a ultrapassar 8 bilhões de reais, somente com precatórios alimentares. A redução drástica dos pagamentos dos precatoristas acentuou-se na gestão Yeda Crusius, enquanto que a retomada do cumprimento das decisões judiciais limitadas ao teto do valor das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), em maior volume, foi observada no governo Tarso Genro.

Naquele período estava em curso o aprofundamento das práticas que determinavam o enxugamento da máquina estatal e dos serviços públicos, combinadas às constantes tentativas de redução de direitos do funcionalismo - efeito da política de estabilização da política neoliberal entre nós.

A discussão acerca da legalidade das estratégias que impunham a diferenciação de tratamento entre funcionários da ativa e inativos passou a ganhar força com a reação dos sindicatos e, particularmente, das entidades protagonizadas por aposentadas e aposentados da administração pública. Uma das políticas a que faço referência - constantemente presente nas experiências de feição liberal - está inserida nas disputas pela alteração dos princípios reguladores de um regime administrativo e previdenciário que até este ano ainda se preocupava em garantir aos aposentados os mesmos direitos e incrementos salariais das (dos) trabalhadoras(es) que continuam na ativa. Como exemplo, podemos elencar algumas estratégias defendidas pelo governo do período. Uma delas foi a tentativa de ampliação dos “prêmios de produtividade”, cujo resultado geraria impacto apenas na folha de pagamento dos servidores em atividade. Este posicionamento, formalizado pela

mais recente reforma do sistema previdenciário (2019), contraria preceitos constitucionais valiosos que versam sobre a organização da administração pública em todos os estados da federação.

Acerca da constitucionalidade das propostas em âmbito securitário, torna-se importante referir que estas ideias estão sendo legitimadas pelos grupos que vêm defendendo a legalização de um novo regramento para a previdência, definido menos a partir das necessidades reais dos cidadãos, em particular das mulheres e dos mais pobres; e mais em consonância com as urgências do mercado, considerando a ampliação das políticas de privatização da previdência e da saúde. A situação das mulheres, responsabilizadas historicamente pela realização de múltiplas jornadas de trabalho, passa a se revestir, neste contexto, de contornos ainda mais trágicos.

A questão da sustentabilidade previdenciária em um cenário de retrocesso das conquistas sociais se impõe como uma das preocupações centrais nas lutas que as(os) aposentadas(os) têm travado na garantia de uma vida com maior qualidade, considerando os aspectos materiais e psicossociais. Um dos terrenos mais lucrativos para as iniciativas econômicas ajustadas ao avanço do neoliberalismo, em sociedades caracterizadas pelo expressivo aumento da longevidade, sem dúvida, é o campo da seguridade. Em matéria produzida para o Jornal da Universidade (UFRGS), na edição de abril de 2019, a professora Sonilde Lazzarin discute a proposta de Reforma da Previdência, levada à cabo recentemente, no mês de outubro do presente ano¹¹:(LAZZARIN, 2019, p.5)

A nova regra para aposentadoria por idade é perversa e valerá também para trabalhadores rurais e professores. As mulheres serão fortemente atingidas, considerando-se a situação de descontinuidade laboral, informalidade, desgaste pelo exercício da dupla jornada e falta de acesso a creches públicas.

Nos últimos anos observa-se que as(os) trabalhadoras(es), em sua histórica luta pela efetividade de seus direitos, têm perdido, paulatinamente, a garantia dos direitos necessários à construção de um futuro mais digno e seguro para todas(os).

Para situar com maior detalhamento estas questões, torna-se importante fazer referência ao modelo de Previdência vigente no Brasil, caracterizado por um sistema híbrido, composto, de um lado, por garantias que nos remetem às especificidades das políticas de seguridade social inspiradas nas matrizes assistenciais do ‘Welfare State’, e por outro, por um regime de custeio dependente da contribuição expressiva da população.

¹¹ “Reforma penaliza os mais vulneráveis” (p.5) Matéria escrita por Sonilde Lazzarin, professora de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário na Faculdade de Direito da UFRGS, encartada na edição de abril de 2019, do *Jornal da Universidade*, editado pela UFRGS.

A configuração do sistema de proteção social brasileiro, na atualidade, tem o seguinte desenho: o conjunto de instituições protetivas que denominamos de Seguridade Social é composta por um tripé formado pela Previdência, pela Assistência Social e pela Saúde. A Previdência se desdobra em dois regimentos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)¹². O princípio fundamental das previdências públicas, tanto do Regime Geral, como do Regime Próprio, é o princípio da Solidariedade, o que se demonstra por seu caráter redistributivo. A previdência dos funcionários públicos estaduais, municipais e do Distrito Federal é regulada, portanto, pelos Regimes Próprios (RPPS).

Ao buscar informações sobre as experiências de um grupo de mulheres aposentadas, responsável por criar um repertório não usual de enfrentamento político - e referenciado nas memórias, fazeres e teceduras vividas por gerações de mulheres que, segundo suas próprias narrativas, lhes antecederam - na defesa de alguns de seus direitos, me parece necessário localizar os campos tensionados nos quais as suas reivindicações se inserem.

Uma dessas tensões diz respeito às demandas relacionadas às suas condições de aposentadoria. As instituições protetivas a que fiz referência, possuem, como um de seus elementos centrais, garantias previdenciárias que se constituem como instrumentos reguladores de aposentadorias, auxílios e pensões. Parte expressiva das ações políticas organizadas por estas sindicalistas, portanto, buscou focalizar os avanços e os recuos que caracterizaram o embate entre a comunidade de servidoras(es) e o governo do estado pela efetivação dos direitos - previstos no regime próprio de previdência dos servidores públicos do estado do Rio Grande do Sul. Essa luta vem ganhando contornos mais dramáticos nos últimos anos, com a política de parcelamento de salários, iniciada durante o governo José Ivo Sartori (MDB), desde maio de 2015 e continuada pela atual gestão Eduardo Leite (PSDB).

¹² O regramento das condições para a aposentadoria das/os servidoras/es públicas estaduais, cujos direitos securitários integram o regime próprio de previdência social, está previsto na Lei Complementar 10.098, de 03 de fevereiro de 1994, no dispositivo que segue:

Capítulo VII - DA APOSENTADORIA. Art. 158 - O servidor será aposentado: I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos; II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço; <http://www.al.rs.gov.br/legis> 29 III - voluntariamente: a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta), se mulher, com proventos integrais; b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais; c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo; d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e aos 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

3.3 O SINDICATO COMO LUGAR DE LUTA, CONVÍVIO E APRENDIZAGEM

Embora a sindicalização feminina tenha aumentado na última década, verifica-se que os dados sobre a participação das mulheres nos sindicatos, segundo informação divulgada pela CUT/RS, indicam que estas ainda têm uma presença bastante inferior à sua real inserção no mercado de trabalho - o que acaba por determinar uma reduzida presença das mulheres nos espaços de poder e na inscrição de pautas que priorizem diretamente a qualidade de vida de trabalhadoras e aposentadas.

Em contrapartida, a presença de um número expressivo de mulheres no SINAPERS vem seguir outra lógica. Os fatores que podem explicar a participação majoritária feminina em suas ações reivindicatórias, bem como as especificidades de suas políticas, aparecem mais claramente no conteúdo das primeiras disputas assumidas pelas suas fundadoras. Fundado em maio de 1990, ganhou espaço entre as lutas sindicais por defender direitos inscritos no campo da previdência pública de regime próprio

Alguns dados para a análise: o contingente de servidoras(es) aposentadas e pensionistas associadas(os) era formado por um número bem mais elevado de mulheres do que de homens e também logicamente por pessoas mais idosas. Conforme informações encontradas na ata da assembleia geral, realizada no sindicato em 04 de outubro de 2005, a entidade contava, naquele período, com 4.822 servidores aposentados e pensionistas sindicalizadas(os), sendo que 3.490 eram mulheres.

A presença majoritária de mulheres, expressa também na composição de seu quadro diretivo e de seu conselho - de doze membras(os), oito são mulheres - se explica tanto pelo fenômeno da maior longevidade das mulheres em relação aos homens (e são múltiplos os fatores que por enquanto ainda determinam essa realidade) quanto de questões mais específicas, relacionadas ao campo da seguridade. Segundo dados levantados pelo setor de assistência social do sindicato, em 2006, era bastante expressivo o número de pensionistas viúvas que tinham neste benefício a única fonte de renda.

Fundado em 1990¹³, este sindicato protagonizou, além da luta pela paridade salarial entre ativas(os) e inativas(os), a disputa pela integralização das pensões dos(das) beneficiários(as) dos

¹³ “Artigo 1 - O Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, abreviadamente identificado pela sigla SINAPERS, constitui-se dos servidores públicos aposentados e pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul. Fundado em 02 de maio de 1990, com sede e foro na Capital do Estado do Rio

funcionários estaduais. A contradição existente entre a norma constitucional federal , que determinava o pagamento integral aos pensionistas e a legislação estadual, mais antiga, dispunha que as pensões deveriam ser pagas no montante de 50% dos vencimentos da(do) segurada(do) provocou um embate judicial cuja decisão, em última instância, criou jurisprudência favorável ao recebimento da integralidade de pensionistas estaduais. Este direito se manteve estável até a reforma de 2003, que modificou o cálculo para os benefícios. Durante o período anterior à 2003,

segundo dados do setor jurídico do sindicato, a sindicalização de mulheres viúvas que se aproximaram da entidade para integralizar seus benefícios por via judicial, foi bastante expressiva.

Outro motivo não menos importante está na criação de um lugar de acolhimento relativamente seguro idealizado por mulheres, que propicia a formação de novos vínculos, trocas de experiências e a construção de aprendizagens variadas, uma vez que o sindicato também se constitui como um espaço educativo, especialmente para as pessoas que passam a vivenciar um processo de desengajamento das relações formais de trabalho.

Naquele período, a entidade organizou um conjunto de atividades regulares, que aproximaram as/os aposentadas/os do sindicato, estimulando a criação de novos vínculos de sociabilidade, desenvolvidos durante as oficinas, palestras, programas de atendimento à saúde e manifestações políticas. As atividades que mobilizaram as/os associadas/os a participar com mais efetividade do sindicato foram as de artesanato e trabalhos manuais, cuja oficina chamava-se Ateliê do Encanto; as de dança e pilates; de canto, que desencadeou a criação de um coral; de compartilhamento de leituras e de inclusão digital. A maioria das participantes do atelier do encanto, que constituíram a base do movimento Tricô dos Precatórios, também organizava pequenas feiras e brechós para a comercialização de parte de seus produtos artesanais. A geração de uma renda complementar à aposentadoria e/ou pensões era uma preocupação constante das mulheres que compunham aquele grupo.

As preocupações relativas aos cuidados com a saúde, sempre trazidos pelas associadas, também se constituíram como demandas prioritárias da entidade - o que veio a determinar a criação de um espaço de atendimento, em sua sede, para as pessoas que necessitavam de tratamento fisioterápico, por meio de recomendação médica. Como o plano de saúde dos servidores estaduais

Grande do Sul, é uma instituição permanente, de duração ilimitada, com base territorial no Estado do Rio grande do Sul, e tem por finalidade estudar, coordenar, proteger, representar legalmente e defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, e colaborar com os poderes públicos e as demais associações, sindicatos, federações e confederações”. Excerto do Estatuto do Sinapers, 1990.

(IPE-SAÚDE) não contava com uma ampla cobertura para fisioterapia e nem com um número mais expressivo de profissionais conveniados, este atendimento passou a receber um grande fluxo de aposentadas(os). Era cobrado uma taxa sobre cada uma das sessões, mas ainda assim os valores eram mais baixos comparativamente aos preços praticados em outras clínicas. As sessões de fisioterapia, frequentadas majoritariamente por mulheres, contavam também com a presença de homens aposentados. O centro de fisioterapia, mais timidamente, e o setor jurídico, bastante procurado, eram de fato, os únicos serviços que os funcionários aposentados procuravam e com os quais interagiam.

Durante o tempo em que atuei na entidade, percebi muitas contradições relativas à condução de parte das políticas da entidade e observáveis, por exemplo, no afastamento da locução com sindicatos de expressiva e histórica representatividade e, também, na elaboração de programas que, em muitos momentos, resultaram em ações de caráter meramente assistencialista. Contudo, avalio que as lutas que puderam ser travadas dentro das condições que eram possíveis, atingiram o objetivo de mobilizar uma categoria e também conseguiram dar visibilidade à algumas das pautas das(os) servidoras(es) estaduais, particularmente das mulheres aposentadas.

Uma das senhoras que entrevistei trouxe algumas comparações sobre a mobilização produzida pelo sindicato naquele período e as suas condições de enfrentamento ao modelo de gestão atual e a sua política de parcelamento de salários do funcionalismo gaúcho, que em novembro de 2019 completa 47 meses. Segundo a avaliação de Ariadne, que decidiu desligar-se da entidade há dois anos, o sindicato não estaria tomando nenhuma medida concreta para proteger o direito da categoria voltar a receber os seus proventos em dia. Quando lhe perguntei que tipo de ação poderia ser assumida pelo sindicato, Ariadne balançou a cabeça e me devolveu a pergunta.

Em contrapartida, Moira conta que o seu envolvimento com a entidade ainda é bastante intenso, pois utiliza os serviços de fisioterapia nas dependências do sindicato, participa de um grupo de dança e frequentemente solicita consulta no setor jurídico para verificar o andamento de processos de natureza administrativa. Segundo Moira:

(...) o sindicato era quase que uma segunda casa pra mim (...) fiz tricô, dança, participei de leitura com o grupo, ihhh...tanta coisa...as gurias da fisio me arrumam a coluna até hoje! Gosto do ambiente, de tá por dentro de tudo...de tá junto(...). Tive muito contato com o CPERS¹⁴ também, já fiz quase três meses de greve com a minha gente...o sindicato pegando junto, todo mundo querendo a nossa cabeça e nós segurando firme (...) mas ali...a coisa não era só

¹⁴ CPERS - Sindicato: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

política...tinha muita coisa unindo a gente(...) O tricô ali era mais ou menos a nossa sineta.

A sineta, que passou a ser o símbolo do CPERS - e que em outros tempos tinha a função de anunciar os inícios e términos dos períodos de aula, invocando uma disciplinarização do tempo no espaço escolar - também seria utilizada, a partir das manifestações da década de 1980, para anunciar as greves, manifestar as pautas e reivindicações das(os) professoras(es) e convocar a comunidade para participar das lutas da categoria. A fala da entrevistada sugere uma comparação entre um símbolo e outro, considerando, de certa forma, o exercício de ressignificação que se revela no deslocamento da função - ou dos usos - de ambos.

A aposentada Selma, apesar de estar mais distante do cotidiano da entidade, guarda lembranças bastante positivas do período em que fez parte do conselho do sindicato.

Os velhos já são muito maltratados hoje em dia. Faz muita diferença ter um lugar que tu sabe que vai encontrar o pessoal que tá passando por problemas parecidos. Eu voltei a encontrar as minhas colegas lá...antigas...no sindicato.

Apesar de ter uma história relativamente recente, se compararmos com a trajetória das entidades representativas das categorias mais tradicionais do estado, o SINAPERS vêm conquistando reconhecimento como uma das entidades protagonistas na defesa da previdência estadual, consideradas as especificidades do regime próprio e os desafios postos à sua manutenção - em face das atuais políticas de desestruturação dos serviços públicos. A luta pelo pagamento dos precatórios judiciais das(dos) servidoras(es) públicos estaduais, o processo de fiscalização sobre o gerenciamento do fundo previdenciário - FUNDOPREV¹⁵ - e a defesa da paridade salarial entre ativas(os) e inativos(as) constituem-se ainda como suas ações mais representativas.

Com o objetivo de compartilhar algumas das formulações que deram início à pesquisa e que podem contribuir com as reflexões que buscam outros olhares e práticas no enfrentamento aos desafios que o avanço da longevidade torna urgentes, trago alguns aspectos relacionados. A partir das conversas com essas mulheres e com as informações levantadas por outras fontes, este estudo procurou compreender, também, se o envolvimento destas mulheres na elaboração de um repertório de ação política repercutiu na vivência de um processo de envelhecimento mais potente

¹⁵ Os Fundos de Equilíbrio Previdenciário - FR - Prev e o de garantia da Previdência Estadual - FG- Prev foram aprovados em 2007 por meio das leis 12.763 e 12.764. Essa legislação determina a criação de reservas financeiras para a cobertura dos passivos de natureza previdenciária. Sua justificativa, portanto, foi a possibilidade de prevenção de riscos e correção dos desvios que estariam afetando o equilíbrio das contas públicas.

e significativo. Os diferentes sentidos que acompanham a ocupação dos espaços públicos com fazeres aprendidos em ambientes privados, reconfiguração impressa no movimento criado por essas mulheres, sugerem algumas pistas para ampliar essa problematização. Os deslocamentos entre público e privado, considerando as trajetórias dessas mulheres, cuja faixa etária, já referida, situa-se entre os sessenta e cinco e os noventa anos, inspirou também a produzir uma reflexão sobre as suas histórias na perspectiva dos saberes que foram mobilizados neste movimento. Importa dizer que a tarefa de conhecer trajetórias e saberes diversos, implicou na possibilidade de conceber a existência de envelhecimentos igualmente diferentes.

Os instrumentos de análise que tem permitido uma abordagem crítica sobre temas relacionados à gênero, envelhecimento e educação não formal, também necessitaram se fazer presentes neste estudo - que interrogou a experiência de aprendizagem de mulheres idosas, envolvidas em uma agenda bem específica dentro do movimento sindical, caracterizada por um debate de natureza administrativa e securitária.

Retomando as realidades que afetam as vidas das pessoas idosas, e particularmente de mulheres, podemos elencar vários fatores que acabam por tornar a vida mais frágil, em determinado momento: o atravessamento das perdas, a viuvez, a precariedade dos vínculos, o despreparo ante o desengajamento das atividades laborais, a invisibilização e o isolamento. Considerando estas mudanças e dificuldades, fez-se necessário lançar perguntas sobre como foram elaboradas as relações de convívio e cooperação, tecidas ponto a ponto na experiência de *fazer-se*, subjetiva e coletivamente, junto ao movimento das tricoteiras. A percepção de que o Tricô dos Precatórios também parecia responder ao desejo que estas mulheres tinham de *estar juntas e* produzir o presente, acompanha esta pesquisa. Segundo a contribuição de Insa Fookan (2015), pesquisadora do campo da psicologia e desenvolvimento:

A velhice traz um valioso ensejo para o sujeito: a oportunidade de ser capaz de fazer uma revisão de *toda* a sua vida, de reorganizar e reavaliar muitos eventos e experiências que ocorreram no seu curso. Contudo, não se deve restringir esta tarefa de revisão do passado como a única função desta fase de vida. Não por acaso postulou o filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard: "É bem verdade que a filosofia diz que a vida só pode ser compreendida olhando-se para trás. Mas nisso esquece-se o outro princípio de que a vida só pode ser vivida olhando-se para frente" (Kierkegaard, 1843;1923, p.203). Assim, também, e especialmente na velhice, ainda se trata de *um viver olhando-se para a frente* que, na verdade, só termina com a morte

Na primeira entrevista que realizei, com a escriturária aposentada Selma, integrante do movimento, aparece alguns indícios desta hipótese. Nas suas palavras: *Depois que eu fiquei viúva,*

a minha vida mudou bastante (...) ali que eu comecei essa função de me dedicar pro sindicato, ver as amiga (...) antes não dava né?(...) Ihh... Agora eu tenho mais liberdade.

Para Ariadne, cuja participação no movimento começou nas oficinas, a descoberta de outras habilidades foi referida com muito entusiasmo:

(...) mas o melhor mesmo era o coral...bah...ali sim...ali era o meu lugarzinho. Tu vê...a gente cantava em hospital, na PUC a gente foi...no Padre Cacique...isso era muito bacana...valia...valia a pena...e no coral não tinha fofocalhada, também. Lá ninguém botava o nariz na tua vida (...). Lá deu pra fazer umas amigas boas...mas nem isso agora...tudo já morreu (...) eu vi que continua...mas não a nossa turminha...

Essa possibilidade de construir um “viver olhando-se para a frente”, como nos instiga a reflexão de Insa Fooker, parece acompanhar as buscas que puderam ser empreendidas pelas entrevistadas, no momento em que ocuparam mais ativamente os espaços de locução política e de produção de novos vínculos de sociabilidade.

Um dos fatores que ajudam a compreender a efetiva presença cotidiana de um grupo bastante expressivo de mulheres idosas, tanto aposentadas como pensionistas, no sindicato, reside no programa de integração das(os) associadas(os) desenvolvido pela direção e pelos departamentos de assistência social e psicologia da entidade, desde o final da década de 1990.

As oficinas e ateliês - que percebo como espaços educativos não - formais, embora a entidade não faça menção expressa ao uso do termo educação para se referir a essa política de atendimento - conforme observado em alguns de seus documentos institucionais - contavam com um número variável de quarenta a sessenta associadas(os) por semana, que participavam das atividades que ocorriam em todas as terças, quartas e quintas - feiras. Estes programas foram desenvolvidos até 2014, conforme informação da funcionária responsável pela sua organização e os dados coletados junto aos boletins do sindicato. Atualmente este sindicato conta com um programa de atendimento desenvolvido no campo da psicologia e das terapias relacionadas à expressão e percepção corporal de pessoas idosas, promovendo encontros individuais e coletivos.

Os espaços ocupados pelas mulheres durante o período em que o movimento Tricô dos Precatórios se desenvolveu, foram o Ateliê do Encanto, o grupo Travessias, o Grupo de Informática e o Coral do SINAPERS (este último se mantém até os dias atuais).

Os únicos grupos que contaram com a presença de homens aposentados foram o coral e o grupo de informática. Em função das vagas reduzidas, essa última oficina só dispunha de dez vagas

e, em determinado mês e ano - dezembro de 2007 - contou com a presença de sete mulheres e dois homens. O grupo Travessias, identificado mais usualmente por funcionárias(os) e associadas como “o grupo das mulheres” era coordenado por uma psicóloga que veio a desenvolver uma parceria longa com o sindicato. Este grupo, que funcionava terças e quartas-feiras, tinha comparativamente aos demais, o maior número de participantes, e, com exceção de seu Getúlio¹⁶ (nome que atribuí ficticiamente e de forma arbitrária, pois não consegui localizá-lo), todas as participantes eram mulheres idosas. Este grupo promovia palestras, debates e encontros com temas levantados pelas suas integrantes, e seus temas abrangiam questões amplas, como saúde da mulher, menopausa, sexualidade na terceira idade, economia doméstica, direitos expressos no Estatuto do Idoso, direito previdenciário e direitos da mulher. Todas as participantes do tricô dos Precatórios estavam engajadas neste grupo.

Destaco a presença de uma associada que comemorou os seus cem anos de idade, com uma festa organizada pelo grupo, no auditório do sindicato, com a presença de seus familiares. Neste grupo também eram compartilhadas leituras e filmes que abordavam questões de gênero e geracionais. No primeiro semestre de 2007, foi criado um pequeno grupo de literatura com o objetivo de estimular a leitura e a escrita autobiográfica, proposto pela assessora de imprensa do sindicato, a jornalista Kátia Escobar. Segundo a assistente social do período, eram escolhidos textos que pudessem facilitar o desencadeamento do exercício de narração das próprias histórias das(os) integrantes do grupo.

Em sua entrevista, Moira conta de sua participação nesta oficina:

Até retomei o meu gosto por fazer (...) por ler. Quando a gente tá pra baixo (...), nem fazer o que a gente já tem costume e nos ajuda levar a vida, a entender a vida, a gente faz mais (...) assim como grupo a gente descobriu muita coisa de nós mesmas (---) lendo em voz alta!

Apesar da breve duração, estes encontros nos quais as participantes eram incentivadas a refletir sobre suas trajetórias - com a presença da literatura - mostraram-se bastante significativos para o processo de reconhecimento das possibilidades de ação do grupo que estava se constituindo.

¹⁶ Seu “Getúlio” é pensionista e associado do sindicato desde a sua fundação. Desenvolvia, na época, trabalho voluntário como barbeiro do Hospital Psiquiátrico São Pedro, instituição que o abrigou por quase trinta anos. Segundo o relato de uma aposentada, ele constantemente ajudava as manifestantes a arrumar e a levar equipamentos para a praça, como cadeiras e faixas, nas tardes de mobilização. Quando perguntei à Ariadne, a entrevistada que comentou sobre a sua presença, se o seu Getúlio havia chegado a tricotar com elas, ela respondeu: “não tricotava não dizia que isso quem fazia era mulher, mas ele costurava bem, o danado!”.

Lembro de comentários a respeito da leitura de trechos da Odisseia e também de um texto da ensaísta e poeta Elisa Lucinda¹⁷. Nas entrevistas com Selma e Moira, identificou-se uma das obras discutidas no grupo, proposta pela psicóloga da entidade: o conto chamado *A Moça Tecelã*¹⁸, da escritora e jornalista Marina Colasanti.

A oficina de maior longevidade no sindicato foi o Ateliê do Encanto. Coordenado pela assistente social Suzana Briñol, o espaço tinha como objetivos o desenvolvimento de técnicas manuais diversificadas, a recuperação das histórias envolvidas na sua feitura e a comercialização dos produtos criados no ateliê em feiras que garantiam, de uma forma não sistemática, uma pequena renda complementar às aposentadorias e/ou pensões de suas(seus) integrantes. Foram nestas oficinas de trabalhos manuais que boa parte das ideias e ações que resultaram na criação do movimento Tricô dos Precatórios, foram gestadas.

A mobilização destas mulheres não demorou muito tempo para ocupar as ruas e, particularmente, uma das praças centrais da cidade. O roteiro físico do Tricô dos Precatórios foi organizado da seguinte forma: as manifestações ocorriam sempre às quartas-feiras, na Praça da Matriz. Denominada oficialmente como Praça Marechal Deodoro, a Praça da Matriz localiza-se no Centro Histórico de Porto Alegre e possui no seu entorno um conjunto de edificações históricas que abrigam as representações dos poderes legislativo, executivo e judiciário. A Catedral Metropolitana, erigida no local da antiga Igreja Matriz, o Palácio do Ministério Público e o Teatro São Pedro, também compõem a paisagem do entorno. O trecho da praça no qual as aposentadas realizavam suas manifestações situava-se em frente ao Palácio Piratini, sede do governo estadual. Em determinados eventos, as tricoteiras também ocupavam outros espaços circundantes: o pátio da Assembleia Legislativa, denominada de Palácio Farroupilha e também o saguão do Palácio da Justiça - que abriga o setor de precatórios, responsável pela salvaguarda de informações e atualização dos créditos devidos pela Fazenda Pública estadual.

¹⁷ Elisa Lucinda é jornalista, poeta, ensaísta e atriz e dedica-se à reflexão das temáticas de gênero e raça. Nascida em 1958 em Vitória/ES, possui extenso trabalho no campo dos Direitos Humanos e na formação pedagógica de profissionais que atuam nas instituições de educação e segurança. É fundadora da Casa - Poema, um espaço referência em arte-educação cidadã. Sua trajetória foi homenageada em 2010 com o Troféu Raça Negra.

¹⁸ Conto de Marina Colasanti, publicado na obra *Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento*, em 1986, pela Editora Rocco. Sua narrativa, permeada por elementos fantásticos e arquetípicos, possibilita uma reflexão sobre as relações de dominação vividas por mulheres no enfrentamento às estruturas patriarcais, sugerindo uma aproximação com o mito de Penélope - particularmente no trabalho de tecer e de desfazer os pontos da trama proposta.

Nas tardes de mobilização, as integrantes do Tricô dos Precatórios percorriam a pé um trajeto que iniciava na sede do sindicato - situado na esquina democrática¹⁹-, continuava pela subida da Borges de Medeiros, seguia na terceira rua à direita da avenida, a Jerônimo Coelho, para então chegar à Praça da Matriz e ocupar um lugar em frente ao portão de entrada do Palácio Piratini.

Um dos temas levantados pelas funcionárias que atuaram nas diversas frentes de atendimento às associadas, inclusive na realização das oficinas, naquela entidade, diz respeito ao problema do endividamento de pessoas idosas.

A partir da primeira conversa com Maira Alves, sobre as demandas trazidas pelas associadas, observamos que a luta pelo pagamento dos precatórios judiciais de uma parte das mulheres que participaram do movimento poderia ter como uma de suas primeiras destinações o pagamento das dívidas de empréstimos com bancos e financeiras - que as mesmas contraíram para garantir as necessidades postas pelos seus familiares. Segundo a atual coordenadora do setor jurídico da entidade, há que se considerar o difícil cenário econômico que têm arrastado as famílias para o endividamento: *as pessoas não têm mais renda e nem mais crédito. Os aposentados e as pensionistas têm, mesmo que seja pouco, aquela quantia certa todo mês.* O aumento do desemprego e a quase obrigatória imersão das(dos) trabalhadoras(es) nos frágeis arranjos laborais acenados pela economia informal são fenômenos que ajudam a interpretar esta possível relação de dependência e que pode se manifestar, em casos particulares, como uma situação objetivamente espoliatória.

Percebi que essa poderia ser uma preocupação recorrente ao fazer uma segunda entrevista - de desenho exploratório - com a assistente social do sindicato. A funcionária relata ainda que, para responder positivamente às inúmeras *queixas* das associadas, a profissional passou a desenvolver uma oficina sobre reorganização financeira, voltada à possibilidade das associadas garantirem um maior “controle” sobre os proventos e benefícios recebidos. Segundo ela, as questões relativas às situações de endividamento financeiro só eram trazidas pelas mulheres. Um dos pontos mais discutidos nesses encontros tinha estreita relação com a dependência econômica de seus familiares (filhas/filhos, irmãs/irmãos, afilhadas/afilhados e sobrinhas/sobrinhos). A

¹⁹ Esquina democrática é o nome popular atribuído ao lugar reconhecido como o epicentro das manifestações políticas de Porto Alegre, localizado no centro histórico da capital e situado no cruzamento da avenida Borges de Medeiros com a rua dos Andradas, também conhecida como Rua da Praia.

oficina, que perdurou por um ano, e era ministrada na sede do sindicato, tinha como um de seus objetivos, segundo a informação colhida junto à profissional, constituir um grupo de apoio e escuta para dar suporte às associadas, principalmente em casos de enfrentamento às situações que podiam ser caracterizadas como abuso financeiro, cometido por familiares ou pessoas próximas de suas redes afetivas. Contrair dívidas para beneficiar outrem parecia ser uma realidade compartilhada por muitas destas mulheres. Segundo a profissional, as primeiras manifestações das aposentadas e pensionistas que lhe procuravam eram bastante assertivas, pois havia uma grande disposição de modificar, ao menos em parte, as relações de dependência que lhes roubavam, pouco a pouco, a sua autonomia.

E aí depois elas vinham de novo com o contracheque todo comprometido. Que tristeza...era muito difícil. Eu dizia pra elas...vocês não estão se ajudando...e deve tá bem pior agora com esse grau de desemprego (...)... imagina...se naquela época isso já era um problemão (...). A gente tentava ajudar, mas a gente também tinha que reconhecer o limite das pessoas (...) e também às vezes a nossa ajuda vinha muito tarde mesmo...elas são sempre pros filhos, que a gente só via quando eles iam lá, buscar correndo o auxílio funeral que tinha pra elas quando elas morriam...tu não te lembra?

Entendo que as ideias tecidas pelos escritos feministas de Marcela Lagarde poderiam auxiliar na compreensão destes fenômenos. A autora observa que nas sociedades patriarcais, a mulher é sempre responsável pelo cuidado de alguém e aprende cedo a se tornar uma existência para outros. Se de fato parte expressiva das aposentadas e pensionistas que acessaram o sindicato na expectativa de efetivar direitos que pudessem ter um resultado pecuniário direto, preocupavam-se mais com as demandas financeiras de suas(seus) familiares do que propriamente de suas necessidades mais imediatas, pode-se pressupor, muito cuidadosamente, a existência de comportamentos que parecem, à primeira vista, contraditórios à ideia de emancipação. No entanto, esta pesquisadora entende que não existe luta que não tenha sido forjada sem a presença da contradição. Este movimento (em referência à contradição) que as impeliu a buscar uma resolução para a vida dos outros, pois que esta necessidade lhes afetava de diferentes formas, também as incentivou a aproximar experiências comuns e criar os seus próprios repertórios de luta.

Torna-se importante afirmar que as manifestações dessas profissionais sobre o problema do endividamento de muitas das mulheres que buscavam os serviços jurídico e/ou assistencial prestados pelo sindicato, não puderam ser confirmadas junto das entrevistadas que integraram o Tricô dos Precatórios. Com exceção de um breve comentário sobre o apoio financeiro garantido à uma filha em situação de desemprego, não foram identificados, nos depoimentos das aposentadas,

referências que poderiam embasar uma análise mais consistente. Apesar de ter suscitado essa questão, as manifestações foram muito vagas, e em alguns casos, até mesmo defensivas. Uma das aposentadas chegou a comentar as dificuldades financeiras vivenciadas por uma de suas colegas tricoteiras, já falecida, decorrentes do compromisso assumido com o pagamento de faculdade privada para seus netos. Sendo esta uma das raras informações que apareceram nas entrevistas, entende-se que não foi possível levantar elementos capazes de suscitar uma investigação mais rigorosa sobre o tema.

4 OS TRABALHOS DE AGULHA PARA ALÉM DA VIDA DOMÉSTICA

Neste capítulo são discutidos os percursos de mulheres entre os espaços privados, e os espaços públicos, tendo como eixo a produção social e cultural da divisão sexual do trabalho. A possibilidade de ressignificação e deslocamento dos saberes e do trabalho desempenhado pelas mulheres nesses espaços, recuperada, ao menos simbolicamente, pelas mulheres aposentadas que integraram o movimento, é o tema deste capítulo.

4.1 AS PECULIARIDADES DO FAZER ARTESANAL: ENTRE A DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO

As mulheres, em diferentes partes do mundo, têm vivido uma existência marcada pela divisão sexual do trabalho (intensificada pelo padrão de desenvolvimento capitalista) que as responsabiliza, ainda sob a forma predominante, pelo trabalho reprodutivo exercido nos espaços privados. A tricotagem realizada por várias mãos que era feita na praça se constituía como uma ação concreta que carregava consigo os saberes de um fazer encarnado nas vivências ancestrais, e particularmente nas vivências relacionadas ao trabalho das mulheres nos espaços domésticos - mas que ganhou um novo sentido ao se fazer presente como símbolo de uma luta sindical específica, representada por servidoras públicas aposentadas, situadas entre a terceira e a quarta idade.

O sentido de instaurar um movimento que também dialoga (pois se constitui também como um elemento metafórico) com as histórias de vida de suas protagonistas, neste percurso contínuo entre o trabalho doméstico e o trabalho nos espaços públicos, demarcado pela resistência do modelo patriarcal, é um dos pontos cruciais para que possamos nos aproximar do Tricô dos Precatórios com a devida atenção.

4.2 VAMOS TRICOTAR NA FRENTE DELES!

O trabalho de fazer novos pontos, laçadas e texturas, deslocando (fisicamente) esta experiência do espaço confinado da casa para o sindicato, e deste para o centro da praça na companhia de outras mulheres, revela pelo menos duas experiências complementares : a ação

concreta, manifestada pela presença objetiva dessas mulheres, organizando juntas uma outra forma de ativismo, cuja prática central é a tecedura de uma trama coletiva; e a ação simbólica, que trata de construir sentidos e representações para o ato de fazer dessa trama um elemento de intervenção política, portador de um discurso.

Observa-se aqui a produção de um objeto que não se transforma em mercadoria pois não possui valor de troca, mas um abrangente valor de uso. Sua finalidade se expressa no ato de performatizar uma ação reivindicatória que utiliza saberes cujas práticas e técnicas estão imbricadas na cultura de suas realizadoras e nas histórias de muitas outras mulheres.

Conforme sugere a fala de Selma, uma das tricoteiras entrevistadas, a feitura do tricô na Praça da Matriz também representava uma espécie de provocação, de certa forma carregada de humor, a contar da espera e do transbordamento da paciência: *A gente vivia dizendo (...) que não tinha mais como esperar, (...) então vamos tricotar na frente deles” e ainda “vou tricotar aí na tua sala até tu começar a me pagar*, fazendo referência às palavras de dona Nelly, uma das idealizadoras do movimento.

Ao ressignificarem práticas manuais que ajudam a compreender uma parte de suas histórias de vida, elas também criam uma existência imaterial, que se explicita na produção de uma nova ação reivindicatória manifesta na feitura coletiva daquele tricô que conjugava prazer, arte e trabalho, identificando-se às realizações do cotidiano e às memórias de tantas gerações de mulheres. As entrevistas apontam que, junto da intenção de tricotar essa manta gigante, pode-se observar o desejo de construir uma metáfora que pudesse dizer de que histórias e experiências as vidas dessas pessoas foram feitas. As conversas tecidas nas oficinas, o contato com elementos literários, as atividades artesanais em que elas assumiram a tarefa de ensinar umas às outras, construindo saberes no espaço em que se sentiram acolhidas, todas estas experiências fazem parte do patrimônio deixado por este movimento. A dimensão física e a dimensão simbólica do tipo de luta que estas mulheres produziram, se encontram aqui entrelaçadas.

A professora Edla Eggert (2009), ao compartilhar uma vivência de pesquisa - formação, que tinha como proposta o estímulo à produção de narrativas autobiográficas de mulheres que poderiam reconstituir as suas histórias a partir da realização conjunta de um trabalho manual, nos conduziu a uma reflexão interessante acerca das relações estabelecidas entre as mulheres e os fazeres manuais. Em seu trabalho, a técnica do bordado se coloca como elemento aglutinador da partilha dessas vivências, transformadas em experiências. A autora relata, a partir do contato do

grupo de pesquisa sob sua orientação, alguns posicionamentos e resistências iniciais cuja identificação me ajudou a perceber algumas das especificidades do Tricô dos Precatórios: (EGGERT, 2009, p.48)

É significativo registrar a resistência ao trabalho manual, de uma parte das mulheres nesse grupo de profissionais. De certa forma, elas podem ser consideradas verdadeiras representantes do que o movimento feminista forjou, ou seja: “libertas das amarras do mundo privado”. Nesse contexto, muitas revelaram que essa proposta parecia um tanto quanto ‘estranha’, pois o trabalho artesanal era visto como uma lembrança maldita de trabalhos escolares ou caseiros obrigatórios. Mesmo assim, aceitaram o desafio.

No sindicato, foram as mulheres de idade mais avançada que propuseram as oficinas de trabalhos artesanais, para dentro delas criarem um movimento, colocando-se à frente das reivindicações sustentadas pelas/os servidoras/es inativas(os). Algumas das sindicalistas mais jovens, com idades situadas entre os cinquenta e setenta anos, questionaram a proposta de realização de um trabalho manual como elemento reivindicatório, pois que entendiam que essa ideia não representava o seu cotidiano ou as suas aspirações - o que é bastante compreensível. Estas manifestações foram lembradas pela assistente social Suzana quando relatou, em sua entrevista, suas impressões sobre a Assembleia Geral chamada pela direção do sindicato em 04 de novembro de 2005, que tinha como pauta a apresentação do relatório das atividades realizadas naquele ano e a apresentação de um movimento que mais tarde viria a ser chamado de Tricô dos Precatórios. Apesar das ressalvas apresentadas por algumas sindicalistas, o movimento foi referendado pela maioria das (dos) presentes. Não é uma tarefa linear o exercício de elucidar as razões pelas quais esse movimento foi recebido, internamente, com algum ceticismo e até mesmo com um pouco de temor quanto a possibilidade de que suas reivindicações não fossem publicizadas com a urgência que o tema merecia ou ainda, nas palavras da atual assessora jurídica da entidade, com a *seriedade devida*. Os fazeres produzidos ancestralmente por mulheres, tantas vezes aprendidos de geração em geração, ainda guardam preconceitos - particularmente na América Latina - que os vinculam à naturalização das táticas (nem sempre objetivas e visíveis) destinadas a emudecer suas vozes e saberes.

A desvalorização dos saberes envolvidos na produção do trabalho artesanal, construído com o peso de suas histórias, da criação e das narrativas ancestrais - reverberam com intensidade na representação imaginária das pessoas. Os processos de acumulação capitalista têm definido hierarquias bem demarcadas entre as práticas laborais, reservando o seu profundo desprezo para

com o trabalho manual e, particularmente, para o trabalho artesanal feito por mulheres. De outra forma, estes saberes que historicamente foram invisibilizados pela densa cortina do espaço doméstico, também enfrentam, contraditoriamente, a desconfiança de uma parte das narrativas progressistas. Sobre a potência dos saberes artesanais, a socióloga Márcia Alves da Silva (2012, p.166) observa:

Na contracorrente de interpretações que percebem o artesanato como mais um instrumento de dominação feminina, essa investigação mostrou que eles podem ser poderosos instrumentos de criatividade, elaboração subjetiva e formação política coletiva, extrapolando, dessa forma, espaço privado e a individualização.

Compreender as histórias e escolhas possíveis destas mulheres, entrelaçadas aos percursos entre os desafios do público e as exigências do privado, pode ajudar a conhecer melhor as experiências produzidas por essas mulheres em um momento específico de sua inscrição nos embates políticos de sua comunidade.

Com base nas teorizações de Edward Thompson e na perspectiva feminista de Joan Scott, Edla Eggert e Cheron Moretti (2017, p. 44) produziram uma reflexão necessária sobre a forma como são construídas as experiências no campo da educação popular, particularmente quando suas protagonistas são mulheres:

Reconhecemos a necessidade da visibilização dos aspectos que lidam com as experiências vividas e percebidas pelas mulheres para pensarmos a produção do conhecimento e a cidadania que seguem existindo nas margens. Portanto, privilegiamos a experiência como categoria de análise.

Experiência, conhecimento e trabalho, particularmente trabalho manual realizado por mulheres, são categorias cuja prática está imbricada aos esforços produzidos pelas mulheres do Tricô dos Precatórios, segundo o que é possível observar. As mulheres mais diretamente envolvidas na realização do trabalho reprodutivo e do trabalho produtivo, como é o caso destas mulheres, ainda têm muito para contar umas às outras. A aposentada Penélope nos traz lembranças e informações muito representativas sobre a questão:

Minha família passou um mau bocado. Meu pai ele era da brigadinha, né?(...) Ele chegou até a sargento. Morreu bem cedo ele(...). Minha mãe cuidava da casa, cuidava de nós e de vez em quando fazia bordado pra fora...mesmo passando trabalho a gente se virava bem. (...) nunca perguntei pra minha mãe (sobre com quem ela aprendeu a bordar) mas com a minha vó é que não foi...por que ela teve doze filhos...doze!! E ainda perdeu cinco...de onde que ela ia tirar cabeça pra fazer um bordadinho? Imagina...lavar, passar, fazer comida pra doze criança e mais meu vô?

Nos relatos e vivências que acompanhei, sobre as mulheres que - responsabilizadas socialmente pela realização do trabalho reprodutivo - ainda garantiriam sozinhas a sobrevivência de sua família e afetos trabalhando *para fora* utilizando seus saberes e habilidades manuais, fui levada a perceber que a desvalorização do trabalho artesanal, feito por mulheres, também obedece a outras lógicas.

Um dos elementos caracterizadores da atividade manual, é justamente o seu desprendimento da dependência do uso de meios de produção de outrem, pois que normalmente essas mulheres, por serem detentoras de seus instrumentos de trabalho, domínio de técnicas e força de trabalho, só em casos mais específicos vão fazer parte do que Marx (2013) identificava como um exército industrial de reserva (que também contribui para o retorno do trabalho *para fora*). Essencial para forçar a redução dos salários - determinada pela grande oferta de mão de obra e pouca oferta de trabalho - a mão de obra de reserva torna-se essencial para garantir o equilíbrio e a sobrevivência do modelo espoliatório capitalista, particularmente nos períodos de crise.

A produção artesanal em âmbito doméstico, portanto, se coloca como um trabalho garantidor de sobrevivência, mesmo que nos limites mínimos e aparece imbricada nas relações produtivas ainda que apresente as condições iniciais para resistir, por um tempo maior, às oscilações do mercado e ao perturbador cenário da reconfiguração do trabalho. Apesar do trabalho feminino produzido em âmbito doméstico ser considerado como um trabalho subsidiário na formação econômica capitalista, relativizo a possibilidade destes esforços significarem, de fato, somente um incremento para aumentar a renda da família.

Identifica-se duas margens aqui: o capitalismo e a velocidade impressa em suas diferentes estratégias de acumulação (o deslocamento e fragmentação das estruturas produtivas para locais com mão de obra mais barata e a recente plataformização do trabalho é um dos exemplos disso) “empurram” esses saberes e fazeres para as suas margens, mas, contraditoriamente, essa produção manual, majoritariamente feminina, também se posiciona com uma pequena vantagem nas bordas desse modelo, pois que seria um pouco menos afetada pelas oscilações do capital, que atingem concretamente as condições de empregabilidade. De certa forma, os trabalhos de agulha, para além do confinamento doméstico, também produzem resistências nesta segunda via da margem - na qual saberes, usos, cumplicidades e autonomia estão implicados diretamente.

Em uma de suas últimas obras, a historiadora Michelle Perrot (2017) comenta sobre as ações de ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, em diferentes períodos históricos. Nos

primórdios da experiência republicana ocidental, como na Revolução Francesa, as mulheres também foram excluídas do processo político. Apesar das manifestações de muitas ativistas da época - fundamentais para a queda do regime absolutista e da emergência do chamado Terceiro Estado - o direito ao voto feminino foi suprimido do ambiente revolucionário da época e levaria muito mais de um século para que pudesse tornar-se realidade. As brechas da insurreição francesa, no entanto, foram intensamente ocupadas pelas reivindicações das mulheres, podendo ser interpretadas, segundo Perrot, como ações feministas. Há vários registros de mulheres jacobinas que compareciam aos tribunais ditos revolucionários para afirmarem a sua condição de cidadãs, organizando as suas manifestações pelo direito ao voto feminino, tricotando perante a tribuna - “lugar de homens”. Essas mulheres lutaram por inscrever a sua presença no espaço público, deslocando a produção de um trabalho manual tramado cotidianamente no espaço doméstico para os lugares onde se produziam as decisões políticas. (PERROT, 2017. p.142)

Isto porque, desde aquela época, existem mulheres que protestam: essas cidadãs que tricotam cuja história foi contada por Dominique Godineau²⁰. Mulheres do povo, urbanas, parisienses na sua maioria, que atacam os homens nas tribunas da Assembleia, tricotando para significar não abandonam “os deveres do seu sexo”, de cuja negligência se acusou “Olympe de Gouges”²¹.

Na Porto Alegre do início do séc. XXI, as aposentadas que criaram o Tricô dos Precatórios trouxeram um novo significado para o ato de tricotar nos espaços de interlocução política. Ao rememorar o seu envolvimento com a mobilização, a entrevistada Ariadne comenta o que segue:

a gente vivia tendo que atender (...) os jornalistas...depois que a gente entrou a força na Assembleia, então...daí sim! Uma das velhas...que ainda não era do Tricô...não me lembro de quem era... só sei que era mais velha do que eu...deu um empurrão no moço que tava guardando a porta da Assembleia...um segurança(...) Ele nem conseguiu reagir (...) mas ele caiu assim pra trás o coitado (...) e daí a mulherada entrou à força. Tava cheio de gente aquele dia, só tinha

²⁰ A historiadora Dominique Godineau, em seu estudo *Citoyennes Tricoteuses: les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution* (1988), empreende uma análise sobre a participação das mulheres durante a fase jacobina da Revolução francesa, discutindo elementos da literatura dos séculos XVIII e XIX e, particularmente, focalizando o comportamento das personagens femininas na obra *Um Conto de Duas Cidades* (2010), de Charles Dickens. Sua trama destaca a presença das mulheres que - mesmo diante dos tribunais populares - não cessavam o trabalho de tricotar coletivamente. Godineau reflete sobre os sentidos políticos que podem estar impressos nas práticas e fazeres cotidianos destas mulheres.

²¹ Olympe de Gouges, reconhecida como a primeira feminista da Europa, redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791. Abolicionista e defensora dos direitos da mulher, foi autora de várias peças de teatro que denunciavam as desigualdades sociais, agudizadas durante o período absolutista francês. Foi uma crítica severa dos limites do jacobinismo quanto à exclusão da participação política das mulheres durante a Revolução Francesa.

mulher (...) tudo aposentada...a gente tava lá, as tricoteiras todas (...). Acho que aquele foi o nosso melhor momento.

A lembrança de Ariadne se refere à primeira discussão sobre a regulamentação das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), organizada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do estado, ocorrida em 05 de setembro de 2006. Esta pauta havia sido proposta pelo sindicato, que manifestava preocupação em garantir o pagamento preferencial aos idosos e portadores de doenças graves. A primeira reunião contou com a participação das lideranças do movimento. No entanto, nem todo o grupo pôde ter acesso ao local em que os trabalhos estavam sendo realizados, o que ocasionou a pressão do grupo para que todas pudessem participar da discussão. Em diferentes manifestações, a tricotagem realizada por muitas mãos buscava trazer uma outra forma de diálogo junto aos espaços institucionalizados de poder.

As imagens inseridas no apêndice desta pesquisa registram outros momentos em que as tricoteiras afirmaram a sua presença no legislativo. Na Câmara Municipal de Porto Alegre, em maio de 2007, manifestando o seu repúdio contra a posição do executivo municipal sobre o projeto de emenda constitucional que poderia ter implicado no perdão da inadimplência pública com as(os) credoras(es) dos precatórios alimentares e no Congresso Nacional, em 13 de Junho do mesmo ano, reagindo à proposta de legalização de uma espécie de “leilão” dos precatórios já inscritos no orçamento.

O jornal gaúcho *Correio do Povo*, na edição de 14 de Junho de 2007, divulgou a manifestação realizada em Brasília com a reportagem intitulada *Tricô dos Precatórios chega ao Congresso*: (CORREIO DO POVO, 14/06/2007, p.17)

Depois do Palácio Piratini, em Porto Alegre, foi a vez do Congresso Nacional, em Brasília, ser decorado com as cores da manta confeccionada pelo Movimento Tricô dos Precatórios. Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do RS (SINAPERS) foram à capital federal ontem protestar contra a proposta de emenda constitucional 12, que prevê alterações no sistema de pagamento dos precatórios. As aposentadas não querem a regulamentação do leilão, que prevê o pagamento antecipado do débito a quem conceder o maior deságio ao governo. Elas fazem a manta de lã desde o ano passado para mostrar a demora no pagamento. O grupo foi recebido pelo relator, o senador Valdir Raupp, que se comprometeu a analisar o pleito e enviar relatório para os congressistas.

Conforme o relato de Selma, foi a partir da manifestação de Brasília que o movimento passou a ser reconhecido em âmbito nacional. Conforme a sua avaliação, as lideranças de

sindicatos representativos das mais diversas categorias de servidores de outros estados passaram a acompanhar e também divulgar as reivindicações das tricoteiras. *A gente quis mostrar pro país todo que o aposentado não tá morto (...) foi muito por causa da nossa luta que aquela PEC não vingou*, comenta a aposentada, ao fazer referência à primeira decisão relativa à rejeição do projeto, declarada ao final daquele ano.

5 AS NARRATIVAS: O TECER E O DESTECER DA EXPERIÊNCIA

O uso do termo experiência, nesta pesquisa, se refere às ações concretas produzidas pelos sujeitos históricos, nas quais se identifica a presença do que Thompson (1987) chama de experiência vivida, experiência percebida e experiência modificada. A experiência não se reduz ao vivido, mas tampouco dele prescinde. O alerta que o historiador nos sugere diz respeito ao exercício da reflexão sobre a relação sujeito e realidade, mediada por condicionantes sócio-históricos e pela cultura. O sujeito aqui não é concebido como um mero produto da história, pois que também a recupera para si, para provocar as transformações possíveis e para afirmar a sua presença diante do mundo. É imbricado nessa dialética que Thompson produz um conceito sobre classe - e não classes - no qual o esforço na realização da sobrevivência, materializado no trabalho, se produz pelo saber e a partir desse saber - compreendido agora como experiência modificada - dialoga com outras e outros, percebe e constitui identidades e se constrói como classe (ou mesmo categoria), no enfrentamento às forças antagônicas cuja oposição também lhe nomeia. Uma classe, identificado o fenômeno do que Thompson chama de *making*, mal traduzido talvez por um *auto-fazer-se*, sempre poderá recuperar uma História para si. Não necessariamente grandes histórias, cujas narrativas podem invisibilizar as ações das pessoas. Pequenas histórias, tramadas nos lugares do cotidiano, importam aqui. Histórias tramadas debaixo de viadutos, tramadas em praças, tramadas em cozinhas, tramadas nos movimentos. Histórias produzidas pelas experiências de pessoas reais, vivendo contradições também reais. Essas são as experiências que este capítulo tenta aproximar, que se fizeram também no ritmo das agulhas, no tempo do tecer e do destecer.

Conforme mencionado em outro capítulo, as entrevistas foram realizadas com seis mulheres, quatro aposentadas e duas funcionárias da entidade. As aposentadas que fizeram parte do Tricô dos Precatórios são as seguintes: a senhora Selma, que solicitou que o seu nome não fosse alterado na pesquisa e as senhoras Moira, Ariadne e Penélope, já com suas respectivas identificações fictícias. As funcionárias que pude ter contato são: a assistente social Suzana, que se desligou da entidade em 2014 e a advogada Maira, na época assistente do setor jurídico e que permanece atuando na entidade, na coordenação do referido setor. Ao dividir informações com as aposentadas sobre algumas personagens representativas da figura da mulher que tece, na cultura ocidental, foram escolhidas as imagens dos arquétipos que tecem o destino, a sobrevivência e a resistência.

Selma atualmente tem 86 anos, mora em Gravataí e é aposentada da secretaria de administração do estado e pensionista do INSS. Ariadne tem 87 anos, mora em Porto Alegre e se aposentou como técnica de saúde. Penélope, 80 anos, é técnica em educação aposentada, pensionista do INSS e também vive em Porto Alegre. Moira, 78 anos, é professora aposentada e reside em Viamão.

O roteiro que esbocei nas entrevistas constituiu-se a partir do seguinte encadeamento: apresentação, trajetória pessoal, vida laboral, aproximação do sindicato e seu envolvimento na mobilização. Minha primeira tentativa de conversa teve o objetivo de buscar informações sobre a movimentação destas mulheres entre os espaços domésticos e os espaços públicos, enfatizando os seus percursos de trabalho - produtivo e reprodutivo - e considerando os contextos sociais e culturais em que estes deslocamentos se produziram.

As entrevistas foram realizadas tendo como elemento guia as seguintes questões:

- Como estas mulheres narram a sua história de vida e trabalho, considerando o trabalho produtivo e reprodutivo.
- Que motivações as aproximaram do sindicato? Já haviam atuado em outro sindicato ou participado de algum movimento? Participavam das oficinas? Quais? Que saberes foram mobilizados nesses espaços - o que aprenderam, que reflexões puderam ser compartilhadas e o que pôde ser tecido coletivamente?
- Como o grupo desenvolveu a proposta do movimento? Por que o uso de um trabalho artesanal? Como poderiam descrever as atividades que eram realizadas em um dia de mobilização? Como o Tricô dos Precatórios pode ser contado?

Realizei duas entrevistas com as senhoras Ariadne e Penélope, uma com Moira e três entrevistas com Selma. Com exceção do último encontro que tive com Selma, em um café, todas as demais entrevistas com as tricoteiras foram realizadas em suas residências. Com a assistente social Suzana fiz duas entrevistas - ambas em uma cafeteria - e Maira me recebeu na sede da entidade. Também conversei com Kátia Terraciano, atual presidente do sindicato, mas a entrevista propriamente dita não chegou a ser realizada em função das constantes alterações de agenda, em razão de seus compromissos com a representação da entidade. Também fiz a tentativa de realizar um encontro com uma sindicalista que teve significativa participação nos eventos políticos organizados pelas tricoteiras, moradora do município de Cachoeira do Sul, mas não foi possível

agendar um encontro presencial. Em função de sua saúde frágil, seus familiares me desestimularam a ir à sua cidade para realizar a entrevista. Esta senhora foi a responsável pela organização do movimento Tricô dos Precatórios na praça central de sua cidade, após a ocorrência do desastre aéreo.

Assim como dona Suely e dona Maria de Lourdes, já falecidas, a aposentada é uma das senhoras negras que fizeram parte do Tricô dos Precatórios. Lembro de uma manifestação sua no Seminário sobre Precatórios, que realizamos na Assembleia Legislativa em maio de 2006, comentando sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho, ainda no campo da educação, por conta da discriminação de raça. A sua atitude de convocar outras mulheres e dar continuidade ao movimento na praça central de sua cidade, no período em que ainda estávamos convivendo com um luto profundo, além de muita esperança, nos trouxe a certeza de que a luta não haveria de desaparecer.

Na segunda entrevista que realizei com Selma, em março deste ano, fiz a escolha de iniciar de forma um pouco mais aberta o processo de abordagem, decisão que mantive com as demais entrevistadas. O que procurei não alterar em todos os demais encontros foi a pergunta inicial, que se mostrou útil por não ter margens pré-definidas e por estimular a possibilidade de que a fala pudesse começar em qualquer ponto, reduzindo a incidência de uma resposta padrão, meramente reativa. Pensei em construir um terreno livre para o fluxo das primeiras lembranças e das primeiras conexões entre a dimensão subjetiva e material sobre a qual a narrativa se articula. “Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. (BERGSON, 1959 apud BOSI, 2007, p.46).

Segue a transcrição da pergunta, nesta entrevista que referi:

Eu gostaria de entender como foi que vocês chegaram a fazer esse tricô juntas lá no sindicato e como viveram essa experiência. Só que antes (...) eu quero saber como foi a tua caminhada até chegar e participar daquele grupo, onde tu trabalhava quando te aposentou, se tu teve outra atividade antes de ser funcionária, e como que tu vê toda essa tua caminhada (...). Bom, na verdade eu quero ouvir um pouco da tua história. Tu me conta?

Esta questão, que passei a reproduzir como: *me conta um pouco da tua história?* se mostrou uma pergunta facilitadora para o desenvolvimento da conversa em seu primeiro momento. Apesar de absolutamente ampla, percebi que essa pergunta as deixava à vontade e funcionava como um

bom fio condutor. Esse começo também ajudou a domesticar a minha ansiedade e afinar a minha capacidade de escuta.

Torno importante lembrar que a identificação dos possíveis marcadores que denotam as opressões de classe, gênero, raça e também de cunho geracional, compreendidos em sua perspectiva relacional, estão presentes na intenção destas entrevistas.

Conforme a autora Marcela Lagarde (2015), para que possamos entender no que consiste a força do confinamento ou dos cativeiros impostos à mulher pela força coercitiva das relações patriarcais, torna-se necessário reconhecer a existência de um aparente consentimento - que ela denomina de *servidão voluntária*. Para Lagarde (2005), as mulheres, enquanto *madresposas*, estão presas a uma condição: ser de alguém e para os outros. As entrevistas deixam muito claro a relevância das categorias utilizadas pela autora. Um exemplo é a manifestação de Penélope sobre os novos rumos que deu à sua trajetória de trabalho, depois que a sua filha cresceu:

Trabalhei em três escolas, até pelo Instituto²² eu já passei(...) eu comecei como merendeira e me aposentei no administrativo (...). Depois que deu tudo certo, a minha filha já tava fazendo 15, tudo calmo... eu resolvi dar uma guinada na minha vida e fui fazer aula de datilografia(...) queria aprender, sair da função da cozinha...eu sabia que eu tinha capacidade de crescer ali dentro, eu tinha cabeça (...) as minhas ideias eram certas e o corpo já tava cansando.

Penélope sugere, ao contar sobre a vontade de aprender um novo ofício, a decisão que tem acompanhado as trajetórias das mulheres, particularmente neste último século: esperou o tempo de amadurecimento de sua filha, para que pudesse pensar no seu próprio amadurecimento, que neste caso toma a forma da busca por uma aprendizagem que era possível, naquele momento e que, segundo a sua avaliação, impactaria positivamente na sua vida profissional.

A primeira manifestação de Selma quando pergunto sobre a possibilidade dela contar um pouco de sua vida foi comentar sobre o trabalho que ela veio a assumir na direção do SINTERGS, integrando o conselho fiscal e dedicando três turnos por semana para atender as (os)aposentadas(os) associadas(os) que buscavam no sindicato informações sobre as decisões político-administrativas que poderiam atingir a categoria. A sua ação neste sindicato e a referência

²² Instituto de Educação General Flores da Cunha, fundado em 1869. Instituição educacional pública mais antiga de Porto Alegre, foi criada durante o Império com a denominação de Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

a possibilidade de estar junto de seu pessoal para *brigar* pela sua categoria, ou, na percepção das teorizações de Thompson, pela sua classe, aparece na manifestação que segue:

Esse foi o melhor trabalho que eu tive na vida...encontrar o pessoal de novo...juntar gente pra tá lá na assembleia brigando...foi um tempo que valeu...(...) eu sou técnica científica, entrei pro quadro depois que terminei a faculdade...(...) fiz lá na UFRGS (...).não tinha quase ninguém formado naquela época (...) Meu filho já era grande quando eu resolvi de fazer,...)Também trabalhei bastante como camareira e vendedora antes de ir pro estado (...).mas era difícil... tava sempre preocupada com quem ia deixar o meu guri...ainda bem que minha irmã sempre me deu uma mão, coitadinha.

Como Penélope, Selma também procurou novos caminhos assim que o seu filho se tornou mais independente. Perguntei se sua irmã já havia falecido, pois apesar de ter convivido por um período bastante significativo com a entrevistada, particularmente nos momentos em que estivemos envolvidas com o projeto de descentralização de ambos os sindicatos para o interior, sabia pouco de seus familiares. Selma responde que ela está muito bem, que ficou viúva recentemente, mas mora com a sua sobrinha em São Leopoldo. Percebi, depois, e porque perguntei, que ela se referiu à irmã como *coitadinha*, em tom carinhoso, justamente pelo sentimento de que estaria sobrecarregando a irmã, que já se desdobrava com os cuidados de saúde da mãe e de seus filhos.

Os relatos de infância de Ariadne trazem outras situações, que também podem ser parcialmente compreendidas pelas categorizações de Lagarde, relacionadas à permanência das desigualdades de classe, no contexto das relações patriarcais:

Minha mãe trabalhava numa casa de família. Às vezes tinha que dormir no serviço. Minha avó, que também limpava pra fora, é que cuidou de mim até eu ficar mocinha. Meus irmãos saíram cedo de casa, já tinham trabalho, né?

Pode-se perceber os efeitos práticos da reprodução de um modelo que combina a coexistência das práticas de exploração social e de opressão de gênero. O tipo de trabalho a que as empregadas domésticas continuam a ser submetidas no país que somente regulamentaria a sua atividade em 2015, constitui-se de um roteiro de ofício que inclui, além do exercício das funções de limpeza e organização da casa de seus contratantes, a tarefa de auxiliar no cuidado de crianças e idosos. A naturalização dos contratos informais que determinavam como obrigação da trabalhadora a permanência na casa de seus patrões durante a noite, tornando infundável a sua

jornada de trabalho, se configura como um dos vestígios da exploração escravista que perdurou por tanto tempo no Brasil.

Ariadne evoca a presença mais efetiva da avó na sua formação e cuidado, mas sua fala também informa o sentido da ausência da mãe. Em um outro momento, quando lembra da sua vida escolar, Ariadne comenta a surpresa de ganhar um *material escolar novinho, comprado com o dinheirinho dela*, referindo-se à sua mãe e a presente surpresa que o seu trabalho também permitiu. Um reflexo da introjeção de uma cultura de desresponsabilização do homem pelos cuidados e trabalhos domésticos também parece estar presente. A entonação da fala aqui é importante, pois Ariadne não está utilizando-se de ironia ao dizer que seus irmãos saíram de casa porque já tinham um trabalho. A sua manifestação e tom dizem (pois que a voz explicita, mas a escrita não) que a via da normalidade é o homem deixar o espaço doméstico assim que puder, ao menos materialmente, tomar conta de si.

Uma das autoras cujas teorias me provocaram a pensar com um pouco mais de profundidade sobre as relações de complementaridade entre o fortalecimento do patriarcado e o desenvolvimento do capitalismo, utilizando como método o materialismo histórico foi Heleieth Saffioti. Sua análise sobre o trabalho assalariado feminino ainda hoje nos traz pistas importantes para compreender a vida e as experiências de mulheres, sob diferentes realidades, inseridas em uma economia com novas exigências, dentre elas a especialização da força de trabalho. (SAFFIOTI, 2013, p. 28)

Embora muitos países subdesenvolvidos apresentem elevada taxa de utilização de mão-de-obra feminina, grande parte dessa força de trabalho efetiva localiza-se em funções não produtivas (como os serviços domésticos remunerados, por exemplo), permanecendo, portanto, à margem do sistema produtivo de bens e serviços da sociedade de classes. À medida que os países se industrializam, a força de trabalho feminina vai sendo absorvida, no grau em que a fase de desenvolvimento econômico permite, no setor secundário e terciário do sistema de produção.

Sobre as vivências das mulheres nos espaços produtivos urbanos, aproximo a fala de Penélope sobre a sua primeira experiência de trabalho *fora* após a sua chegada em Porto Alegre. Penélope é natural da cidade de Santiago, interior do Rio Grande do Sul.

A minha vida aqui? Não foi fácil...foi uma luta...nossa. eu casei com o Zeca mas eu continuei trabalhando, não dava pra parar naquela época(...). Sim, eu tô

aposentada e sou pensionista dele também(...) mas é pouquinho. O INPS²³ tu sabe como é né(...) ih...tanta coisa....trabalhei como vendedora de bala, de chocolate fino, dentro de cinema...fui do Vitória, depois peguei o fim do Guarany(...)eu conheci meu marido ali. Sim, isso aí mesmo...no trabalho... Foi culpa dos canudos de coca... Sim... é verdade! Tinha uma moda naquela época vou te falar(...) junto com as garrafinha de coca cola vinha um canudo(...) nem era de plástico ainda...e os rapazote...mas as gurias também faziam isso...compravam umas bala, umas bem pequenininha que pareciam uns feijãozinho(...) botavam dentro do canudo e sopravam na pessoa que eles queriam namorar. Viu que fácil? Era assim que começava os flerte ali. Daí eles se olhavam e já começavam a bater papo(...) quando eles saíam, o chão ficava assim...aquela imundície! (...) E às vezes a gente tinha que ficar até tarde (...) Não, não, o Zeca nunca fez isso(...) Mas acontece que um desses guri atirou em mim e me acertou bem no peito...eu lembro que um amigo dele achou graça(...) me senti desse tamanhozinho... eu tava sempre séria, eu tava no meu trabalho...(.) mas aí o Zeca, que tava ali, deu uma de galã...ele se sentiu por mim (...) não era comum pra uma moça trabalhar de noite, naquele tempo não era não.

As relações de trabalho precarizadas e o tipo de inserção das mulheres no setor produtivo, considerando que o “emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior quantum de mais valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”(SAFFIOTI, 2013, p.136), aparecem com frequência em suas falas. Parte significativa das mulheres entrevistadas iniciaram a sua vida laboral produtiva ainda no período da adolescência, antes dos dezoito anos. A mão-de-obra feminina seria absorvida pelo setor de serviços, cuja ascensão acompanha as mudanças econômicas fundadas no incremento dos processos de industrialização, entre as décadas de 1950 e 1960, nos centros urbanos. De forma concomitante, o trabalho reprodutivo realizado nos espaços domésticos continuará a ser realizado de forma permanente e suas exigências aparecerão naturalizadas em quase todos os testemunhos que alicerçam esta pesquisa.

Depois que eu saí de lá eu fui pra Neugebauer...isso. Eles pagavam a gente um pouco melhor...(.) é... não...no final dava quase na mesma...lá eu trabalhava bem mais, não tinha um tempinho de folga, eu nunca parava. E quando chegava em casa cuidava dos sobrinhos porque a Bete tava começando ficar doente.minha irmã...foi um tempo bem difícil ...mas foi bom no fim das contas...não tinha nada pra reclamar...eu também já tinha bastante experiência nesse ramo, nè?(...)fiquei uns seis anos ali...bastante tempo. E eu lá tinha uma vantagem...eles assinavam a carteira. (...) Não tinha nada disso no cinema...e eu comecei muito novinha lá.

²³ INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (1966 - 1990). Concebido como um sistema de seguridade que unificaria os IAPs, institutos de aposentadorias e pensões criados durante o governo Vargas.

A mesma entrevistada também comenta a experiência, vivida por tantas mulheres, de ter que levar a filha pequena para o trabalho. A função e o espaço de trabalho em que foi possível conseguir trabalho após uma parada de quase seis anos, segundo o que a entrevistada sugere, possui relação direta com a possibilidade de levar a filha pequena para o trabalho, garantindo para a mesma, um local seguro e adequado durante um dos turnos de trabalho.

(...) mas aí pintou de pegar uma escolinha e me fui (...). era tipo uma creche lá perto de casa...fazia tudo...comida pras criança...organizar joguinho, entregava as criança pras mãe...olha...até limpar vidro eu limpava. O bom é que quase sempre eu levava a minha filha junto.

Penélope saiu do interior em direção à capital acompanhando a sua irmã mais velha, recém casada. Parte da trajetória de sua irmã foi evocada em diversos momentos de seu relato, particularmente quando ela fala de sua infância, seus aprendizados de agulha e os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres de sua família, dentre eles a produção de bordados para fora. Sobre as potências e representações da velhice, a professora Insa Fooker faz referência à uma passagem do filósofo Hans - Georg Gadamer (1993), ao escrever, aos 93 anos que (...) “na velhice a infância se acorda”, para lembrar que as memórias do passado podem ser rememoradas, às vezes com muito mais intensidade, na velhice. A entrevistada Penélope, rememorando a sua trajetória, conta o que segue:

E aí eu vim muito cedo de Santiago pra cá. Santiago do Boqueirão (...). A gente morou numa chacinha lá. (...) Minha mãe cuidava da casa, cuidava de nós e de vez em quando fazia bordado pra fora...mesmo passando trabalho a gente se virava bem...(.) Minha mãe cuidava da casa, cuidava de nós e de vez em quando fazia bordado pra fora...mesmo passando trabalho a gente se virava bem...(.) minha irmã era uma guriázota que tava sempre ajestando tudo...ela era a mais prestativa de nós...ajudava muito a minha mãe (...) Ela também sabia bordar....sabia fazer ponto crivo melhor que a minha mãe...aprendeu ali em casa mesmo...(.) quem era mais chegada a fazer em bordar , costurar, mexer na agulha mesmo era a minha irmã...ela tinha mais concentração até do que a mãe. A mãe bordou por um tempo, mas vivia mais em função da cozinha mesmo.Ela uma vez bordou uma cestinha de fruta pra uma toalha grande de mesa que uma moça...dessas filha de gente "bem" (faz sinal esfregando os dedos) pediu pra ela fazer, que ia casar...pro enxoval dela... foi muito bom bah...ela conseguiu um bom dinheiro...claro!...ela sabia cobrar... sabia o valor do trabalho que ela fazia. A Bete ganhou bastante bordando, viu? Todo mundo gostou, teve muita encomenda depois.... muita cliente...é... só tu vendo pra tu saber o que que era! Meu Deus (...)eu não conseguia...achava aquele trabalho muito monótono...mesmo assim eu aprendi a costurar bem cedo..., mas pra fazer as roupas pra mim, que eu precisava.

E era gozado...eu ia crescendo e eu lembro que ia adaptando o jeito de costurar pra mim, pro meu corpo que tava se desenvolvendo (...) eu tava ficando mocinha. Os vestidos que eu fazia, sempre ficavam muito mais curtos na frente, horrível. E sem ninguém me dizer, eu descobri como se faz uma pence, uma manga embebida, a cava...que dá mais trabalho (...) eu conseguia fazer um molde bom pro corpo de uma gurua que tava crescendo.

Foram muitas as falas trazidas sobre o cotidiano na praça, na produção da trama coletiva, proposta pelo Tricô dos Precatórios. Destaco, por enquanto, a lembrança que Ariadne tece sobre a capacidade de mobilização de uma das lideranças mais ativas do movimento, a servidora aposentada Nelly Priebe. O seguinte depoimento expressa muitas informações sobre a natureza dos vínculos e os laços de confiança que uniram essas mulheres, naquele período:

Mas eu não teria participado sem a Nelly... que gurua teimosa...ela tava sempre em cima da gente. Se o tempo não tava bom...ó....já voltei de lá com pedrinha de gelo na cabeça ...mas aí () e se eu dissesse pra ela: Nelly, vai chover amanhã, já deu na tv e ela: “se chover eu passo aí na tua casa”() Nós só não ia mesmo quando deitava temporal. Tem chuva fina? Tamo lá!(...) aiai...dá muita saudade (...)de todas...todas elas fazem muita falta...mas a Nelly..a gente trabalhou junto, né(...) eu lembro do filho dela pequeno indo lá (...)...eu tenho uma colcha que ela fez pra minha gurua...que tá perfeita até hoje!(...) eu sei...a gente não tem como prever uma coisa dessa(...) ela vivia falando que a gente tinha que botar a cara na rua, botar a nossa marca ali.

Uma das informações trazidas por Penélope acerca da sua aproximação do sindicato, foi a necessidade de buscar o serviço de fisioterapia, tratamento de saúde que o IPERGS não realizava, àquela época, uma cobertura mais ampla. Como já mencionado anteriormente, parte significativa das(os) aposentadas(os) e pensionistas que acessaram a entidade, em Porto Alegre, além da procura pelo setor jurídico, buscaram o atendimento do setor de saúde, em particular, do acompanhamento da fisioterapia. Penélope também menciona o seu processo de tomada de consciência, sua participação nas oficinas e a identificação com o cotidiano e as trajetórias das mulheres de sua faixa etária:

Eu nunca tinha tempo também. Eu não era tão por fora assim é que quando não tava atendendo um tava atendendo outro (...)Vou falar uma coisa. eu não tinha ainda consciência do poder que a gente tem. Quando eu cheguei no sindicato, as gurias me receberam bem, eu vi gente muito mais velha do que eu que tava ali, tentando crescer. Mas eu fui lá pela fisioterapia...o IPE....ou eu me associava e ia lá ou pagava mais caro pra fazer a sessão do joelho. Fui pra lá né? Descobri

depois o ateliê da Suzana, fiz cestinha de crochê, aqueles de botar pano de prato, almofada, mantinha...organizei feira com as gurias...ali mesmo...na esquina (esquina democrática). Fiz o brechó também...até já desfilar eu desfilei!

Ao me perguntar como nos conhecemos, entre tantos encontros viabilizados pela mobilização, comentei que possivelmente havíamos nos conhecidos durante uma conversa sobre movimentos feministas, realizada dentro do programa de comemoração do oito de maio, ainda em 2005. Quando mencionei o termo feminismo, Penélope expressa o que segue:

A minha vida sempre foi assim, dê-lhe que te dê-lhe (...). Nunca fui feminista não...o que eu vejo é que a gente tem muito pra batalhar ainda...a gente tá só no começo...mulher precisa de respeito, de proteção (...) não é de homem nenhum porque a gente não precisa...o que eu quero te falar é o que o governo tem que fazer...tem que garantir o respeito por nós, tem que botar uma creche boa pra que as mãezinha possam ir pro trabalho em paz sem ir com o coração na mão...tem muita coisa pra mexer...e também tem muita coisa boa em ser mulher que a gente não deve perder.

Ainda que atribua um conteúdo aparentemente negativo para o conceito feminismo e para as tensões e disputas que o constituem, a entrevistada manifesta algumas das necessidades e reivindicações históricas dos movimentos embasados na luta pela igualdade de gênero. A partir da sua experiência, Penélope organiza uma importante reflexão sobre a necessidade da efetivação dos direitos e garantias das mulheres. A alusão aos deveres do estado, quando ela afirma que *mulher precisa de respeito e proteção* "...não de um homem, mas de um governo, me permite entender o quanto da pulsação feminista está e esteve presente em sua vida, mesmo que o termo pareça não representar os seus anseios e visão de mundo. As motivações que aproximaram as mulheres do Tricô dos Precatórios, segundo pude perceber na etapa de entrevistas, também expressam a heterogeneidade de expectativas quanto ao sentido da mobilização. Torna-se importante destacar as falas de mulheres que não se identificaram - ao menos em seu início - com a proposta do movimento, mas que incentivadas pela necessidade de construir e/ou manter vínculos com suas colegas e referências de trabalho, passaram a compor o grupo das tricoteiras, sentindo-se mais um pouco mais à vontade a partir do estreitamento dos laços - que se dá com o passar do tempo. As lembranças de Ariadne, por exemplo, registram algumas críticas ao movimento, durante o seu estágio inicial.

No começo eu ia meio assim... olha, meio de cabresto mesmo...eu achava uma coisa inútil todo aquele trabalho. Tá certo que eu mudei o meu pensamento

depois...mas no início ...aiii...que saco aquilo....chega lá no sindicato, anda a pé até a praça, lá em cima...monta as cadeira, põe guarda sol...e sempre chega gente pra saber o que que a gente tava fazendo lá...o povo é curioso que é uma barbaridade (...) no começo era bem ruim...cansava, não tinha onde fazer xixi, um calorão horroroso, o pé...às vezes era toda perna que inchava (...) Eu me lembro dos primeiros dias...parece que a gente ia assar naquela praça. (...) Eu ia primeiro só porque a Nelly insistia muito. (...) conhecia ela da saúde, quando eu entrei ela já tava bastante bastante tempo lá. Ih...todo mundo me conhecia, de tanto que eu rodei de lugar(...). Trabalhei na Saúde, ali na João Pessoa, a Nelly também, passei pelo CESA²⁴, fui secretária...sim...fui secretária do diretor do CESA...depois fiquei um tempo no Ernesto...o hospital...é...cheguei a pegar o tempo que ele era novinho...tô sempre lá agora de novo, né?

A aposentada Moira, também faz referência à importância dos vínculos que puderam ser estabelecidos entre as mulheres que participaram das oficinas e do próprio movimento. Na sua fala, o espaço do sindicato também se converte em um lugar de relativa proteção e acolhida. Nas rodas de conversa organizadas em uma das oficinas, cujo elemento disparador era a literatura, Moira comenta a realização de leituras que propiciaram uma reflexão sobre os estereótipos que têm conformado parte significativa de nossos planos e existência, e, em particular, dos estereótipos de gênero.

valeu muito ter feito parte de tudo aquilo...eu passei muito tempo depois de aposentada me sentindo um peso pra minha família, pra meus sobrinhos...passei por uma situação de saúde que eu achei que não tinha mais volta (...) eu achava que nada de bom mais ia acontecer (...) e aí depois eu tava indo pra rua (---) rua mesmo (---) e começando uma coisa nova, participando (...) fazendo reunião com colega que eu não via mais (...) fiquei me sentindo útil de novo...Até retomei o meu gosto por fazer (...) por ler. Quando a gente tá pra baixo (...), nem fazer o que a gente já tem costume e nos ajuda levar a vida, a entender a vida, a gente faz mais(...) assim como grupo a gente descobriu muita coisa de nós mesmas (-- -) lendo em voz alta! (...) Lembro da história que falava sobre isso de descobrir o que a gente tem vontade (...) é isso, até isso, de viver com alguém já mais velha(...). Tinha outra que falava da nossa rotina, da menina que tricotava todas as coisas(...) tipo um castelo e um príncipe (risos) imagina só...e daí voltava pra desmanchar tudo depois, criando uma vida mais realista pra ela.

Além de Moira, Selma também mencionou o papel das leituras feitas em conjunto e que, segundo ela, inspiraram parte das aposentadas envolvidas na mobilização.

²⁴ CESA - Companhia Estadual de Silos e Armazéns, atualmente em processo de liquidação, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do estado do Rio Grande do Sul.

pois aqueles foram momentos de muito crescimento pro grupo (...) a mulherada se sentia bem à vontade e era quase uma terapia pra gente. (...) Quando alguém já saía desistindo de participar com a gente... a gente pedia pras gurias achar uma poesia, um filme...às vezes eu levava só uma frasezinha mesmo...que nos desse ânimo, que mexesse com a nossa cabeça...pra gente continuar aquela briga.

As feiras organizadas pelo grupo que compunha o ateliê do Encanto também foram evocadas por Ariadne, que mencionou o retorno econômico positivo com a venda dos artigos artesanais, produzidos durante os encontros. A entrevistada explicita a necessidade da complementação de renda e faz uma breve menção à situação de dependência econômica de sua filha, vivida por um por determinado período. Seu relato expõe a mobilização do núcleo familiar - formado por mulheres - em torno do trabalho de produção e distribuição de alimentos de fabricação caseira. Por reiteradas vezes, Ariadne fala da dificuldade que é viver somente com os proventos de aposentadoria, principalmente nessa fase da vida em que a saúde, geralmente mais debilitada, necessita de cuidados e monitoramento constantes.

Eu não consigo viver só do estado, não...eu faço salgado, faço torta decorada também, minha filha entrega tudo...vai se dando jeito! (...) Ela é professora (...) ela dependeu de mim bastante já (...) agora ela tá bem, graças a Deus. (...) O grupo da Suzana eu fiz parte por um tempo, depois me cansei (...) já fiz muita feira com aquele pessoal, ali no centro...levava centro de mesa, pano de prato, tudo bem feito, material fino...as toalha com arremate de crochê...bicho de pano... que eu aprendi com a Adelaide (...) Mas eu vendi bem até. Tá na feira sempre dava um dinheirinho...as datas eram bem boladas...eram sempre especiais. Tinha a de Páscoa, a do dia das mães, a de Dezembro, antes do Natal. A gente fervia ali no centro. E o retorno era certo!

Na fala de Selma, a reconstituição de parte da sua trajetória laboral, também marcada pela sua inserção no setor econômico de serviços, é evocada para produzir uma crítica ao que ela chama de descaso das instituições públicas com a história de trabalho das(dos) aposentadas(os) e também com as demandas produzidas por uma sociedade envelhecida.

Eu trabalhei a minha vida inteira...até arrumar a cama pros outros eu arrumei, e agora vou ficar esperando os governos fazer alguma coisa alguma coisa por nós (...) e aí ficar vendo tevê sozinha, de perna pra cima? Que esperança...não senhora! Quando deixam de pagar esse dinheiro pra gente, esse direito, parece que tão dizendo pra nós que esse nosso trabalho nunca existiu (...). Parece até que sou eu que tenho que ficar com vergonha!

É preciso reconhecer, portanto, que os impactos do neoliberalismo não atingem a todos de maneira uniforme. As(os) idosas(os), conforme percebemos nas falas de Selma e Ariadne, têm convivido com a constante redução dos direitos garantidores da seguridade e da previdência social e correspondem ao segmento da população que apresenta maior crescimento no país, atualmente. Neste contexto de profundas transformações socioeconômicas, esta população tem sido particularmente atingida em razão do aumento das necessidades relacionadas ao cuidado e a saúde. São as pessoas mais velhas que sentem de forma mais intensa os efeitos das mudanças sociais.

No terceiro capítulo, ao fazer referência ao papel das oficinas criadas no sindicato como lugares de aprendizagem e compartilhamento de vivências, citei os encontros com a presença da literatura. Percebe-se que as leituras que foram realizadas coletivamente, como demonstra a fala da aposentada Moira, trouxeram narrativas cujos elementos metafóricos podem ser bastante úteis para melhor interpretar as ações organizadas por essas mulheres. A protagonista do conto da escritora Marina Colasanti, por exemplo, ao repetir o gesto da mitológica Penélope (a primeira personagem feminina do ocidente que enuncia uma escolha) pode ensinar-nos que tão importante quanto tecer, é a capacidade de destecer. Parte das experiências contadas pelas mulheres que protagonizaram o Tricô dos Precatórios, é feita minimamente destes dois movimentos.

6 O ANEL

Neste capítulo, trago algumas lembranças cujas imagens têm me acompanhado, com insistência, na realização desta escrita. De certa forma, os relatos que desenvolvo a seguir, se constituem como uma espécie de justificativa desse percurso. Tentarei aqui, organizar e descrever as cenas que ainda me habitam para trazer a presença dessas mulheres para mais perto, sob a forma de uma pequena narrativa “à contrapelo”. (Benjamin, 1984).

Era ainda cedo, naquela tarde de terça-feira, quando a minha colega Catilene, secretária executiva da direção do sindicato, irrompe na sala em que eu trabalhava para mostrar o terninho de blazer e calça reta que estava vestindo, comprado especialmente para a viagem. Lembro de ouvi-la perguntar se eu achava que ela estava bem, rodopiando e colocando as mãos na cintura, como fazem as modelos e as crianças. Ela tinha um cinto largo na mão e perguntou também se eu achava que ficaria melhor usá-lo por cima do casaco ou se dispensaria esse figurino. Disse-lhe para esquecer o cinto, porque, apesar de bonito, não seria confortável para a viagem. Também acho que respondi que ela estava muito elegante e que aquela roupa era muito adequada. Não tenho certeza, mas devo ter dito que ela estava o máximo. O que era verdade. Nos abraçamos, desejei sucesso para o trabalho que ela iria realizar em São Paulo e combinamos de tomar uma cerveja assim que ela voltasse. Ela sai e retorna logo depois para avisar que as *gurias* já tinham chegado e estavam me esperando, no saguão do sindicato, para se despedir.

Aquela foi a última vez que eu vi a Catilene. A Cati, como nós a chamávamos, tinha trinta e quatro anos e era mãe do Arthur, na época com doze, e da Luíza, que duas semanas antes tinha comemorado o seu primeiro aniversário. Além de mãe e funcionária do sindicato, Catilene concluía, no turno da noite, um curso de especialização na ULBRA, na área em que já desempenhava uma eficiente atuação. Sua dedicação ao trabalho e a sua amorosidade com as colegas nunca deixariam de ser lembradas. Era impossível, por exemplo, passar pela sua mesa sem receber um “*chocolatinho*” que ela tirava cuidadosamente da gaveta para oferecer às colegas exaustas, que muitas vezes passavam quase cambaleando por ali depois de realizarem tantos atendimentos. Quando nos brindava com esse gesto, ela sempre olhava para os lados performaticamente, como que para assegurar que ninguém estava percebendo e para que nos sentíssemos, de certa forma, todas especiais. Acho que o lugar mais difícil de olhar, depois daquele dia, era a mesa da Cati.

Passava das três da tarde quando fui me despedir das *gurias*. Estavam lá a dona Méry, a dona Suely, a dona Elcita, a dona Adelaide e a Sonia. Dona Nelly enrolava mais uma faixa (que identificava o movimento) dentro da bagagem improvisada, com a ajuda do Diego, um jovem assistente da entidade. Dona Julia, recém reeleita ao cargo de presidenta do sindicato, discutia o roteiro da manifestação em São Paulo, enquanto que dona Méry, uma das tricoteiras com quem desenvolvi muita proximidade, tirava da sua bolsa uma caixinha, dizendo que tinha um presente para nós. Assim que ela abriu a caixa, vimos os anéis. Tinha anel de todo tipo de formato, cores e materiais. Dona Méry pediu que cada uma de nós escolhesse um anel como lembrança da nossa amizade. Lembro que me senti honrada por participar daquele momento. Tirei um anel bem fininho, dourado e delicado. Celebramos ali o nosso querer bem umas às outras.

Dona Méry era uma das senhoras mais introspectivas do grupo. Tinha 78 anos. Em função de sua fragilidade física, nem sempre possuía condições de estar presente nos eventos organizados pelas colegas. Era moradora da Ilha das Flores e fazia trabalho voluntário em uma escola municipal perto de sua casa, ensinando receitas com o reaproveitamento de alimentos.

Após a sua morte, soubemos pelos moradores presentes na sua despedida, que dona Mery também havia trabalhado como parteira, junto daquela comunidade. Quando eu e Kátia Terraciano, tesoureira do sindicato, acompanhamos o veículo que levava o corpo de dona Méry até o cemitério mais próximo da Ilha, fomos abordadas por uma barreira formada por homens encapuzados e armas em punho. Os netos de dona Méry, que estavam no nosso carro, pediram que não tivéssemos medo porque todos aqueles meninos haviam nascido pelas mãos de sua avó. Passado o susto inicial, percebi o tom grave daquele cerimonial, presente no gesto daqueles jovens. Fuzis cruzados sobre o carro que a levava e repetidos tiros para cima foram a homenagem que o grupo pode prestar à sua passagem.

Um mês antes, eu havia ido a Brasília com o mesmo núcleo de tricoteiras para contestar uma PEC que poderia resultar no perdão das dívidas judiciais por parte dos estados. Quando participou deste debate, na Comissão de Justiça e Cidadania, dona Méry pediu a palavra para fazer uma manifestação. Em seu relato breve, trouxe a fala de outra colega da mobilização, também técnica em educação aposentada, sobre o que significava fazer um “café bem reforçado” para jovens que possivelmente fariam daquela a “principal refeição do dia”, “suar” para manter aquelas crianças na escola e não receber o seu “ordenado” corrigido depois. Não tenho como lembrar exatamente de suas palavras, mas fiz alguns registros por escrito para repassar para o jornal do

sindicato. Lembro da quantidade de fotógrafos que se aproximaram dela para registrar a sua presença - que logo após repassar o microfone, rapidamente pegou as agulhas para fazer os arremates de uma das peças do tricô. Procurei essas fotos inicialmente nos arquivos do sindicato e posteriormente nos arquivos dos jornais de Brasília, com o auxílio de dois jornalistas do *Correio Brasiliense*, sem sucesso. Lembro que quando elogiei a manifestação de dona Méry e incentivei o seu protagonismo no movimento do Tricô, ouvi dela um comentário curioso e, até certo ponto, provocador. Disse que se sentia mais corajosa, ou mais forte, justamente quando estava mais longe de casa.

Dona Méry também era uma exímia conhecedora dos trabalhos de agulha. Segundo o relato de Ariadne, sua colega do sindicato, “quando alguém não conseguia fazer um crochê (...) ou até fazer um tricozinho mesmo, quem sabia ensinar com paciência mesmo era ela”.

Não tínhamos ideia do que teríamos de enfrentar após nos despedirmos de colegas, tricoteiras e integrantes da direção do sindicato, no final daquela tarde. Algumas horas depois, ouviríamos a notícia sobre o desastre sem sobreviventes do voo JJ 3054, operado pela TAM (atual LATAM), que fazia a rota do aeroporto internacional Salgado Filho, de Porto Alegre, ao aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.

Além das tricoteiras Adelaide Moura, Elcita Ramos, Méry Vieira, Suely Fonseca, da secretária Catilene Oliveira, das representantes da direção e integrantes do movimento Júlia Camargo, Sônia Machado e Nelly Priebe, também estavam presentes na comitiva o idealizador da UNCP²⁵, Paulo de Tarso Silveira e as(os) parceiras(os) de luta Nadja de Paula e Luiz Zacchini, respectivamente, presidenta e assessor jurídico do SINTERGS.

Naquele voo também havia embarcado a jornalista Kátia Escobar, assessora de imprensa do sindicato e editora do jornal da entidade e do jornal *Em Aquário*, voltado à divulgação de temas relacionados ao bem estar sob perspectiva holística. Bastante conectada aos movimentos sociais protagonizados por mulheres, Kátia, de certa forma, foi a idealizadora do movimento Tricô dos Precatórios. Lembro de uma conversa que tivemos sobre a potência dos trabalhos socialmente concebidos como femininos. Ela comentava que ao buscar informações para o jornal da entidade, junto às associadas que estavam tricotando e organizando uma feira de trabalhos manuais, gravou um depoimento de uma senhora recém chegada ao grupo, chamada Circe. Eu e minha colega

²⁵ União Nacional dos Credores de Precatórios, entidade criada em 2006, formada por associações e sindicatos de funcionárias(os) públicas (os) e por representantes da OAB/RS com o intuito de fortalecer a luta pelo pagamento dos precatórios judiciais em âmbito municipal, estadual e federal.

Maira, assistente do setor jurídico à época, testemunhamos o instante em que ela narrou o seu espanto, lembrando da personagem transgressora atribuída à Homero. As relações que a jornalista imediatamente teceu com a primeira das histórias ocidentais, foram bem importantes, segundo a minha avaliação, para que aquele grupo, que já vinha discutindo uma forma alternativa de reivindicação, com as agulhas em punho, pudesse definir uma estratégia de luta e uma identidade coletiva.

7 CONCLUSÃO

Os desafios práticos que me acompanharam neste estudo exigiram bastante esforço no ajuste do olhar e da distância, além de um razoável equilíbrio. Faço referência àquele tipo de equilíbrio que pode ser útil para acalantar as lembranças e também para pacificar a urgência de tantos roteiros em desalinho. Quando comecei a realizar as entrevistas percebi, de forma bem concreta, a quantidade de fios soltos, quase emaranhados, dispostos sobre parte de nossas trajetórias de vida e trabalho. Retomar a conversa com antigas colegas e com algumas das sindicalistas que protagonizaram o Tricô dos Precatórios, inspirou-me a reordenar sentimentos e memórias sob as perspectivas do presente e das múltiplas experiências que nos singularizam, mas também nos aproximam como mulheres, com tantos enredos misturados em comum.

Nos encontros marcados para a realização das entrevistas dividimos longos silêncios também. Foram inúmeros os momentos em que as palavras faltaram. Em um deles, me prontifiquei a fazer mais um café e, tateando pela cozinha de Ariadne, descubro uma xícara com estampa em verde - escuro que me devolveu, por segundos, ao rádio das tardes de domingo no apartamento de minha avó (que nunca entendeu o fascínio da televisão), festejada até a sua partida como a moradora mais antiga da vila IAPI. Na casa de Moira, ganhei um abraço inesperado. Não consegui verificar depois, fazendo a transcrição, em que conversa havíamos parado quando as palavras perderam momentaneamente a sua função.

Outra vez ainda, ouvi de Selma que *era melhor deixar esse assunto hoje pra lá*, o que, de certa forma, me trouxe conforto naquele momento em que tentava formular diversas vezes a mesma pergunta, sem a remota possibilidade de operar com sentidos que pudessem funcionar de uma forma adequada e inteligível. Teria sido um pequeno desastre, não tivesse aprendido com a generosidade da entrevistada, *camareira das antigas* - como ela gosta de dizer - a arrumar um *enxovalzinho de cama* à perfeição dos melhores hotéis da cidade, após ela contar que trabalhou por muito tempo fazendo esse serviço. Como fiz menção em outro capítulo, Selma foi a primeira tricoteira a ser entrevistada.

Preciso evocar as palavras do cineasta Eduardo Coutinho, mestre na arte de realizar densas entrevistas, quando afirmou certa vez que para conversar e escutar genuinamente o outro, é preciso estar vazio. Carrego sempre esta frase para momentos como estes, em que é preciso soltar os ombros e segurar com muito cuidado as palavras das(dos) outras(os). Mesmo intuindo que a

manifestação de Coutinho tenha provavelmente mais conexão com a necessidade de evitar a rigidez dos pré-juízos formulados por ambas as partes - aquela(e) que narra e aquela(e) que escuta -, essa provocação me parece importante, porque ela diz muito sobre a imperiosa conduta ética que cabe ao sujeito que se põe diante dos olhos e da história das(dos) outras(os).

O embate vivido por essas mulheres, expresso na disputa pela efetivação dos direitos da comunidade de servidoras(es) aposentadas (os), possibilitou a criação de um instrumento reivindicatório alusivo aos saberes que parte significativa dessas mulheres já haviam constituído, mesmo que de forma diversa, em diferentes territórios privados, representado na produção coletiva de uma manta de tricô, cuja feitura se realizava no espaço público. Os seus pontos, suas laçadas e seus arremates, tramados por tantas mãos, tentaram reagir às estratégias de precarização do serviço público, participando da luta das demais categorias de servidoras(es) pela manutenção e a conquista de seus direitos no enfrentamento ao *modus operandi* gerencialista²⁶ - que tornou-se hegemônico na administração pública, nessas últimas décadas.

Algumas observações se fazem necessárias quando pensamos no trabalho das mulheres, e particularmente das mulheres que vivenciaram um período histórico em que a produção de desigualdades e a naturalização dos papéis de gênero era um pouco mais nítida (e sustentada institucionalmente) do que nos tempos atuais. Importante mencionar que a disseminação das pautas dos movimentos feministas e a sua efetiva locução com a sociedade, em particular a brasileira, vai se intensificar somente entre as décadas de 1960 e 1970. A infância e a juventude dessas mulheres, cabe reforçar, foram vividas muito antes do avanço das mudanças comportamentais que permitiram, não com a profundidade desejada, a organização de novos arranjos afetivos, familiares e laborais. As protagonistas desse movimento cresceram e, se “fizeram” como mulheres em meio ao extenuante trabalho reprodutivo, formaram famílias e ingressaram no mercado de trabalho ainda em cenários de naturalização de uma forte modelagem das regras patriarcais. Conforme a socióloga Márcia Alves da Silva (SILVA, 2012, p. 99):

As mulheres sempre trabalharam. O cuidado com os filhos e os afazeres domésticos, são trabalhos não remunerados e pouco valorizados - pois estas atividades são praticamente invisíveis para a lógica produtiva que constitui o modelo capitalista. Este trabalho doméstico não se expressa diretamente na

²⁶ Conceito que explicita as novas relações político - administrativas geradas a partir da aproximação e confluência de interesses entre o estado e o mercado, responsáveis pela descaracterização do modelo do Estado de Bem Estar.

obtenção da mais-valia, mas, no entanto, se ocupa da reprodução da força de trabalho, essencial à reprodução do capital.

Ao fazer referência às contradições presentes nestes deslocamentos entre o público e o privado, necessariamente me reporto à ordem estabelecida pela divisão sexual do trabalho. É preciso tirar os véus que nos impedem de enxergar a solidez do pacto assumido entre os poderes hegemônicos e a reprodução do capital e do patriarcado.

Os percursos emancipatórios vividos pelas mulheres que integraram o movimento não se produziram de forma linear, mas se constituíram a partir dos enfrentamentos às contradições que perpassaram as suas vidas e continuam a reproduzir as desigualdades perpetuadas pela dinâmica patriarcal. A entronização do modelo da “madresposa”, categoria que Marcela Lagarde (2005) utiliza para desnaturalizar o sistema de representação social que mantém vivas as lógicas de opressão que ainda hoje conformam os lugares de existência das mulheres aos lugares de cuidado e manutenção da vida para outros, aparece sem sutilezas nos testemunhos das entrevistadas.

Pretendi, nesta dissertação, visibilizar as experiências e as aprendizagens de algumas das mulheres que protagonizaram este movimento e constituíram uma dimensão política para o fazimento de uma técnica manual, cuja historicidade nos remete ao trabalho feminino realizado nos espaços domésticos. As histórias e vozes destas mulheres trazem contribuições essenciais para o desenvolvimento de pesquisas sobre a participação feminina nos movimentos sociais e sindicais.

O diálogo que pude estabelecer com parte da obra de Edward Thompson e em particular com a categoria “experiência”, foi bastante útil em vários momentos, mas, sobretudo, de crucial importância para a interpretação e análise da pesquisa narrativa. Ao sustentar a importância do reconhecimento das relações produzidas pela cultura, compreendendo que a história não se constitui de estruturas abstratas, mas das ações concretas de seus sujeitos, mediadas pela reflexão que se faz consciência crítica e implica na produção do que Thompson chama de *experiência*, o autor nos aproxima das vidas de pessoas reais, destacando a necessidade da emergência e visibilidade de novas(os) protagonistas na multifacetada trama da História.

Retomando a pergunta geradora desta pesquisa, concluo por reafirmar as conexões existentes entre as experiências apreendidas por estas mulheres - e umas com as outras - na criação e no envolvimento com o *Tricô dos Precatórios* - considerando as escolhas que definiram a construção de uma estratégia de luta política imbricada na sua práxis cotidiana - e as histórias de vida de suas protagonistas. Analisar essas narrativas em face à identificação dos marcadores que

operam sobre as desigualdades de gênero, proposta pelos estudos feministas, foram fundamentais para a compreensão de uma parte significativa de suas trajetórias.

Os desafios que essas aposentadas enfrentam, em que pesem as dúvidas, hesitações e contradições que habitaram as suas vidas no transcorrer das experiências que as aproximaram enquanto um grupo de mulheres idosas identificadas também como uma categoria, com interesses e muitas vivências em comum, produziram caminhos de emancipação e liberdade, em particular no que se refere a seus aprendizados sobre a dimensão do público em suas vidas.

As informações sobre como o movimento foi gestado e as conversas e decisões iniciais que convergiram para a sua realização, não puderam ser tratadas com a profundidade desejada nesta pesquisa. O falecimento recente das últimas lideranças, o adoecimento que impôs a limitação da linguagem para algumas de suas integrantes e mesmo a recusa em conceder entrevista, como ocorreu em duas abordagens, foram obstáculos significativos encontrados no decorrer da investigação.

Ao reafirmar que os saberes construídos pelas mulheres aposentadas no Tricô dos Precatórios estão de fato conectados às experiências produzidas - e refletidas - em seus deslocamentos entre público e o privado, apresento alguns indícios que permitem compreender os processos de aprendizagem que estiveram presentes no *fazer-se* deste movimento.

O aprofundamento dos laços de confiança e de cumplicidade que foram construídos durante a criação do movimento, aproximou estas mulheres de uma experiência de recuperação de memória exercido diante do compartilhamento de suas histórias, saberes e tramas ancestrais. O trabalho de ressignificar algumas das potências herdadas das mulheres que resistiram às limitações do espaço doméstico, costurando, bordando e tricotando juntas - deslocando essas vivências para um espaço político e alinhavando uma narrativa sobre a capacidade transformadora desses saberes é um dos grandes legados deste grupo. As aprendizagens que decorrem desse esforço aparecem com frequência nas entrevistas. Um trecho da fala de Penélope parece traduzir parte desse trabalho emancipatório: *Eu não tinha ainda consciência do poder que a gente tem.(...) eu vi gente muito mais velha do que eu que tava ali, tentando crescer (...) o que eu vejo é que a gente tem muita coisa pra batalhar ainda...a gente tá só no começo...*

O aprendizado que acompanhou o trabalho de tornar concreto esse movimento no campo sindical abrangeu diferentes ações e desenvolveu, segundo narram as tricoteiras, inúmeras habilidades. Conversar, criar, construir apoios, enfrentar as disposições contrárias, mobilizar

as(os) outras(os), são verbos que se conjugaram ao cotidiano dessas mulheres, na busca de uma forma alternativa de reivindicar direitos e produzir política.

O Tricô dos Precatórios deixou a praça, mas trouxe lições importantes e necessárias para os tempos que seguem. Retomando um fragmento da entrevista realizada com Selma, transcrevo aqui as suas palavras: *O que a gente tricotava mesmo era uma esperança.*

REFERÊNCIAS

ADAMS, T., STRECK, D., MORETTI, C. Z. **Pesquisa - Educação: Mediações para a transformação social**. Curitiba: APPRIS, 2017.

APPLE, M. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia do bolso, 2016

BARBOSA, C.M, BECKER, M.R. **Sororidade em Marcela Lagarde y de Los Rios e experiências de vida e formação em Marie - Christine Josso e algumas reflexões sobre o saber-fazer -pensar nas ciências humanas**. In: Coisas do Gênero. Vol.2 n.2 dez.2016

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **O segundo sexo**. Vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. Escritos Escolhidos. São Paulo; Editora Cultrix, 1986.

_____. **Sobre el programa de la filosofía futura**. Barcelona: Planeta - Augustin, 1986.

BERGER, P., PETER, L., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973

BERTUCCI, L.M., FILHO, L.M, OLIVEIRA, M.A.T. **Edward Thompson. História e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, I. **A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus**. Serv. Soc., São Paulo, n 112, out/dez de 2012.

_____. **Seguridade social e trabalho**. Paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Ed. Letras Livres, 2006.

BOSI, A., BOSI, E. **Memórias e Sociedade - Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Constitucional n 62 de 10 de dezembro de 2009

_____. **Emenda Constitucional n 62 de 10 de dezembro de 2009.** Altera a disciplina do pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública.

COHEN, E. **Glosario Walter Benjamin Conceptos e Figuras.** Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Filológicas - UNAM, 2016.

COLASANTI, M. **Doze reis e a moça do labirinto do vento.** São Paulo: Global, 2006.

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

DOLL, J. Entrevista com Guita Grin Debert. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 7, p. 101-116, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1996.

DICKENS, C. **Um Conto de Duas Cidades.** São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

EGGERT, E. **Narrar processos: Tramas da violência doméstica e possibilidades para a educação.** Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2009.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombras. In: MAGALHÃES, Livia; TIRIBA, Lia (orgs.) **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação.** Uberlândia/ MG: Navegando, 2018.

FOOKEN, I. **A Formação na Maturidade como Apropriação da Própria História de Vida.** *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 17-32, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAGNEBIN, J.M. **Benjamin.** São Paulo: Brasiliense, coleção Encanto Radical, 1982.

_____. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo: a Perspectiva, 2013

GODINEAU, D. **Citoyennes tricoteuses.** Les Femmes du peuple à Paris pendant la Révolution. Aix-en- Provence, Alinéa, 1988.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes.** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, L. **“As amefricanas do Brasil e sua militância.”** *Revista Maioria Falante.* (7): 5, maio/jun. 1988

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- LAGARDE, M. **Los cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** México: UNAM, 2005.
- LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MAGALHÃES, D.L., TIRIBA, L. **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando, 2018
- MARX, K. **O Capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015
- PAIXÃO, Márcia; EGGERT, Edla. **A hermenêutica feminista como suporte para a experiência das mulheres.** In: Edla Eggert. (Org.). Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011.
- PERROT, M. **Minha história das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2017.
- QUIVY, R., CAMPENHOUDT. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2013.
- RAGO, M. **A Aventura de Contar-se.** Feminismos, escritas de si e invenções de subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- RANCIÈRE, J. **O Mestre Ignorante.** Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar N 10.098, de 03 de fevereiro de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto e Regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.395.pdf>
- _____. **Lei Nº 10.395, de 01 de junho de 1995.** Institui Política Salarial para os vencimentos e soldos básicos dos servidores públicos do Poder Executivo e de suas autarquias e dá outras providências. <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.395.pdf>
- SAFFIOTI, H. **A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969,
- _____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **O poder do macho.** São Paulo; Moderna, 1987
- SARTRE, J.P. **A imaginação; Questão de Método.** In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SCOTT, J.W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, vol.20, jul./dez. 1995.
- SENNETT, R. **Juntos.** Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, A.A. **A gestão da seguridade social brasileira.** Entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M.A. **Trabalho de mulher?!** Alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPEL, 2012

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J.F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano. I, n. I, jul. 2009.

SMITH, P. **Linha M.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TAKEUTI, N.M., NIEWIADOMSKI, C. **Reinvenções do sujeito social. Teorias e práticas Biográficas.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe operária inglesa.** Tomo I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **A formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____ **A formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo III. A força dos Trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

APÊNDICE A - FOTOS

Figura 1 - Tricoteiras na Câmara de Vereadores, em 17 de maio de 2007.



Fonte: Acervo Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Foto por Tônico Alvares

Da esquerda para a direita: as senhoras Débora, Circe, Adelaide, Elcita, Méry, Suely e Kátia, assessora de imprensa do sindicato.

Figura 2 - Tricoteiras na Câmara de Vereadores, em 17 de maio de 2007



Fonte: Acervo Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Foto por Tonico Alvares

Em primeiro plano, da esquerda para a direita, estão as tricoteiras: Nelly, Sônia e Ilma e na fileira de cima, no mesmo sentido, Circe, Adelaide, Elcita, Méry e Suely.

Figura 3 - Tricoteiras no congresso nacional



Foto: Kátia Escobar. Acervo SINAPERS.

Manifesto no Planalto em junho de 2007. Da esquerda para a direita: Selma, Elcita, Adelaide, Sônia, Nelly e Cecília.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Simone Paixão de Oliveira, estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **venho** solicitar o consentimento de sua participação como entrevistada na pesquisa que realizo sobre as trajetórias de vida e trabalho das integrantes do movimento Tricô dos Precatórios. Esta pesquisa tem a orientação da professora doutora Maria Clara Bueno Fischer, docente do referido programa.

A condução e o tratamento destinado ao seu testemunho e às informações que forem compartilhadas com esta pesquisadora, obedecem às seguintes normas e princípios:

1. Os procedimentos utilizados na pesquisa seguem os critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, determinada pela Resolução n 510/16 do CNS. A abordagem adotada nas entrevistas, assim como a destinação da mesma, não oferece riscos à integridade e à dignidade de suas participantes.
2. Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais.
3. A entrevista poderá ser gravada mediante o consentimento da entrevistada.
4. Não haverá qualquer despesa para a entrevistada, como também nenhum tipo de pagamento por sua participação.
5. Serão respeitadas a liberdade de participar ou deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento, sem que isso lhe traga prejuízo ou risco.
6. Espera-se que a participação nesta pesquisa venha a oportunizar uma reflexão importante sobre a sua trajetória, contribuindo para a realização de seus projetos de vida.

Considerando os termos definidos acima, declaro o meu consentimento em participar da presente pesquisa, de forma livre e esclarecida.

Nome da participante da pesquisa

Nome da pesquisadora

Agradecemos a sua autorização e estamos à disposição para demais esclarecimentos nos telefones:

_____ Simone Paixão de Oliveira (pesquisadora)

_____ Maria Clara Bueno Fischer (professora orientadora)

(51) 33083629 Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS

Porto Alegre, ____/____/____

APÊNDICE C - ENTREVISTAS COM PENÉLOPE

Concedidas nas datas: 06 de maio e 20 de julho de 2019

Vou trazer lá do fundo, então. A minha família é toda de Santiago. E aí eu vim muito cedo de Santiago pra cá. É isso aí. Santiago do Boqueirão. A gente morava numa chacinha lá... eu tinha quatro irmãos, um já faleceu naquele naquela época, coitadinho. Morreu criança, de febre (---) Isso é trinta, quarenta, por aí. Eu sou de 33, nasci dia 4 de maio. E aí ele se foi e ficou eu, minha irmã mais velha e dois gurus, é...eu fiquei sendo a mais moça daí. Os outros eram mais velhos, era uma escadinha direitinho. Minha família passou um mau bocado. Meu pai ele era da brigadinha, né? Ele chegou até a sargento. Morreu bem cedo ele. Minha mãe cuidava da casa, cuidava de nós e de vez em quando fazia bordado pra fora...mesmo passando trabalho a gente se virava bem...minha irmã era uma guriázota que tava sempre ajeitando tudo...ela era a mais prestativa de nós...ajudava muito a minha mãe (---). Ela também sabia bordar...aham...ela sabia fazer ponto crivo melhor que a minha mãe...aprendeu ali em casa mesmo...nunca perguntei pra minha mãe, mas com a minha vó é que não foi...por que ela teve 12 filhos...Doze!! E ainda perdeu cinco...de onde que ela ia tirar cabeça pra fazer um bordadinho? Imagina...lavar, passar, fazer comida pra doze criança e mais meu avô? Sabe que eu nunca perguntei? Mas não tinha nada na chácara que eu pudesse dizer: ó, isso foi a minha vó que fez. Convivi bastante, ela e o vô moravam com minha tia, bem pertinho. Quando ela se foi, o vô foi logo logo depois. Homem não aguenta, né? Não...eu não...quem era mais chegada em bordar, costurar, mexer em agulha mesmo era a minha irmã...ela tinha mais concentração até do que a minha mãe...a mãe bordou por um tempo, mas vivia mais em função da cozinha mesmo. Iiih...ela fazia tanta coisa! Em casa tinha sempre muito doce...era “mogango” desses (---) que fica cristalizado (...), era chimia, doce de casca de laranja...a casa ficava com um cheiro quando era época, um perfume...bah!! E ela fazia muito ensopado também...meus tio esse aparecia pelo menos uma vez por semana pra comer o putcherro que ela fazia...e a primaíada vinha junto...quando não era um era outro...ahã ... a família era grande (...).Ela (a irmã) uma vez bordou umas cestinha de fruta pra uma toalha grande de mesa que uma moça...dessas filha de gente "bem" (faz sinal esfregando os dedos) pediu pra ela fazer, que ia casar...pro enxoval dela... foi muito bom bah...ela conseguiu um bom dinheiro...claro!...ela sabia cobrar... sabia o valor do trabalho que ela fazia. A Bete ganhou bastante bordando, viu? Todo mundo gostou, teve muita encomenda depois.... muita cliente...é... só tu vendo pra tu saber o que que era! Meu Deus (---) ...eu não

consequia...achava aquele trabalho muito monótono...mesmo assim eu aprendi a costurar bem cedo..., mas pra fazer as roupas pra mim, que eu precisava. E era gozado...eu ia crescendo e eu lembro que ia adaptando o jeito de costurar pra mim, pro meu corpo que tava se desenvolvendo, eu tava ficando mocinha. Os vestidos que eu fazia, sempre ficavam muito mais curtos na frente, horrível (---) E sem ninguém me dizer, eu descobri como se faz uma pence, uma manga embebida, a cava...que dá mais trabalho...eu conseguia fazer um molde bom pro corpo de uma guria que tava crescendo (...) Tinha...tinha muita coisa boa acontecendo (---)mas mesmo assim ficou difícil ficar lá (em Santiago) depois que o pai morreu. A minha irmã logo se casou com um cara...um cara que era vendedor e veio pra cá.Os dosi. É, aqui (Porto Alegre). Aqui mesmo. Aí eu consegui vim pra cá também...terminei () é o ginásio né? A escola era muito boa. Era pros filhos de brigadiano. Todo mundo andava na linha. (---) então vim pra cá e fiquei morando na casa deles no início. mas foi um sacrifício, viu? Nunca me dei muito bem com o marido dela. tanto que na hora de escolher o meu eu escolhi um com a cabeça bem diferente...aham...o cara tava sempre viajando. . tudo bem, era o emprego que ele tinha.. mas ele era muito, muito sem-vergonha. Depois eu te conto direitinho o que ela passou...com três criança pra cuidar...é..a pequena tinha dois anos quando ele se mandou. Um sacana mesmo...tinha uma...olha.. ela descobriu que ele tinha uma atoinha esperando por ele em cada cidade que ele ia...à toa...é , dessas aí (---). Foi terrível o que ela passou...o mais velho é meu afilhado, esse tá muito bem colocado hoje...sempre foi um guri estudioso. .,mas eu ajudei a criar...ajudei a pagar colégio, roupa...sim, ajudei todos ajudei como eu pude. Eu só tive a Lucila, né? Sabe que o meu marido nunca encencou com isso...eu sempre tentei ser independente o dinheiro é meu, eu faço o que bem quiser com ele. Não tava gastando o dinheiro dele, né? Bem...bem mais tarde...eu demorei pra ter minha filha...28...tu não conheceu eu acho, mas ela sempre vem pra cá... tá em Minas...lá em Mariana...não, não (sobre netos)...ela não quis me dar...ela fez a escolha dela, eu respeito, ela vive bem com o marido e o casamento deles tá indo. tá dando certo, graças a Deus...sim, professora! Sou puro orgulho da minha filha! Não, ela fez química... já trabalhou em farmácia, tem muita experiência , mas ela se sente bem mesmo é dando aula. Ela é muito benquista pelos alunos, querem ela lá. O meu genro tá na Universidade lá. Nem sei...é tudo complicado hoje essas matérias...é tecnologia...ele tá sempre fuçando computador (---) eu vejo e te digo depois. Ahã...vai fazer uns sete...oito anos que eles já tão lá...já sim, claro!. fui uma vez, no primeiro ano... gostei...a cidade é muito cuidadinha...tu conhece? Tu devia ir. tem muita história ali...aah que dó, aquilo foi muito triste (sobre a tragédia de Mariana) Foi um

horror...quase fui pra lá quando eu vi aquilo...não, não chegou perto deles, em Mariana mesmo mesmo não... graças a Deus...mas foi uma tristeza tudo aquilo. Minha filha ficou arrasada...arrasada!

Vamo, vamo sim....a Bete (irmã) então veio aqui pra cidade. É. Lá não tinha condições não...não tinha nenhuma vida boa pra nós não. Não que eu tivesse muita ilusão. Eu queria estudar, continuar né? Faz tanto tempo que eu nem me lembro mais o que eu queria fazer da vida...mas eu sabia que lá eu não ia ficar...sim, Porto Alegre. Na Glória. É um lugar bem bom viu...se eu conseguir me mexer pra vender isso aqui...eu já falei pra minha filha...um dia eu volto pra lá. Ah...a vizinhança lá não tem igual...era bem tranquilo...eu sei...eu acho que deve ter mudado. A gente tem que ver que naquela época não tinha esse medo que tem agora...toda essa violência (-- --) eu mal saio de casa...eu só lembro de coisa boa...por exemplo...tinha muita gente trabalhadeira lá...e lá...tu vê só...eu cuidei de três guriinhas assim que eu cheguei de Santiago...eram filhas de um casal que morava na mesma quadra, pertinho de casa. Guria...a gente tinha uns vizinhos muito bons naquela época...gente legal mesmo, tu sabe? Hoje? Ihhh...se me der um ataque de coração dentro dessa casa sabe quanto tempo vão levar pra me achar? Bah...guria...onde eu tô eu levo esse celular aqui. Vou tomar banho, levo ele. Vou cozinhar, boto ali do lado do fogão. (...) Falo bastante até, mais com a mulher do...do sobrinho...muito boazinha...sempre me atende...(..)mas aqui olha...se me acontece alguma coisa...se nenhum deles me procura...só vão me achar porque o cachorro que mora aqui do lado é muito chegado a mim...o king...aham..é um vira lata desses bem esperto...é um amiguinho que a gente tem, né? tu é cachorreira também? Eu sempre fui cachorreira, a vida toda! Não, não é assim...ninguém é assim...vamo ver... ruim ruim mesmo... mas cada um tem a sua própria vida pra cuidar...é...cada um cuida da sua família e vai-se embora pros outros...e tá certo...não é por mal...mas é que a vida ficou assim mesmo...

Sim...trabalhava fora...não... não lembro o que ela fazia, mas ela se virava bem...gente muito boa. minha irmã demorou pra ter os filhos, eu também, acho que é de família...é, mas minha vó foi um caso a parte. É...ela foi bordar dentro de uma loja (irmã)..Sim... que era bem conhecida, fechou faz muito tempo... ficava no centro...perto ali da Casa X...tinha tinha condução pra ir pro centro. Tinha o bonde e uma camionete que eu não lembro o nome...era parecido com essa lotação que tem hoje, mais cara que bonde e onibus...minha irmã veio com o marido e eu vim depois... ela me ajudou e depois eu fiz a minha parte... meu irmao, que casou primeiro... ficou lá com a minha

mãe...ele foi pro Paraná trabalhar com caminhão, levou a família. É...logo depois ela morreu. Como eu sinto falta da minha mãe (...). Hoje ele tá aposentado aqui pertinho...quando ele resolveu curtir a família a minha cunhada...pobrezinha... pessoa muito boa...ficou doente e foi se acabando aos pouquinhos...morreu. Mas ele não deixou que nada faltasse pros filhos...é um paizão...e um baita vô...hoje ele tá morando em São Leopoldo, tá sempre ajudando a cuidar a família... A minha vida aqui? Não foi fácil.Foi uma luta...nossa. eu casei com o Zeca mas eu continuei trabalhando, não dava pra parar naquela época. Sim, eu tô aposentada e sou pensionista dele também. Mas é pouquinho. O INPS tu sabe como é né...ih...tanta coisa....trabalhei como vendedora de bala, de chocolates finos, dentro de cinema...fui do Vitória, depois peguei o fim do Guarany, não, não tinha teatro só cinema. É bombonière que se diz na bomboniere de dentro do cinema. Eram lugares muito chiques, viu? O pessoal se arrumava todo pra ir. Ninguém tinha tv ainda, então tu imagina... eu conheci meu marido ali. Sim, isso aí mesmo...no trabalho. Foi culpa dos canudos de coca. Sim, é verdade! (risos) Ahn? Tinha uma moda naquela época vou te falar. Junto com as garrafinha de coca cola vinha um canudo...nem era de plástico ainda...e os rapazote...mas as gurias também faziam isso...compravam umas bala, umas bem pequeninha que pareciam uns feijãozinho, botavam dentro do canudo e sopravam na pessoa que eles queriam namorar. Viu que fácil? Era assim que começava os flerte ali. Daí eles se olhavam e já começavam a bater papo. Quando eles saíam, o chão ficava assim...aquela imundície! Não, não, o Zeca nunca fez isso(risos). Eu não te disse isso! Ele já era um cara madurão, cheio de entrada já. Mas acontece que um desses guri atirou em mim e me acertou bem no peito...eu lembro que um amigo dele achou graça...e eu achei chato aquilo...me senti desse tamanhinho... eu tava sempre séria, eu tava no meu trabalho...mas aí o Zeca, que tava ali, deu uma de galã. Ele se sentiu por mim e deu uma ralada no guri...foi tão feio que o guri xispou rapidinho do cinema. Eu sei que dali por diante a gente começou a se falar e não parou mais... ele começou a vim me ver no fim do trabalho (...) é...não tinha moleza...a gente se revezava (ela e as colegas), tinha dia que eu só ia pra casa depois da última sessão, lá pelas dez. Início da sessão, sim. Era puxado...minha irmã ficava às vezes me esperando no ponto...é... pra que eu não voltasse sozinha. Não era comum pra uma moça trabalhar de noite, naquele tempo não era não. Olha... a gente se esquece, mas como a gente passava trabalho, Jesus! A minha vida sempre foi assim, dê-lhe que te dê-lhe...todo mundo tem sua cruz, não adianta botar ela no chão...é...seja homem, seja mulher...todo mundo tem uma cruz...mas pra mulher... a gente sabe... tudo é pior sempre. Sempre! Isso ninguém diz pra gente na missa...mas olha...a nossa cruz...é muito mais

pesada, nem tem dúvida!”. Deveriam, deveriam dizer. E quando chega os filhos então...não precisa nem ser nossa filha, filho mesmo...eu por exemplo, não fui só mãe da minha filha...eu fui mãe também dos meus sobrinhos, praticamente fui mãe...a Bete sempre ficava doente, sempre molestada(...).ela teve que passar uma barra...olha...ahh...todo mundo precisa, né?(perguntei se tinha alguma religião) tenho meus santinho também, vê ali (ouvir de novo - um olho, santo que é devota). Eu sou católica mas sou espírita também. Alivia a gente, faz bem. Vou bastante no centro, até remédio eu pego lá. Pra tudo!(...) Mas meu marido era muito, muito educado, mas também não deixava de dar trabalho...era...ele era bem - apessoado, bonitão. Ele fazia muita coisa...quando nós nos conhecemos ele era guarda livro, trabalhava com seguro, era bem caxias...eu acho, né? Era o que ele pintava pra mim pelo menos. Trabalhava no centro e tava sempre por ali...perto ali da ladeira...exatamente não. 23 pra 24 (idade dela- período). Mais contudo isso o pessoal da minha época era uma juventude sadia, tu sabe? Ah...não sei...tinha gente mais preparada eu acho...era uma juventude mais preparada pra vida...eu penso assim...nem todo mundo pensa igual guria(...). Já vou te dizer...vi, aham...claro que eu fui bastante no cinema...eu também via filme, capaz que eu não ia ver...mas eu não ia no mesmo lugar que eu trabalhava, né? Tem graça! Sabe o que a gente fazia? Não, quando eu ia com as gurias...eu tive duas amigas muito queridas, companheiras mesmo...a Lurdinha e a Rina...muito bonita a guria...ela vinha de uma família que veio da Rússia...é...vieram fugidos de lá. Tão vivas eu acho, só que eu não sei mais aonde elas andam. A gente casa e é tanta coisa que acaba que a gente nem vê mais as amiga. E quando se vê os marido não se gostam, já não querem mais que visite...e a gente aí vai se perdendo de quem gosta da gente. É chato isso...a gente mesmo acaba fazendo tudo pra ficar sozinha depois. Mas deixa...aham..mas te para que eu vou te contar uma coisa...quando a gente ia no cinema, eu e elas, a gente comprava coca, que vinha de garrafinha e aí gente sentava lá no fundo do cinema. Tinha que ser no fundo, senão a gente nem ia...aí depois de tomar o refrigerante a gente ficava com a garrafa na mão, aqui...meio que meio escondida...é aqui...pra não dar na vista. Quando chegava naquela hora bem triste, quando o mocinho se separava da mocinha ou alguém importante morria, todo mundo chorando no cinema...a gente soltava as garrafa no chão pra elas irem rolando...ao mesmo tempo...e aí começava assim...(simula o som) mais baixo, ia aumentando (faz o som) e quando chegava lá na frente estourava e dava um barulhão...o barulho dependia aqui (...) ó...do impulso...todo o cinema ficava apavorado...tinha gente que gritava...e ó...não pensa que era um barulhinho...parecia um tiro! às vezes a gente se sentava uma em cada ponta e combinava um sinal

pra largar (...). Olha...era muito...muito divertido...a gente se ria tanto, mas tanto depois...não...na hora a gente nem se mexia...imagina se alguém descobria que era nós? Três gurias umas moça de vestido de broderie jogando garrafa no cinema! Tu já pensou? (risos) tu vai ter que botar outro nome aí (risos). (...) vou pensar. É, bem assim...só sei que na terça-feira eu tava lá de novo (no trabalho) de golinha bem fechada, toda santinha, vendendo as bala e os refrigerante (risos). Que barbaridade pensando hoje..mas não sei...era uma diversão saudável.. Fiz, fiz mais coisa antes de vim pro estado. Depois que eu saí de lá eu fui pra Neugebauer... isso. Eles pagavam a gente um pouco melhor...é...não não...no final dava quase na mesma...lá eu trabalhava bem mais, não tinha um tempinho de folga, eu nunca parava. Mais foi bom...não tenho nada pra reclamar...eu também já tinha bastante experiência nesse ramo, né? Ficava ali na Rua da Praia mesmo...virou um café e depois fechou... mas foi um sucesso (...). Acho que uns seis anos eu fiquei ali...bastante tempo. Era, era sim, nossa. .todo mundo ia lá pra comer as torta, tava tudo sempre bem novinho, não tinha essas torta rançosa que a gente vê hoje.... Paraí...antes de ir pra lá eu fiquei um tempo...nem chegou a meio ano eu acho...no balcão de uma lanchonete que hoje é a Bruxa...a casa vivia cheia. Mas ali o negócio era sanduíche com recheio, que as gurias botavam na hora (...).mas ali não deu...não gostei do ambiente e continuei vendo trabalho. E na Neugebauer eu tinha uma vantagem, eles assinavam a carteira. Não, não tinha nada disso no cinema.

Quando eu saí de lá, eu já andava muito cansada. Fiquei em casa cuidando da filha, de tudo...mas tu que te virar não adianta...ainda bem que eu só tive uma filha..que é um presente de Deus...mas não tinha como ter mais...(---)ficar só com o salário dele não dava mesmo...e depois ele ainda ficou sem emprego...foi por pouco tempo mas nos quebrou...a empresa que ele trabalhava faliu...não teve acordo que prestasse...foi um momento muito difícil pra nós...mas aí pintou depegar uma escolinha e me fui...era tipo uma creche lá perto de casa...fazia tudo...comida pras criança...organizar joguinho, entregava as criança pras mãe...olha...até limpar vidro eu limpava. O bom é que quase sempre eu levava a minha filha junto...já deixei muito ela sozinha também...maiorzinha...,mas dói muito...tu só pensa em chegar em casa e quando tu tá agoniada o tempo parece que para.

Lá nessa escola eu conheci uma professora bem jovem, que ficou minha amiga e que me falou que eu deveria trabalhar numa escola mesmo, que me candidatasse pra educação, que fosse lá me apresentar. Não pra dar aula, né, mas trabalhar na escola, como ajudante mesmo. Fui lá, a Nara já tinha falado bem do meu trabalho, de como eu era séria nas minhas funções, e eu consegui

o emprego. É, eu passei a servidora do quadro depois. Disso eu não me lembro(...) Tava com quase quarenta anos. Trabalhei em três escolas, até pelo Instituto eu já passei (...) Eu comecei como merendeira e me aposentei no administrativo. É que o Zeca pegou emprego em Passo Fundo e eu pedi transferência pra lá. Só depois de um ano eu consegui. Meu marido ia e voltava toda semana. Depois que deu tudo certo, já tava numa escola boa lá, a minha filha já tava fazendo 15, tinha a turminha dela, tudo certinho, tudo calmo eu resolvi dar uma guinada na minha vida e fui fazer aula de datilografia (...) queria aprender, sair da função da cozinha...eu sabia que eu tinha capacidade de crescer ali dentro, eu tinha cabeça (...) as minhas ideias eram certas e o corpo já tava cansando. E o principal é que eu ganhava pouco, eu não merecia ganhar o que eu ganhava. Não que fosse ruim ser merendeira, mas fora da escola eu não acho que o meu trabalho tinha o respeito das pessoas. Aqui nem tanto, mas lá em Passo Fundo eu via mais isso. Meu marido mesmo...a gente andou se desentendendo depois da calmaria. Tinha dias que ele era convidado pra jantar nuns lugar bem chique e tu acha que ele me levava? Ele dizia que as mulheres lá dos colegas dele não iam...,mas depois eu descobri que era mentira dele, que só eu que não era convidada(...). Como o mundo dá volta, voltei pra cá um tempo depois pra assumir como apoio, na secretaria mesmo, ali na sede(...) levei a Luci comigo e fiquei um tempo na casa da minha irmã. Cuidei dela que tava bem doente(...) e aí o Zeca voltou, sem trabalho(...) Pois é...ficamos juntos até o fim...minha filha me soprou pra voltar. E ela tinha razão...tanta luta pra acabar um de cada lado?

Não, não me envolvia não, eu descontava pra minha associação mas eu não participava. Vou falar uma coisa...eu não tinha ainda consciência do poder que a gente tem.E nunca tinha tempo também. Eu não era tão por fora assim. É que quando não tava atendendo um, tava atendendo outro. Quando eu cheguei no Sinapers, as gurias me receberam bem, eu vi gente muito mais velha do que eu que tava ali, tentando crescer. Mas eu fui lá pela fisioterapia...o IPE não tem(...) tá mas naquela época não tinha...ou eu me associava e ia lá ou pagava caro pra fazer a sessão do joelho. Fui pra lá, né? Descobri depois o ateliê da Suzana, fiz cestinha de crochê, aqueles de botar pano de prato, almofada, mantinha...organizei feira com as gurias..ali mesmo, na esquina (esquina democrática). Fiz o brechó lá, desfilei...queria ter feito o curso pra usar bem o computador, mas nunca tinha vaga. Me obriguei a ler no sindicato(...) A me informar melhor sobre os direitos que a gente tem. Participei da palestra do estatuto do idoso, de encontro pra falar da saúde da mulher(...) não, eu não lembro de conversa sobre feminismo, nunca fui feminista não...isso não é tão moderno como vocês que são jovens pensam (risos)...o que eu vejo é que a gente tem muita coisa pra

batalhar ainda...a gente tá só no começo...mulher precisa de respeito, de proteção(...).não não é de homem nenhum porque a gente não precisa...o que eu quero te falar é o que o governo tem que fazer...tem que garantir o respeito por nós, tem que botar uma creche boa pra que as maezinha possam ir pro trabalho em paz sem ir com o coração na mão...tem muita coisa pra mexer...e também tem muita coisa boa em ser mulher que a gente não deve perder. Nem sei te dizer o que mas tem.

APÊNDICE D - UMA LEITURA COMPARTILHADA

A Moça Tecelã

Marina Colasanti

Acordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear.

Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte.

Depois lãs mais vivas, quentes lãs iam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava.

Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos rebordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la à janela.

Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza.

Assim, jogando a lançadeira de um lado para outro e batendo os grandes pentes do tear para frente e para trás, a moça passava os seus dias.

Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremeava o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranquila.

Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou em como seria bom ter um marido ao lado.

Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio da ponta dos sapatos, quando bateram à porta.

Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando em sua vida.

Aquela noite, deitada no ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade.

E feliz foi, durante algum tempo. Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar.

— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E parecia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer.

Mas pronta a casa, já não lhe pareceu suficiente.

— Para que ter casa, se podemos ter palácio? — perguntou. Sem querer resposta imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates em prata.

Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecia, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira.

Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre.

— É para que ninguém saiba do tapete — ele disse. E antes de trancar a porta à chave, advertiu: — Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos!

Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer.

E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensou em como seria bom estar sozinha de novo.

Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear.

Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Desteceu os cavalos, as carruagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continha. E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela.

A noite acabava quando o marido estranhando a cama dura, acordou, e, espantado, olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito apertado, o emplumado chapéu.

Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte.

APÊNDICE E - REPORTAGENS

Figura 4 - “PEC dos Precatórios alterada”

58 • Brasília, quinta-feira, 7 de maio de 2009 • CORREIO BRASILIENSE

POLÍTICA

DÍVIDAS

Relator aponta itens inconstitucionais na proposta e promete realizar uma audiência pública em até duas semanas para discutir o tema. Mas a ampliação do prazo de pagamento para até 15 anos deve ser mantida

PEC dos Precatórios alterada

FLÁVIA FORTECE

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prolonga o prazo para o pagamento de precatórios (dívidas da administração pública decorrentes de uma decisão judicial definitiva) será alterada na Câmara Federal. A afirmação é do relator da PEC, aprovada no Senado no mês passado, deputado Eduardo Cunha (PMDB - RJ), que aponta dois itens inconstitucionais na medida. Um deles determina o pagamento da dívida de estados e municípios, avaliado em R\$ 100 bilhões, de acordo com uma ordem crescente de valor das dívidas, ao contrário da ordem cronológica definida pela Constituição. O outro prevê a substituição do índice atual (inflação mais juros de 12% ao ano) pela taxa de caderneta de poupança, inferior à primeira.

Temon que tentar atender estados e municípios que estão em dificuldade, mas sem atingir a ordem constitucional”, afirma o deputado. Cunha pretende realizar uma audiência pública em até duas semanas para discutir o assunto, antes de apresentar seu relatório à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Ontem, uma marcha contrária à aprovação da PEC, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), caminhou da sede da entidade em Brasília até o Congresso para pressionar a Câmara a não aprovar a proposta. A manifestação reuniu cerca de 1,3 mil representantes do Judiciário, Ministério Público, advogados e membros de organizações não governamentais com precatórios a receber.

toria do senador Roraima Calheiros (PMDB - AL), o pagamento da dívida poderá ser realizado em até 15 anos. Hoje, esse prazo é de 18 meses, mas o período não é respeitado pelos devedores, apesar de ameaças de sequestro de recursos e intervenções. “Tem uma senhora nessa passeata de 90 anos. Você acha que ela vai esperar quanto tempo (para receber o precatório)? Tem um limite de vida também”, afirmou Maria Isabel Lou ateli, 54 anos, integrante do Sindicato dos Especialistas de Educação do Município de São Paulo (Sinesep).

Leilões
Com a PEC, os estados e municípios devedores poderiam destinar uma parte da taxa de sua receita para o pagamento dos precatórios. A falta da receita a ser

de até 1,5% para os municípios e 2% para os estados. Ainda segundo a PEC, parte da dívida poderá ser paga por meio de leilões: aqueles que aceitem receber com maior deságio (quantias inferiores à dívida original) serão os primeiros beneficiados.

Advogados e magistrados apontam a medida como uma afronta às decisões do Poder Judiciário. “O cidadão não consegue ser beneficiado pelo meu trabalho porque aquilo que eu decido passa a ser negado pelo Estado. Todo o trabalho que o cidadão teve para desenvolver o processo fica a perder de vista. (A PEC) é um verdadeiro golpe contra a decisão do Judiciário”, afirma Claudio Montenegro, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O presidente da OAB, Cesar Brito, sustentou que a medida de

Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), uma carta-manifesto assinada por 168 entidades contrárias às mudanças propostas pela PEC.

“(A medida) é o maior atentado à democracia brasileira depois do golpe militar, porque ela diz que os governantes estão livres para abusar do cidadão. Um país em que o governo é livre e o cidadão está amordaçado não é um país democrático”, afirmou.

correiobrasiliense.com.br
Guia na internet: Indica com o presidente de Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho Luiz Claudio Lou Montenegro

correiobrasiliense.com.br
Guia entrevista: Entrevista com a PEC, An. For. 2009

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

TRICOTEIRAS PRODUZIRAM TRABALHO DE 1,5 MIL METROS

Protesto com tricô

Com um tricô nas mãos, Cecília Tezina dos Santos Silva, 85 anos, peregrinou a esplanada para protestar contra a PEC, que prolonga o pagamento dos precatórios. Ela faz parte do grupo de 60 tricoteiras que há três anos se reúnem para sustentar o tecido enquanto a dívida não é paga. Desde então, 1,3 mil metros de tricô já foram produzidos. Parte dele foi entregue ontem ao presidente da Câmara dos deputados, Michel Temer (PMDB-SP), quando ele recebeu a carta-manifesto contrária à medida, assinada por 168 entidades.

“É muito tempo esperando. A gente acabou que fazendo tricô na frente do palácio do governo eles iam se sensibilizar”, afirma a aposentada. Em 2007, dez tricoteiras, que realizavam protestos ligados a causas sindicais, morreram no acidente envolvendo o avião 3054 da TAM, que derrapou na pista de pouso do aeroporto de Congonhas. “Os precatórios do Rio Grande do Sul tem 11 anos de atraso e com a aprovação da PEC nem os metros ou bônus das tricoteiras vão conseguir o pagamento com esse trilhão de avulsos”, afirma Marcia Capaverde Beira, vice-presidente da União Nacional dos Credores de Precatórios (UNCP). (177)

Fonte: Jornal Correio Brasiliense, 07 de maio de 2009

Figura 5 Foto antes do embarque



Fonte: Jornal Correio Brasiliense, 19 de julho de 2007

Figura 6 - Tricô dos Precatórios chega ao Congresso

Tricô dos Precatórios chega ao Congresso

Depois do Palácio Piratini, em Porto Alegre, foi a vez do Congresso Nacional, em Brasília, ser decorado com as cores da manta confeccionada pelo Movimento Tricô dos Precatórios. Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do RS (Sinapers) foram à capital federal ontem protestar contra a proposta de emenda constitucional 12, que prevê alterações no sistema de pagamento dos precatórios. As aposentadas não querem a regulamentação do leilão, que prevê o pagamento antecipado do débito a quem conceder o maior deságio ao governo. Elas fazem a manta de lã desde o ano passado para mostrar a demora no pagamento.



Aposentados contestam a PEC que muda forma de pagamento

KATIA ESCOBAR / DIVULGAÇÃO / CP

O grupo foi recebido pelo relator, senador Valdir Raupp, que prometeu analisar o pleito e enviar relatório para os congressistas. O presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB/RS, Telmo Ricardo Schorr, saiu satisfeito do encontro no Congresso Nacional. "O relator se mostrou disposto a chamar as partes interessadas. Há interesse dos governadores em negociar. Pena que Yeda Crusius não tenha mandado representante."

Sobre a possibilidade de leilão, Schorr disse que "não pode acontecer de, num canetaço, os credores receberem um valor 20 vezes menor de um crédito que esperam há 10 ou 15 anos".

Fonte: Jornal Correio do Povo, edição de 14 de junho de 2007:

Figura 7 - Tricoteiras lutavam pelo pagamento de precatório

CORREIO DO POVO

Tricoteiras lutavam pelo pagamento de precatório

Presidente do Sinapergs está entre as vítimas

Um misto de emoção e inconformidade marcou ontem o dia de amigos e colegas das vítimas gaúchas do acidente do airbus da TAM. A tragédia interrompeu a trajetória de luta do grupo de senhoras do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do RS (Sinapergs), que perdeu dez de seus integrantes. Entre elas a presidente Júlia Camargo, de 80 anos.

SINAPERS / DIVULGAÇÃO / CP



Conhecidas como "as tricoteiras", elas participariam de mais uma manifestação pelo pagamento de precatórios e levavam a manta de lã, com mais de 200 metros, que simbolizava o tempo de espera na fila pelo recebimento do crédito devido pelo Estado.

"Perdemos pessoas que estavam lutando para que os credores de precatórios vissem seu direito reconhecido antes de morrerem", afirmou a vice-presidente do Sinapergs, Andréia Aragon. O presidente do IPE, Otomar Vivian, cancelou a agenda, assim como a diretoria da instituição. "Não faz um mês estávamos todos sentados nesta mesa. Podia ser nossa mãe ou avó", ponderou.

Vítimas, pouco antes do embarque no Salgado Filho